

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA



A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS IMIGRANTES E DAS
MINORIAS ÉTNICAS PELA IMPRENSA PORTUGUESA.
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DOIS JORNAIS DIÁRIOS

Margarida Domingues de Carvalho

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Prof. Doutor José Rebelo, Professor Associado com Agregação,
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Dezembro, 2007

Resumo

As questões relacionadas com a imigração e com a etnicidade são hoje uma realidade incontornável da sociedade portuguesa. A imagem que estas comunidades têm perante a opinião pública depende em grande medida das representações que os media delas transmitem. As notícias dos *media*, em particular, têm uma importância decisiva na construção social da discriminação étnica, ao sobrevalorizarem temáticas relacionadas com práticas desviantes.

Assim, neste trabalho pretende-se dar conta da construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa diária portuguesa. Considerando que as lógicas que atravessam a construção noticiosa não são homogêneas, procede-se a uma análise comparativa entre dois jornais, um dito de referência, o outro popular.

Depois do enquadramento teórico, em que são abordadas as questões relacionadas com a imigração e a etnicidade e com os *media* e os jornais em particular, são apresentados os resultados da análise realizada. Resultados em termos quantitativos, de conteúdo e, também, em termos da importância que as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas apresentam no contexto de cada um dos jornais.

Palavras-chave: imigração, etnicidade, representações mediáticas, jornal popular, jornal de referência

Abstract

Issues related to immigration and ethnicity are an important matter of contemporary Portuguese society. The images that these communities have in the public opinion depend, in great measure, on media representations of them. News media, particularly, have a crucial importance on the social construction of ethnic discrimination, as they overestimate subjects related to deviance practices.

In this work we attempt to know the construction of immigrants' and ethnic minorities' image by the Portuguese daily press. Taking into account that logics that go through news construction aren't homogenous, we make a comparative analysis between two newspapers, one considered "serious", the other "popular".

After a theoretical framework, focused on issues related to immigration and ethnicity and to media and newspaper, are presented the results of the analysis we did. These results, quantitative and in terms of content, also refer to the importance that news about immigrants and ethnic minorities present in the overall context of both newspapers.

Keywords: immigration, ethnicity, media representation, popular newspaper, serious newspaper

Índice

Introdução	1
Objecto de estudo	4
Objectivos do trabalho	4
Hipóteses de investigação	5
Primeira Parte	
Enquadramento teórico	7
Capítulo 1. Imigrante, estrangeiro, minoria étnica: clarificações conceptuais	8
Capítulo 2. A imigração em Portugal	11
Capítulo 3. Da imigração à etnicidade	17
1. A imigração e a emergência de identidades étnico-culturais	18
Capítulo 4. Os <i>mass media</i> e a génese do jornal	21
Capítulo 5. Os jornais de referência e os jornais populares	24
Capítulo 6. O estudo dos efeitos dos <i>media</i> : da teoria hipodérmica à teoria do <i>agenda-setting</i> .	26
Capítulo 7. O estudo dos emissores: do <i>gatekeeper</i> ao <i>newsmaking</i>	29
1. Os <i>news values</i> (valores-notícia)	31
2. O acontecimento no discurso do jornal	32
Capítulo 8. A representação dos imigrantes e das minorias étnicas nos <i>media</i>	34

Segunda Parte

A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários	37
Capítulo 1. Procedimentos metodológicos	38
1. Metodologia adoptada	38
1.1. Análise de conteúdo	38
1.2. Avaliação das inserções jornalísticas	41
1.3. Entrevista	43
2. Delimitação do <i>corpus</i> de análise	43
Capítulo 2. <i>Correio da Manhã</i> e <i>Público</i> : ficha sinalética e dossier de identidade	45
1. Ficha sinalética	45
2. Dossier de identidade	48
Capítulo 3. Caracterização da amostra	53
Capítulo 4. Avaliação das inserções jornalísticas	59
Capítulo 5. Profundidade no tratamento do tema	62
Capítulo 6. Temáticas abordadas	66
1. Temáticas associadas à criminalidade	66
2. Temáticas associadas à vida dos imigrantes e minorias étnicas no país	69
3. Temáticas associadas à discussão social e política da imigração e da etnicidade	70
4. Síntese	71
Capítulo 7. Localização geográfica	74

Capítulo 8. Perfil dos imigrantes e das minorias étnicas	78
1. Nacionalidade ou etnia	78
2. Situação jurídica	81
3. Actividade profissional	83
4. Idade	86
5. Género	89
6. Síntese	91
Capítulo 9. Fontes de informação	93
Conclusão	99
Bibliografia	105
Páginas consultadas na Internet	109
Anexos	110
Entrevista a Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural	111
Curriculum Vitae	117

Índice de quadros

Quadro nº 1. Total de notícias por jornal (número e percentagem)	44
Quadro nº 2. Ficha sinalética do <i>Correio da Manhã</i>	46
Quadro nº 3. Ficha sinalética do <i>Público</i>	47
Quadro nº 4. Dossier de identidade do <i>Correio da Manhã</i>	49-50
Quadro nº 5. Dossier de identidade do <i>Público</i>	51-52
Quadro nº 6. Títulos referenciais do <i>Correio da Manhã</i> (número e percentagem)	56
Quadro nº 7. Títulos referenciais do <i>Público</i> (número e percentagem)	57
Quadro nº 8. Espaço ocupado pelas notícias (número e percentagem)	62
Quadro nº 9. Género jornalístico das notícias (número e percentagem)	64
Quadro nº 10. Autoria das notícias (número e percentagem)	64
Quadro nº 11. Temáticas associadas aos imigrantes e minorias étnicas	
Criminalidade (número e percentagem)	67
Quadro nº 12. Temáticas associadas aos imigrantes e minorias étnicas	
Vida no país (número e percentagem)	69
Quadro nº 13. Temáticas associadas aos imigrantes e minorias étnicas	
Discussão social e política da imigração e etnicidade (número e percentagem)	70
Quadro nº 14. Localização geográfica dos acontecimentos noticiados (número e percentagem)	75
Quadro nº 15. População estrangeira em território nacional por Distrito (número e percentagem)	76
Quadro nº 16. Referência à nacionalidade/etnia (número e percentagem)	78
Quadro nº 17. Referência à situação jurídica (número e percentagem)	81
Quadro nº 18. Referência à actividade profissional (número e percentagem)	83
Quadro nº 19. Referência à idade (número e percentagem)	87
Quadro nº 20. Referência ao género (número e percentagem)	89
Quadro nº 21. Recurso a fontes de informação referenciadas (número e percentagem)	93
Quadro nº 22. Recurso a fontes de informação citadas (número e percentagem)	96

Índice de gráficos

Gráfico nº 1. Os dois eixos do jornalismo	25
Gráfico nº 2. Distribuição das notícias pelo período analisado (número)	53
Gráfico nº 3. Distribuição das notícias por dias da semana (número)	54
Gráfico nº 4. Avaliação das inserções jornalísticas sobre imigrantes e minorias étnicas ..	60
Gráfico nº 5. Nacionalidades / etnias referidas nas notícias (percentagem)	79
Gráfico nº 6. Situações jurídicas referidas nas notícias (percentagem)	82
Gráfico nº 7. Actividades profissionais referidas nas notícias (percentagem)	85
Gráfico nº 8. Grupos etários referidos nas notícias (percentagem)	88
Gráfico nº 9. Género referido nas notícias (percentagem)	90
Gráfico nº 10. Fontes de informação referenciadas nas notícias (percentagem)	94
Gráfico nº 11. Fontes de informação citadas nas notícias (percentagem)	97

Introdução

Portugal sempre foi um país de emigração. Ainda hoje o é, embora não com os mesmos números e características de outros tempos. Porém, nos últimos anos, Portugal tem-se afirmado também como país de imigração. Para quem vive na zona de Lisboa, é impossível não notar a presença maciça de cidadãos do Leste Europeu e, cada vez mais, de brasileiros. E as “lojas chinesas”, por exemplo, estão em qualquer zona do país.

Para além destas vagas relativamente recentes da imigração, o nosso país já há mais de trinta anos que lida com os imigrantes das ex-colónias portuguesas. Aliás, começou por lidar com os imigrantes e tem agora de lidar com os seus descendentes (muitas vezes portugueses).

Os movimentos migratórios são, pois, uma realidade da nossa sociedade e tenderão a acentuar-se no futuro, não só em Portugal mas enquanto fenómeno à escala mundial.

Tendo um particular interesse por estas temáticas, parece-me importante conhecer a imagem dos imigrantes e das minorias étnicas veiculada pelos *media*. É que, hoje em dia, os meios de comunicação têm uma grande importância nas nossas vidas. Para muitas pessoas são a principal (ou única) fonte de acesso a determinados conhecimentos.

Assim, a percepção pública que se tem dos imigrantes e das minorias étnicas é grandemente condicionada pelas representações produzidas pelos *media*. Percepção não só por parte dos nacionais como, muitas vezes, por parte das próprias comunidades a que essas representações dizem respeito.

A UNESCO (1978) sublinha a importância do papel dos *mass media* na erradicação do racismo e da discriminação racial, principalmente ao abster-se de apresentar uma imagem estereotipada, parcial, unilateral ou tendenciosa de indivíduos ou de grupos minoritários.

Inicialmente, este estudo pretendia centrar-se apenas na imigração vista por este prisma da análise do discurso mediático. No entanto, vim a compreender que muitas pessoas que não são imigrantes são tidas como tal pela opinião pública e, muitas vezes, pelos *media*. É o caso dos jovens descendentes de africanos ou dos indivíduos de etnia cigana. Assim, este meu estudo visa também as minorias étnicas. O que me interessa é a imagem que os *media* – neste caso os jornais – transmitem do “outro”, daquele que é diferente.

Tendo em conta que os *media* são, ao mesmo tempo, produto e produtores do meio social em que estão inseridos, sabendo que não se limitam a gerar informação, mas também produzem opiniões e têm um papel importante na formação da opinião pública, o estudo dos seus discursos acerca dos imigrantes e das minorias étnicas é importante para conhecer as situações de exclusão e de preconceito que estes vivem no nosso país.

Neste trabalho, primeiramente, é feito um enquadramento teórico. Os primeiros capítulos são relativos às questões da imigração: são clarificados os conceitos de imigrante, estrangeiro e minoria étnica; faz-se uma breve descrição do fluxo migratório que tem Portugal como destino desde a altura do 25 de Abril de 1974; e abordam-se os processos que levam à formação de minorias étnicas e à emergência de identidades culturais.

Os capítulos seguintes do enquadramento teórico são relativos ao *media* e ao jornal em particular. É feita uma síntese da génese do jornal, são referidas as diferenças entre a imprensa popular e a imprensa de referência e são apresentadas as correntes teóricas que estudam os efeitos dos *media* – em particular dos jornais – e os *media* enquanto produtores de notícia.

No último capítulo do enquadramento são apresentados alguns estudos que têm como objecto a representação dos imigrantes e das minorias étnicas nos *media*.

Na segunda parte do trabalho são apresentados os resultados decorrentes da pesquisa realizada, ou seja, as observações quanto à forma como a imprensa portuguesa constrói a imagem dos imigrantes e das minorias étnicas. São expostos os aspectos quantitativos, e também os que se referem aos conteúdos: temas abordados, aprofundamento com que esses temas são tratados, perfil dos imigrantes e minorias étnicas, fontes de informação utilizadas.

Em anexo são apresentados os itens principais da entrevista feita a Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural. Inquiriu-se a opinião do Alto Comissário acerca da forma como os *media*, e a imprensa em particular, tratam as questões relacionadas com a imigração. Entre outros aspectos, o Alto Comissário mencionou, também, os possíveis factores explicativos para esse tratamento noticioso.

Objecto de estudo

O objecto de estudo deste trabalho é a construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa diária portuguesa. Optou-se pela selecção de dois jornais representativos de tipos diferentes de jornalismo, um dito de “referência”, outro “popular”: o *Público* e o *Correio da Manhã*.

Objectivos do trabalho

Com este trabalho pretende-se conhecer a forma como a imprensa diária portuguesa constrói a imagem dos imigrantes e das minorias étnicas.

A escolha de dois jornais representativos de tipos diferentes de jornalismo visa conhecer as diferenças e semelhanças na forma como abordam estas questões. Diferenças e semelhanças não só em termos quantitativos, como também ao nível dos temas abordados, do perfil dos imigrantes e minorias étnicas noticiados e das fontes de informação utilizadas na narrativa noticiosa.

Procura-se também saber até que ponto as situações retratadas nos jornais reproduzem a realidade das comunidades imigrantes e étnicas do país.

Hipóteses de investigação

Partindo do princípio que os jornais têm um papel importante na produção da imagem pública dos imigrantes e minorias étnicas e considerando, depois de analisada a bibliografia, que os processos de produção noticiosa são atravessados por lógicas que levam os jornais a privilegiar determinadas temáticas em detrimento de outras, as hipóteses de partida deste trabalho dividem-se em dois grupos principais.

Por um lado, as hipóteses de investigação que se referem à imprensa de uma forma geral. São as seguintes:

- As temáticas abordadas pela imprensa portuguesa no que toca aos imigrantes e às minorias étnicas remetem essencialmente para a criminalidade.
- Os imigrantes e membros de minorias étnicas retratados nas notícias são sobretudo pessoas que trabalham em sectores de actividade não qualificados.
- As mulheres brasileiras são apresentadas, na maior parte dos casos, prostitutas.
- O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e as forças policiais em geral são actores importantes destas notícias.

Por outro lado, as hipóteses de investigação relacionadas com a comparação entre os dois jornais:

- Na imprensa popular a tendência para abordar temáticas ligadas à criminalidade é mais marcada do que na imprensa de referência.
- Na imprensa popular a alusão à nacionalidade ou etnia e à situação de ilegalidade dos sujeitos das notícias é mais forte do que na imprensa de referência.

- Na imprensa de referência há mais peças noticiosas desenvolvidas sobre os imigrantes e minorias étnicas do que na imprensa popular.

Primeira Parte

Enquadramento teórico

Capítulo 1

Imigrante, estrangeiro, minoria étnica: clarificações conceptuais

Os termos imigrante, estrangeiro e minoria étnica são muitas vezes utilizados indiferenciadamente, mas exprimem realidades diferentes que importa esclarecer.

Segundo as Nações Unidas (2002), imigrante é aquele que se desloca voluntariamente para um país diferente daquele onde nasceu por um período de tempo mínimo de um ano. No entanto, ainda muito poucos países adoptaram esta definição, pelo que a definição de “imigrante” varia de país para país.

Além disso, dependendo dos acordos regionais entre países, das formações políticas como a União Europeia e das respectivas políticas de imigração, indivíduos que vivem fora do país onde nasceram podem não ser considerados imigrantes.

Há também a situação vivida em Portugal depois do 25 de Abril de 1974. Se a imigração implica vontade de se deslocar, será correcto classificar como “imigrantes” os milhares de imigrantes nacionais portugueses de ascendência africana e os seus descendentes que se viram obrigados a vir para Portugal nessa altura?

Da mesma forma, os jovens descendentes de imigrantes, mas já nascidos em Portugal, são tidos pela opinião pública como imigrantes. Muitos deles têm nacionalidade portuguesa, não conhecem o país dos seus ascendentes e não pensam mudar-se para lá, sendo que uma das características da imigração é, justamente, a par com a transitoriedade da presença, o projecto de regresso.

O próprio conceito que é muitas vezes utilizado para referir estes jovens (“imigrantes de segunda geração”) não é pertinente. Esse conceito pressupõe que os problemas de integração destes jovens são apenas uma reedição dos dos seus pais. Tende-se a raciocinar sobre estes jovens com os mesmos instrumentos utilizados para analisar a situação dos imigrantes em geral e dos seus pais em particular. Ora, a cultura de origem não é reproduzida integralmente no interior do espaço da minoria e sem contaminações pela e da sociedade envolvente. Há um

contraste de trajectos, de condições sociais, de estilos de vida e de valores destes jovens relativamente aos dos seus pais (Machado, 1994: 120).

Há uma outra situação, que é a dos cidadãos, inicialmente de nacionalidade estrangeira, que se tornaram portugueses, beneficiando dos mecanismos que permitem a alteração da nacionalidade. De facto, a nacionalidade não é um atributo vitalício e pode ser alterada mediante o respeito de determinadas condições previstas na lei. Estas pessoas são, portanto, portuguesas, o que não quer dizer que sejam vistas como tal.

Um outro exemplo de indivíduos que são percebidos como imigrantes é o dos ciganos, apesar de viverem em Portugal há mais de quinhentos anos.

John Rex (1988:37), falando do Reino Unido, refere que “*por um estranho costume popular, os Negros e os Asiáticos eram considerados ‘imigrantes’, enquanto os verdadeiros imigrantes da Europa, da Irlanda ou da Comunidade Britânica branca não eram*”.

De uma forma geral, são socialmente percebidos como imigrantes os estrangeiros originários de países pobres à procura de trabalho e de melhores condições de vida.

Enquanto a definição de “imigrante” se baseia num critério geográfico, a noção de “estrangeiro” apoia-se num critério jurídico. O estrangeiro é alguém que tem uma nacionalidade diferente da do país onde reside. É o caso, por exemplo, de uma pessoa que tenha nascido em Portugal e cujos pais são ambos estrangeiros, visto que o princípio do *ius soli* (direito de solo) só é aplicável mediante certas circunstâncias. Assim, um cidadão estrangeiro que viva em Portugal não é necessariamente um imigrante.

Sobre este assunto há que referir a recente revisão da Lei da Nacionalidade, que entrou em vigor no dia 15 de Dezembro de 2006, em que uma das alterações mais relevantes se prende, justamente, com o reforço do princípio *ius soli*. As modificações introduzidas na Lei da Nacionalidade tiveram em consideração as modificações demográficas que levaram a que muitos descendentes de imigrantes, embora sendo estrangeiros, nunca tenham conhecido outro país além daquele onde nasceram, Portugal. Assume-se que a atribuição da nacionalidade portuguesa nestes casos pode ser um factor importante de combate à exclusão social. Assim, através da nova lei atribui-se a nacionalidade aos indivíduos nascidos em

território nacional, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores aqui tiver nascido e aqui tiver residência (independentemente do título ao tempo do nascimento do filho), bem como aos indivíduos nascidos em território português, filhos de estrangeiros (que não estejam ao serviço do respectivo Estado), se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento um dos progenitores resida legalmente em Portugal há pelo menos cinco anos.

Já a definição de minoria étnica não se baseia em qualquer tipo de critério dos acima expostos. A etnicidade refere-se às práticas culturais e às perspectivas que distinguem uma determinada comunidade. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos da sociedade e são vistos pelos outros como tal. Há várias características que podem servir para distinguir os grupos étnicos uns dos outros, mas as mais comuns são a língua, a história ou a ancestralidade (real ou imaginária), a religião e o modo de vestir ou adornos. As distinções étnicas estão normalmente associadas a grandes desigualdades de riqueza e de poder, bem como a antagonismo entre grupos (Giddens, 1997: 309-310).

Segundo Giddens (1997:311), uma minoria étnica tem as seguintes características:

- Os seus membros estão em desvantagem, em virtude da discriminação que sofrem. A discriminação existe quando direitos e oportunidades disponíveis para certos grupos estão vedados para outros.
- Os membros das minorias têm um certo sentido de solidariedade de grupo, um sentimento de pertença. Normalmente, o facto de serem objecto de discriminação e de preconceitos favorece sentimentos de lealdade e interesses comuns. Assim, os próprios membros da minoria tendem a ver-se a como pessoas “à parte” da maioria.
- Geralmente, as minorias étnicas estão física e socialmente isoladas da comunidade mais ampla. Tendem a concentrar-se em certos subúrbios, cidades ou regiões de um país. Há poucos casamentos entre pessoas dessas minorias e pessoas dos grupos maioritários, também como forma de salvaguardar a sua própria identidade cultural.

Capítulo 2

A imigração em Portugal

Portugal é por tradição um país de emigração mas nos últimos trinta anos e sobretudo a partir da década de oitenta tem vindo a transformar-se também num país de imigração. Esta alteração dos movimentos migratórios resulta de vários factores e deve ser compreendida à luz dos fluxos migratórios internacionais. De facto, não só Portugal mas a Europa do Sul em geral tornaram-se num pólo de atracção para um crescente número de imigrantes vindos principalmente da Europa de Leste e de África.

Mas já anteriormente Portugal foi o destino escolhido por milhares de africanos provenientes das ex-colónias portuguesas.

Este movimento populacional das ex-colónias portuguesas para o nosso país começou ainda antes do 25 de Abril de 1974. São fluxos migratórios difíceis de contabilizar porque eram considerados “movimentos inter-regionais”. Esses migrantes vieram sobretudo por motivos escolares e, particularmente no caso dos cabo-verdianos, para colmatar a escassez de mão-de-obra na construção civil e em trabalhos socialmente pouco valorizados, escassez essa resultante da emigração portuguesa para a Europa e do recrutamento para as guerras coloniais.

Depois do 25 de Abril, o fluxo de imigrantes provenientes das ex-colónias intensificou-se e, assim, como refere Pena Pires (2000: 199), nos primeiros anos da democracia “imigração” em Portugal era sinónimo de imigração africana.

Nesta primeira grande vaga de imigrantes estiveram presentes cidadãos de todas as ex-colónias, ao contrário da imagem que os *media* e a opinião pública tinham na altura – todos os africanos em Portugal eram tidos como cabo-verdianos. Se, de facto, os cabo-verdianos vieram, em família, numa migração de tipo laboral, houve também muitos angolanos e moçambicanos, mais jovens, que vieram enquanto refugiados e para se dedicarem aos estudos. Também entre os oriundos da Guiné-Bissau se destacavam muitos estudantes, ao passo que entre os de São Tomé e Príncipe estes coexistiam com os migrantes com motivações laborais (Pires, 2000).

A heterogeneidade da imigração africana começa a esbater-se a partir de meados da década de oitenta, altura em que se tornam dominantes os fluxos laborais, independentemente da origem dos imigrantes. É nesta altura que se assiste a uma consolidação da imigração africana, ao mesmo tempo que se verifica uma diversificação das origens da população que vem para Portugal.

Como já referi, os movimentos imigratórios que se começaram a desenhar a partir dos anos oitenta em Portugal são comuns aos dos outros países sul-europeus. A Europa mediterrânica exerceu nesta altura uma maior atracção imigratória comparativamente aos tradicionais países europeus de imigração, países se verificou um fechamento das fronteiras.

É neste período que se assiste a um aumento da imigração asiática e sul-americana (sobretudo brasileira).

Embora tenham sido muitos os estrangeiros que vieram para Portugal trabalhar em sectores de actividade não qualificados, ao longo dos anos oitenta a taxa de crescimento de profissionais qualificados (na sua maioria europeus e brasileiros) é mais elevada do que a taxa de crescimento de trabalhadores não qualificados da indústria e da construção civil. Esta situação pode ser explicada pelo facto de a economia portuguesa se encontrar na primeira fase do seu processo de internacionalização, o que trouxe para o país capital, empresas estrangeiras e recursos humanos – nomeadamente gestores e profissionais qualificados. A própria modernização do tecido empresarial português criou uma necessidade de especialistas em vários sectores.

Já nos anos noventa a imigração africana volta a acentuar-se. Durante este período verifica-se também um crescimento contínuo da imigração apelidada de “indiana” (abarca pessoas de diversas origens: Índia, Paquistão, Bangladesh, Moçambique) e chinesa.

Nesta altura deu-se uma redução na tendência de aumento de profissionais qualificados. Isto porque após a fase inicial de abertura da economia portuguesa, a taxa de estabelecimento de empresas estrangeiras no país decresceu. Além disso, começou a haver em Portugal formação em áreas ocupacionais que anteriormente não havia. Por outro lado, a dinâmica de crescimento da construção civil e das obras públicas contribuiu para um aumento do número de trabalhadores imigrantes não qualificados – tanto no mercado formal como no informal.

Nos anos noventa o sector que teve um maior crescimento de empregabilidade entre a população estrangeira activa foi o dos serviços pessoais e domésticos, sobretudo por causa da presença de mulheres africanas nos sectores dos serviços domésticos e da limpeza industrial. De facto, com a divulgação das vantagens dos contratos de trabalho e da segurança social, muitas empregadas domésticas que até aí tinham trabalhado de uma forma irregular, regularizaram a sua situação, o que se reflectiu num aumento do número de estrangeiros nesses sectores. Também nesta altura muitas empresas privadas e públicas optaram por externalizar algumas tarefas, recorrendo a empresas de limpeza que empregam um grande número de imigrantes.

De uma maneira geral, na década de noventa houve um crescimento geral das taxas de actividade da população estrangeira, particularmente visível entre os imigrantes de origem africana. Segundo Baganha, Ferrão e Malheiros (1999: 152), isto levou a que houvesse uma crescente identificação dos imigrantes estrangeiros com uma força laboral indiferenciada e levou também a um reforço da imagem dos imigrantes como trabalhadores sem instrução nem qualificações.

Quando estes autores escreveram o artigo “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”¹, em 1999, constataram que naquela altura havia uma sobre-representação da população activa estrangeira quer em profissões altamente qualificadas, quer nas profissões de baixa qualificação, verificando-se uma situação de clara bipolarização.

A elevada taxa de trabalhadores altamente qualificados prende-se com o facto de Portugal ainda apresentar baixos níveis de escolaridade e de nessa altura ainda haver uma carência de trabalho qualificado em áreas como o *design*, o *marketing*, etc, vindo os estrangeiros colmatar essas lacunas. Contudo, os autores notaram indícios de uma crescente competição entre trabalhadores estrangeiros e nacionais altamente qualificados em sectores específicos. Ou seja, de uma situação de complementaridade estava-se a passar para uma situação de substituição de activos portugueses por activos de outros países (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999:153).

¹ Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, nº XXXIV (150), pp. 147-173.

Quanto à sobre-representação em profissões de baixa qualificação, nomeadamente nos sectores da construção civil e das obras públicas ou nos serviços de limpeza, os imigrantes vieram dar resposta às necessidades de mão-de-obra desses sectores, substituindo, por vezes, a população nacional. Além disso, uma vez estabelecidas as primeiras vagas de imigrantes africanos nesse tipo de sectores, o efeito de rede das comunidades deu origem a uma progressiva etnicização desses segmentos do mercado de trabalho (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999: 154).

Nesta altura assiste-se também a uma crescente importância de chineses e sul-asiáticos em alguns sectores de comércio, venda ambulante e restauração. Isto resulta de uma intensificação das redes que envolvem estes migrantes e da inclusão de Portugal nos sistemas migratórios asiáticos. A expansão de restaurantes étnicos, sobretudo chineses e indianos, e a etnicização de determinados ramos de negócio grossista e retalhista criaram oportunidades de emprego para os estrangeiros.

O novo regime legal de autorizações de permanência, que teve início em 2001, veio mostrar que um novo fluxo imigratório se estava a desenvolver de uma forma rápida e acentuada: o dos imigrantes do Leste europeu. Revelou também o acelerar do crescimento da imigração brasileira.

Nesse ano de 2001, 56% das autorizações de permanência foram concedidas a imigrantes da Europa de Leste (os ucranianos representaram 36% das autorizações). Pela primeira vez a hierarquia das principais nacionalidades abrangidas pelas autorizações de permanência deixou de ser encabeçada pelos imigrantes de países lusófonos. A excepção à diminuição da importância das comunidades lusófonas nos processos de regularização é a dos imigrantes brasileiros (Baganha, Marques e Góis, 2004).

Uma característica importante destes novos fluxos migratórios é uma maior diversificação nos sectores do mercado de trabalho em que se inserem os imigrantes. Mas, independentemente da nacionalidade, a quase totalidade dos trabalhadores imigrados com autorização de permanência tem um vínculo precário com as empresas contratantes.

Os dados relativos às autorizações de permanência de 2001 permitem também observar que, ao contrário do que se passava nos anos oitenta e noventa, há uma menor concentração dos fluxos migratórios na área metropolitana de Lisboa.

Em 2002 o *ranking* das principais nacionalidades de imigrantes era encabeçado pelos cidadãos oriundos da Ucrânia. Em segundo lugar apareciam os cabo-verdianos, seguidos de muito perto pelos brasileiros.

A intensidade da vaga imigratória da Europa de Leste para Portugal explica-se pela combinação de uma série de factores. De entre estes factores, há os que explicam a amplitude do fluxo e há os que ajudam a compreender a sua direcção, com destino a Portugal.

Relativamente aos factores propiciadores de uma vaga migratória intensa com origem no Leste europeu, há que salientar a elevada pressão migratória nas regiões de origem, a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia, a facilidade de movimento dentro do espaço Schengen e o tráfico organizado de pessoas a partir da Europa de Leste.

Como factores determinantes da direcção do fluxo migratório, Baganha, Marques e Góis (2004: 98-99) salientam: as diferenças salariais e de nível de vida existentes entre Portugal e os países de origem, a promoção de Portugal feita por “agências de viagens” da Europa de Leste que ofereciam pacotes atractivos a uma larga franja da população, o processo de regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes que houve em Portugal entre Janeiro e Novembro de 2001 e a escassez de mão-de-obra que existia no nosso país, particularmente no sector da construção civil e das obras públicas.

A maioria destes imigrantes são homens em idade activa, com perfis educativos médios ou superiores mas que se viram remetidos para actividades no sector da construção civil e das obras públicas. No entanto, *“com o passar do tempo, a maioria adquiriu competências linguísticas em português o que em parte lhe permitiu quebrar a sua dependência inicial em relação ao grupo co-étnico, nomeadamente no processo de integração económica na sociedade portuguesa. Isto teve como consequência uma melhoria considerável quer dos seus níveis de vencimentos, quer das suas condições de trabalho”* (Baganha, Marques e Góis, 2004: 112).

Actualmente o maior grupo de imigrantes em Portugal é o dos brasileiros, com números que apontam para mais de 100.000 pessoas. Enquanto os brasileiros que vieram nos anos oitenta eram sobretudo de classes profissionais médias e os que foram chegando nos anos noventa de classes médias baixas, o fluxo intenso dos últimos anos é composto essencialmente por proletariado. No entanto, mesmo se a proletarização aconteceu, comparando com outros grupos de imigrantes, os brasileiros ainda assim ocupam uma posição intermédia quando se considera as suas ocupações principais e a sua formação escolar. A maioria deles tem diploma de ensino secundário formal e alguma especialização. Estes imigrantes ocupam nichos importantes do mercado de trabalho, como o serviço em restaurantes e hotéis.

Por fim, há que sublinhar a quebra que desde 2005 se tem vindo a registar na taxa de crescimento da população estrangeira que se encontra legalmente em Portugal. Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2005 e 2006 essa taxa foi negativa, o que significa que para além de ter diminuído o número de entradas de migrantes no país, também houve um número considerável de saídas.

Como vimos neste pequeno resumo do panorama imigratório português dos últimos anos, Portugal tem-se tornado o destino de um grande e diversificado número de estrangeiros. No entanto, Portugal é hoje, no contexto europeu, um dos países com uma menor proporção de estrangeiros na população residente.

Um estudo apresentado em Outubro de 2007² refere que Portugal está em segundo lugar entre os 25 Estados membros da União Europeia no que respeita às políticas de acolhimento dos imigrantes. Embora a maioria dos países europeus esteja, de uma forma geral, longe das melhores práticas de integração dos imigrantes, este estudo sublinha positivamente os debates e actividades legislativas sobre as migrações e a integração que têm ocorrido em Portugal nos últimos anos. Salaria também o facto de ter sido criado um quadro jurídico composto por políticas favoráveis (Lusa/Sol, 2007). No entanto, vários especialistas sublinham a necessidade de interpretar estes resultados com prudência, já que o facto de as leis serem boas não significa que na prática não haja formas de discriminação ou de racismo ou que a integração dos imigrantes esteja garantida (Felner, 2007).

² Migration Policy Group (2007), *Index de Políticas de Integração de Migrantes 2006*.

Capítulo 3

Da imigração à etnicidade

A imigração deveria implicar processos de integração social dos imigrados e dos seus descendentes. Mas essa integração nem sempre acontece. Por desconhecimento da língua, por diferenciações religiosas, etc. a integração pode ser antecedida por processos de exclusão ou por dificuldades de inclusão na sociedade de acolhimento. Nestes casos é possível que se dê a construção de novas identidades étnicas que, se nuns casos é defensiva e transitória, noutros assume um carácter mais consolidado e duradouro.

Como refere Pena Pires (2000: 211), a etnicidade não se baseia em nenhuma identidade transportada pelos imigrantes dos seus países de origem, mas sobretudo em conflitos sociais e identitários que decorrem durante o processo de integração. Este fenómeno pode culminar nas chamadas “minorias étnicas”.

Em Portugal, esta situação abrange sobretudo os imigrantes de origem africana em posições socioeconómicas hierarquicamente mais baixas. De forma a compensar a escassez de recursos próprios e não havendo medidas estatais de regulação da imigração, tendem a criar redes de sociabilidade intramigrantes, concentrando-se também em termos residenciais, o que os torna alvos fáceis de estigmatização e discriminação (Pires, 2000: 211).

De facto, a etnicidade é tanto mais forte quanto maiores forem os contrastes sociais e culturais entre as minorias étnicas e a população das sociedades de acolhimento. Por exemplo, os luso-africanos³ que vieram para Portugal na altura do 25 de Abril eram detentores de qualificações escolares e profissionais relativamente elevadas, pelo que mantiveram uma certa distância social (e residencial) dos imigrantes dos seus países. Ao contrário destes, não demonstram necessidade de se referirem a um grupo, valorizando antes a sua individualidade. A identidade de classe sobrepôs-se à identidade étnica (Machado, 1994).

³ Neste caso, por luso-africanos entende-se os cidadãos naturais das ex-colónias portuguesas com nacionalidade portuguesa. A posse da nacionalidade portuguesa advém, principalmente, de uma de duas condições (ou das duas em simultâneo): existência de ascendentes portugueses (pais ou avós) ou desempenho de funções nas antigas administrações coloniais. Mas a identidade luso-africana também se pode referir aos descendentes de imigrantes, já nascidos em Portugal (Machado, 1994).

Anthony Smith (1997: 37) enumera como principais atributos de uma comunidade étnica as seguintes características: (1) um nome próprio colectivo; (2) um mito de linhagem comum; (3) memórias históricas partilhadas; (4) um ou mais elementos diferenciadores de cultura comum; (5) a associação a uma terra natal; (6) um sentido de solidariedade em sectores significativos da população.

O autor sublinha a importância dos mitos de linhagens comuns, da descendência fictícia, para o sentimento de identificação étnica, não tendo esta de se basear em linhagens que existam de facto. Sem estes mitos de descendência as etnias não sobreviveriam por muito tempo. “A consciência de ‘onde vivemos’ é fundamental para a definição de ‘quem somos’” (Smith, 1997: 38).

Smith (1997: 39) refere que as características muitas vezes utilizadas para descrever “marcadores culturais” de uma determinada identidade étnica (como a língua, a religião, os costumes ou a cor), só o são porque os indivíduos – tanto os que partilham essa identidade étnica como os que lhe são estranhos – lhes atribuem valor e significado. Ou seja, as identidades étnicas e as minorias étnicas só existem porque os grupos de indivíduos consideram que determinados atributos os diferenciam de outros grupos. A imagem que constroem só existe se houver uma outra imagem com que contrastar.

1. A imigração e a emergência de identidades étnico-culturais

Segundo Castells (2002), todas as identidades são construídas. Esta construção baseia-se em aspectos ligados à história, à geografia, à biologia, à memória colectiva, aos aparelhos de poder, à religião, etc. Todos estes aspectos são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam o seu significado de acordo com suas vivências sociais e culturais. Castells (2002: 4-5) distingue três formas e origens na construção de identidades.

Por *identidade legitimadora* entende o tipo de identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com a finalidade de expandir a dominação sobre os actores sociais.

A *identidade de resistência* é criada por actores que se encontram em posições e/ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas como forma de resistência às lógicas dominantes. Apoia-se em princípios diferentes ou até opostos aos que permeiam as instituições da sociedade.

A terceira forma de identidade, a *identidade de projecto*, é construída quando os actores sociais se servem de material cultural disponível e com ele constroem essa nova identidade, que lhes permite redefinir a sua posição na sociedade e transformar a estrutura social. Castells refere o exemplo do feminismo que larga o campo de batalha da identidade e direitos da mulher para passar a atacar todo o sistema patriarcal.

Aqui, interessa-nos particularmente aquilo a que Castells chama *identidade de resistência*. De facto, se a imigração leva muitas vezes à emergência de identidades e minorias étnicas, estas acabam por desenvolver identidades e práticas culturais próprias, distintas das da sociedade onde se inserem: identidades de resistência.

Como já foi dito, em Portugal a situação de etnicidade abarca sobretudo os imigrantes de origem africana. Os seus filhos, portugueses (ou, pelo menos, já nascidos em Portugal), têm como referências culturais uma amálgama de retratos dispersos (do país de origem dos pais, de Portugal, do bairro onde vivem, da cultura mediática global...). Estes jovens:

“São o fruto de uma série de conflitos e contradições entre o património cultural herdado da família e as exigências da sociedade dominante. Por um lado, é a recriação de um figurino africano, mistificação de uma memória original que esta geração não possui, conhecendo apenas a realidade etnicamente enclausurada dos bairros onde vivem; por outro lado, são os estímulos de uma sociedade altamente consumista, as exigências de assimilação dos códigos sociais hegemónicos, impostos através de diversas instâncias educativas e socializadoras, bem como as pressões para a inserção no mercado de trabalho exigente” (Campos, 2002: 92).

Fernando Luís Machado (1994: 125) adverte que muitos destes jovens poderão estar numa situação de dupla cultura mal-integrada. Por um lado, o universo da família e da cultura de origem já não constitui uma referência. Por outro lado, as relações com a sociedade de acolhimento, em que a escola é para eles a face mais visível, nem sempre são fáceis. Estes

jovens poderão estar entre duas culturas, mas longe de ambas. Assim, mais do que para os jovens em geral, as redes de sociabilidade juvenil e os grupos de amigos representam uma referência positiva muito importante.

A sua identidade cultural, que combina referências por vezes contraditórias, tem todas as condições para se afirmar enquanto sub-cultura, combinando aspectos de culturas globais com o contexto local.

Capítulo 4

Os *mass media* e a génese do jornal

O termo *mass media* refere-se aos meios de comunicação que operam em grande escala, atingindo – em maior ou menor grau – quase todos os membros de uma sociedade. Nos *media* de massas encontramos meios de comunicação como os jornais, as revistas, os filmes, a rádio, a televisão e a música gravada.

As instituições mediáticas foram-se desenvolvendo em torno das actividades da publicação e da difusão de informação e cultura. Dentro deste vasto conjunto há uma segmentação de acordo com cada tipo de tecnologia (televisão, imprensa, etc). E dentro dos tipos de tecnologia pode haver outras segmentações (por exemplo, imprensa local e imprensa nacional). Além disso, as instituições mediáticas diferem de país para país e foram-se alterando ao longo dos tempos.

Da utilização destes meios para divulgar conteúdos junto de grandes grupos de audiências, dispersas e heterogéneas, resulta a comunicação de massas. Mas nem toda a utilização que é feita dessas tecnologias é considerada comunicação de massas. De facto, os *mass media* também podem ser utilizados para fins individuais ou privados (por exemplo, a divulgação de um anúncio de emprego).

A evolução dos *mass media* só pode ser compreendida se tivermos em conta três aspectos principais: os objectivos da comunicação, as tecnologias para comunicar e as formas de organização que possibilitam a aplicação das tecnologias num contexto alargado (McQuail, 2003: 19).

O livro impresso marca o início da história dos *media* modernos. A passagem do livro manuscrito para o livro impresso introduz uma mudança de conteúdos: trabalhos mais seculares, práticos e populares, bem como panfletos políticos e religiosos. Gradualmente, a impressão tornou-se uma profissão, um ramo significativo de comércio e o livro tornou-se uma mercadoria. As funções de tipógrafo e editor foram-se autonomizando e surgiu o

conceito de “autor” (os manuscritos anteriores não eram normalmente de autores vivos), que se foi profissionalizando (McQuail, 2003: 19-20).

Depois da invenção da tipografia, “*ocorre um movimento europeu que afecta todos os domínios do conhecimento – o livro não lhe serve somente de multiplicador, mas também agita as condições de uma evolução cultural que ele, livro, orienta e reorganiza em profundidade. É então que, verdadeiramente, tem início a modernidade*” (Eisenstein, citada por Cádima, 2002: 65).

A tipografia não representa apenas uma evolução; é sobretudo uma ruptura cultural profunda.

Quase duzentos anos depois da invenção da impressão surge o jornal. Até princípios do século XIX os jornais eram dirigidos a pequenos grupos, serviam sobretudo de instrumento de debate político e religioso e o proprietário, o editor e o redactor eram muitas vezes a mesma pessoa (Rebelo, 2002: 14). Assim, havia centenas de jornais em circulação. Muitas vezes saía um ou dois números de um jornal e este desaparecia.

Em 1836 surgiu o primeiro jornal dirigido às massas: *La Presse*. Foi em França, pela mão de Émile de Girardin, que encontrou na publicidade uma forma de baixar os custos de produção e, desta forma, o custo do próprio jornal. Girardin foi o precursor do jornal a preços muito baixos, conseguindo, assim, chegar a um vasto número de pessoas. Foi também com Girardin que começaram a ser publicados os folhetins (“*feuilletons*”), que tiveram um enorme sucesso.

O número de jornais populares começa a crescer exponencialmente por toda Europa. Em 1864 surge em Portugal o *Diário de Notícias*. Na Grã-Bretanha é fundado o *Evening News*, em 1881, e o *The Star*, em 1888, consagrando definitivamente a imprensa popular (Rebelo, 2002: 14-15).

Com uma lógica de expansão empresarial, estes grandes jornais procuraram atingir todo o tipo de leitores, sem distinções de classes ou de opções políticas. Aquilo que era dito tinha assim que ser válido para o variado leque de leitores e não apenas para alguns. Dá-se, então, uma passagem da “imprensa de opinião” para a “imprensa de informação”, que pretende limitar-se a apresentar factos. Começa-se a falar da “objectividade” e “independência” do jornalismo (Rebelo, 2002: 15).

A objectividade jornalística surge como o resultado de uma nova estratégia comercial da imprensa. A extensão e diversificação dos públicos torna necessário um relato dos acontecimentos que seja válido para todos os leitores e não apenas para grupos específicos. A relação entre jornalismo e objectividade afirma-se nesta fase da imprensa, mas será no século XX, no Estados Unidos, que o conceito se sagrará como um valor jornalístico (Mesquita, 2000).

As estratégias de concorrência implicaram uma simplificação de conteúdos e o recurso à espectacularização. A interpretação é formalmente negada e valoriza-se o presente, dando prioridade à palavra do protagonista. A enunciação de causas e de consequências é relegada para segundo plano. O sucesso de um jornal deixa de estar ligado ao nome de um bom jornalista e sim ao do seu editor (Rebelo, 2002: 16).

Capítulo 5

Os jornais de referência e os jornais populares

Centrando-se este estudo numa abordagem comparativa entre dois tipos de jornais – o jornal popular e o jornal de referência – importa clarificar os aspectos que caracterizam cada um deles.

Por imprensa de referência entende-se a imprensa de âmbito nacional, que privilegia o tratamento de temas políticos (nacionais e internacionais), sociais, económicos ou culturais e em que os géneros jornalísticos predominantes são os que dão primazia à reflexão (comentários e estudos). Em termos de estilo, tanto a nível do grafismo, como a nível da escrita, a imprensa de referência distingue-se pela sobriedade e pelo distanciamento (Mesquita e Rebelo, 1994: 15).

Embora o formato *broad-sheet* esteja tradicionalmente associado à imprensa de referência, essa não é uma característica unívoca, já que actualmente vários jornais de referência optaram por outros formatos.

Já a imprensa popular ou “tablóide” apresenta duas características principais: em primeiro lugar, concede relativamente pouca importância à política, economia e sociedade e uma importância relativamente maior a diversões (como o desporto), a escândalos e a entretenimento popular; em segundo lugar, dá uma atenção particular a aspectos da vida pessoal e privada das pessoas, sejam celebridades ou cidadãos comuns, e descarta aspectos como os processos políticos, os desenvolvimentos económicos e as mudanças sociais (Sparks, 2000: 10).

Segundo Ericson, Baranek e Chan (cf. Penedo, 2003: 66), a imprensa popular procura a aceitação do público através de um retrato da realidade em que os itens são reduzidos, os temas pouco aprofundados, as colunas de opinião marcadas por um interesse na realidade local e através de um grande suporte na imagem. A imprensa de referência procura essa aceitação através da conceptualização e de uma abordagem simbólica, contendo itens mais

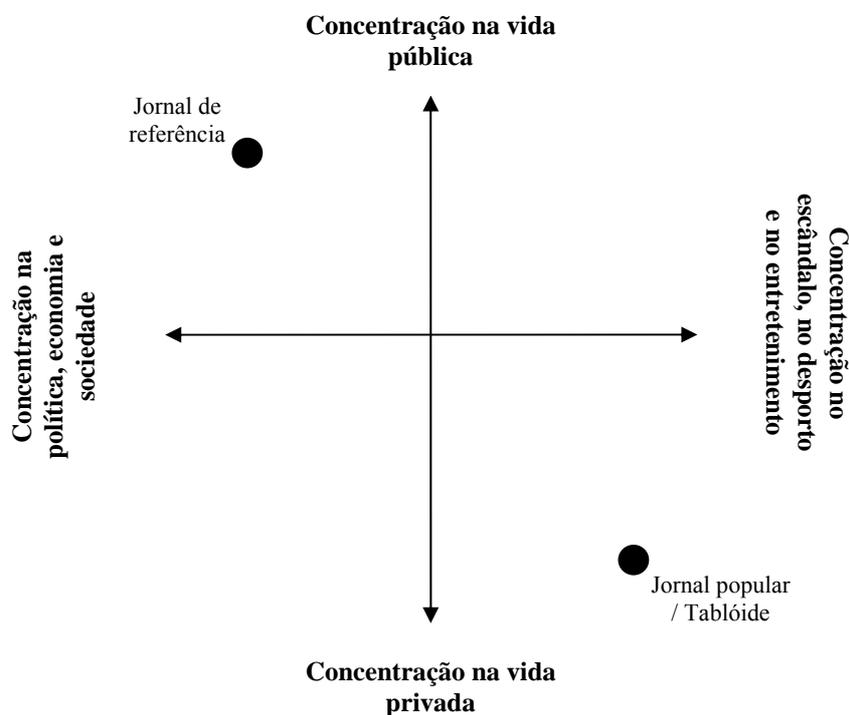
extensos, artigos de continuidade e valorizando matérias complexas que afectam grupos económicos e políticos à escala nacional e internacional.

Enquanto a imprensa de referência visa, sobretudo, a opinião pública dirigente, a imprensa popular tem como alvo privilegiado a opinião pública generalizada (Mesquita e Rebelo, 1994: 15).

Sparks (2000) apresenta um gráfico em que, de acordo com o que ele apelida de eixos do jornalismo, localiza a imprensa de referência e a imprensa popular (gráfico nº 1). Como se pode ver, o paradigma do jornal de referência está na concentração máxima na vida pública e na política, economia e sociedade, enquanto o paradigma do jornal popular ou tablóide se encontra na concentração máxima na vida privada e no escândalo, desporto e entretenimento.

Gráfico nº 1

Os dois eixos do jornalismo



Fonte: Sparks (2000: 12).

Capítulo 6

O estudo dos efeitos dos *media*: da teoria hipodérmica à teoria do *agenda-setting*

O estudo dos efeitos dos *media* constitui uma parte importante da *communication research* norte-americana (ao contrário do que acontece na Europa). Os primeiros estudos nesta área procuraram conhecer os efeitos da propaganda durante e depois da Primeira Guerra Mundial. É nesta altura que surge o primeiro paradigma de estudo dos efeitos dos *media*, a teoria hipodérmica. Esta teoria aborda os *mass media* de uma forma global, não considerando as diferenças existentes entre os vários meios, e procura perceber quais os efeitos dos *mass media* numa sociedade de massas. Segundo esta teoria, as mensagens dos *mass media* teriam um efeito directo nas pessoas, que responderiam de forma semelhante aos estímulos mediáticos recebidos.

Nos anos 1940 as investigações de Lazarsfeld vieram contrariar a teoria hipodérmica. O estudo *The People's Choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign* (1944), de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet⁴, sobre os efeitos da campanha presidencial de 1940 nos Estados Unidos junto de um grupo de 600 indivíduos, apontou para uma influência reduzida da propaganda eleitoral na alteração do sentido de voto ou opinião dos eleitores. Para Lazarsfeld, o papel dos *media* seria o de reforçar as opiniões já existentes, isto porque as pessoas, por um lado, rejeitariam as mensagens conflituosas com as normas do grupo e, por outro, consumiriam essas mensagens de forma selectiva. Mauro Wolf (1987: 43) refere que “a teoria dos efeitos limitados deixa de salientar a relação causal directa entre propaganda de massas e manipulação da audiência para passar a insistir num processo indirecto de influência em que as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos”.

Os resultados desse estudo permitiram também introduzir o conceito de líderes de opinião: “em todo o grupo social existem indivíduos particularmente activos, bem informados e eloquentes. São mais sensíveis que os outros aos interesses do seu grupo e têm mais de vontade de manifestar a sua opinião acerca de assuntos de relevo” (Katz e Lazarsfeld,

⁴ Lazarsfeld Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet (1944), *The People's Choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*, Nova Iorque, Columbia University Press.

citados por Penedo, 2003: 22). Os líderes de opinião teriam uma função de mediação entre os meios de comunicação e os outros indivíduos, menos interessados e menos participativos.

No âmbito destas descobertas surge um novo modelo de análise do processo comunicacional, designado de *two-step flow of communication* (comunicação a dois níveis), segundo o qual os efeitos dos *mass media* têm de ser analisados considerando um nível intermédio de mediação social. O fluxo da comunicação seria determinado pela mediação que os líderes de opinião exercem entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo.

Este modelo, bem como a teoria da dissonância cognitiva de Festinger⁵, segundo a qual quanto maiores as vantagens que têm de ser trocadas entre opções maior é o conflito sentido pelo decisor, vieram reforçar a teoria dos efeitos limitados dos *media*, que se tornou no paradigma dominante nos anos sessenta e que constitui uma total ruptura com os pressupostos da teoria hipodérmica, acima referida. O estudo dos efeitos dos *media* passaria a centrar-se no reforço de valores, comportamentos e atitudes preexistentes e não na capacidade dos *media* para os modificar ou manipular.

Já nos anos setenta investigadores mostraram renitências em relação à teoria dos efeitos limitados. Alguns deles tinham experiência pessoal na prática dos *media*, que apontava para a existência de “efeitos mediáticos”. É neste contexto que surge o paradigma do agendamento (“*agenda-setting*”), que visa estudar o papel dos *media* na formação e mudança de cognições.

Esta teoria tem como ponto de partida formal o artigo “The agenda-setting function of mass media”, de McCombs e Shaw, de 1972⁶. Os seus autores defendem que a percepção pública de determinados acontecimentos depende da informação veiculada pelos *media*. No seu estudo, realizado durante a campanha presidencial norte-americana de 1968, os autores encontraram coincidências entre o conjunto de temas abordados pelos *media* durante o período da campanha eleitoral e o conjunto de temas que preocupava o público durante o mesmo período. McCombs e Shaw concluíram que:

⁵ Festinger, Leon (1957), *A Theory of Cognitive Dissonance*, Califórnia, Stanford University Press.

⁶ McCombs, Maxwell e Donald Shaw (1972), “The agenda-setting function of mass media”, *Public Opinion Quarterly*, nº 36, pp. 176-187.

“Ao seleccionarem e divulgarem as notícias, os editores, os profissionais da redacção e os meios de difusão desempenham um papel importante na configuração da realidade política. Os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto, como também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada” (McCombs e Shaw, 2000: 47).

Já antes, em 1963, Cohen⁷ tinha avançado a ideia de que a imprensa *“pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar”* (Cohen, citado por Traquina, 2000: 17). O estudo de McCombs e Shaw revelou dados empíricos que corroboravam essa ideia e instituiu o termo de agendamento.

A formalização deste modelo de investigação correspondeu a uma alteração no enfoque do estudo dos efeitos da comunicação. Abandonou-se o estudo da mensagem persuasiva e dos seus efeitos na mudança de atitude dos indivíduos e passou-se a considerar os contextos de difusão da informação e o seu impacto cognitivo na opinião pública.

A enunciação do *agenda-setting* define uma área de estudo que, não se limitando à esfera da comunicação política onde tem as suas origens, questiona a actuação dos *media* no domínio específico da produção noticiosa. São estudados os diversos factores que, na produção das notícias, provocam distorções nas representações difundidas e, conseqüentemente, na percepção que a opinião pública tem desses assuntos. *“As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo”* (Shaw, citado por Wolf, 1987: 128).

Assim, os estudos na área do agendamento, além de contribuírem para situar a influência dos *media* a nível dos efeitos cognitivos por parte do público, também vieram evidenciar o processo de difusão de informação noticiosa, onde os *media* actuam determinando o que, num determinado momento, tem ou não relevância social.

⁷ Cohen, Bernard (1963), *The Press and Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.

Capítulo 7

O estudo dos emissores: do *gatekeeper* ao *newsmaking*

Considerando que os assuntos mais enfatizados pelos *media* são percebidos como prioritários pela opinião pública, importa perceber quais as razões que levam a que determinados temas sejam noticiados e outros não.

Neste contexto importa referir a figura do *gatekeeper* (seleccionador). Este conceito foi elaborado pelo psicólogo social Kurt Lewin, em 1947, num estudo sobre as dinâmicas que actuam dentro dos grupos sociais, em que observou os problemas ligados à alteração dos hábitos alimentares⁸. Lewin verificou que no interior dos canais de comunicação existem zonas filtro que funcionam como “portões”: “*o conjunto das forças, antes e depois da zona filtro, é decididamente diferente, de tal forma que a passagem, ou o bloqueio, da unidade através de todo o canal, depende, em grande medida do que acontece na zona filtro*” (Lewin, citado por Wolf, 1987: 159-160). Essas zonas filtro são controladas pelos *gatekeepers*, indivíduos ou grupos de indivíduos que decidem se a informação passa ou se é bloqueada.

Três anos mais tarde, em 1950, White utilizou o mesmo conceito num estudo sobre o papel do redactor de um jornal, “Mr. Gates”, que, durante uma semana tomou nota dos motivos porque não publicava determinadas notícias⁹. O investigador verificou que os critérios apontados para a selecção de determinadas notícias e exclusão de outras eram muito subjectivos e dependentes de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. A definição de *gatekeeper* de White situa-se, portanto, a um nível individual, do jornalista que, sozinho, selecciona as notícias que acha pertinente publicar.

Segundo Schudson (1993: 142-143), o problema desta concepção de *gatekeeper* é que não dá conta de toda a complexidade que envolve a elaboração das notícias. Os itens noticiosos não são simplesmente seleccionados, são construídos. A metáfora do *gatekeeper* não compreende

⁸ Lewin, Kurt (1947), “Frontiers in group dynamics. II. Channels of group life: social planning and action research”, *Human Relations*, vol. 1, nº 2, pp. 143-153.

⁹ White, David Manning (1950), “The ‘gatekeeper’. A case study in the selection of news”, *Journalism Quarterly*, vol. 27, nº 4, pp. 383-390.

esse aspecto, nem a forma como as agências que geram informação para a imprensa antecipam os critérios dos *gatekeepers*, para conseguirem atravessar o “portão”.

Posteriormente, os estudos sobre o *gatekeeping* passaram a centrar-se num nível mais sistémico, apontando causas como a rotina produtiva, o modelo organizacional dos *media* e as lógicas de mercado para a selecção noticiosa. “*As decisões do gatekeeper são tomadas, menos a partir de uma avaliação individual da noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez*” (Robinson, citado por Wolf, 1987: 161).

As pesquisas realizadas nesta área mostraram que o contexto organizacional é determinante nas escolhas que os *gatekeepers* fazem. Na selecção das notícias têm como referência o grupo constituído pelos colegas ou superiores e não o público.

O estudo de Warren Breed de 1955 sobre o controlo social nas redacções¹⁰ foi o primeiro a avançar com uma nova teoria: a teoria organizacional. Segundo Breed, há pelo menos seis motivos para que o jornalista se adeque à orientação do jornal: a autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de dever e estima para com os superiores; as aspirações à mobilidade profissional; a ausência de fidelidades de grupo contrapostas; o carácter agradável do trabalho; o facto de a notícia se ter transformado em valor. Breed concluiu que na sua actividade quotidiana, o jornalista redefine os seus próprios valores ao nível do grupo redactorial. Na teoria organizacional o que se destaca é, portanto, o processo de socialização organizacional: mais importante do que a cultura profissional, é a cultura organizacional.

Encarando a “deformação” dos conteúdos noticiosos como o resultado da própria forma como a profissão de jornalista está organizada, a partir da década de 1970 as investigações mostraram novas preocupações e perspectivas. Nesta nova fase de investigação a relação entre o jornalismo e a sociedade adquire uma dimensão central. Os estudos sobre a distorção (“*news bias studies*”) analisam a forma como as notícias retratam determinados acontecimentos, reflectindo os interesses políticos de certos agentes sociais que, assim, projectam a sua visão do mundo e da sociedade.

¹⁰ Breed, Warren (1955), “Social control in the news room: a functional analysis”, *Social Forces*, nº 33, pp. 326-335.

A principal diferença entre esse tipo de estudos e os que se centram na produção da informação (*newsmaking*), é que estes se debruçam sobre a cobertura noticiosa rotineira, do dia-a-dia, e não sobre acontecimentos particulares. A abordagem do *newsmaking* articula-se, principalmente, em torno de dois eixos: a cultura profissional dos jornalistas e organização do trabalho e dos processos produtivos.

Por cultura profissional entende-se um “*inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias tácticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem a sua confecção*”; quanto à organização do trabalho, são criadas convenções profissionais que “*determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até à selecção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público*” (Garbarino, citado por Wolf, 1987: 168).

É a ligação entre a forma de organização do trabalho e a cultura profissional que determina os critérios que fazem com que certos acontecimentos sejam noticiados e outros não. A noticiabilidade é, justamente, a aptidão dos acontecimentos para responder a esses critérios e, assim, serem noticiados. Será, portanto, diferente em cada redacção.

1. Os *news values* (valores-notícia)

Se a noticiabilidade é o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos que se transformarão em notícias, os *news values* (valores-notícia) correspondem a uma componente da noticiabilidade. Os valores-notícia são os critérios a que uma ocorrência tem de responder para ser transformada em notícia.

“Os valores/notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de selecção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até à redacção. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao

público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais. (...) constituem referências, claras e disponíveis, a conhecimentos partilhados sobre a natureza e os objectos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração dos noticiários” (Golding e Elliot, citados por Wolf, 1987: 173-174).

2. O acontecimento no discurso do jornal

Como se referiu, os valores-notícia são critérios, fácil e rapidamente aplicáveis, que orientam a selecção das notícias. Os estudos sobre o “acontecimento” vieram mostrar como determinadas ocorrências têm mais probabilidades de serem noticiadas do que outras, ou seja, como possuem um maior valor-notícia.

As “boas notícias” para o jornalista são, normalmente, acontecimentos fora do comum, acontecimentos que chocam com a “normalidade” de todos os dias. Mas são também acontecimentos que se referem a pessoas ou países de elite, acontecimentos dramáticos, acontecimentos que têm consequências negativas, acontecimentos que evidenciam factores como a tristeza, o sentimentalismo, etc. Todos estes tipos de acontecimentos têm o seu lugar nas páginas dos jornais. Para reforçar a sua visibilidade, o jornalista tenderá a realçar os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc. E, assim, um acontecimento que tenha uma maior presença destes elementos terá um maior potencial noticioso. Outros acontecimentos, pelo contrário, não apresentando esses elementos podem, simplesmente, ser eliminados.

Nem todas as ocorrências são consideradas acontecimentos. E nem todos os acontecimentos são objecto de mediatização. Assim, importa saber, por um lado, o que é que faz com que uma determinada ocorrência se torne num acontecimento e, por outro lado, quais as características que este acontecimento tem de revestir para que os *media* o divulguem.

Uma ocorrência tem mais probabilidades de se tornar um acontecimento quando opera uma ruptura no modo de vida dos indivíduos, ou seja, quando se verifica “*uma modificação no*

estado do mundo fenomenal, desequilibrante e ressentida pelos sujeitos, produzindo, assim, um ‘efeito de relevância’” (Rebelo, 2002: 116). E quanto mais essa ocorrência levar os indivíduos a reconstruir o seu modo de vida, ou seja, a reorganizá-lo consoante aquilo que mudou, maior a possibilidade de se tornar um acontecimento (“efeito de pregnância”).

Em relação ao campo mediático, um acontecimento:

“ (...) é tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico” (Rodrigues, 1988: 27).

Para além do efeito de pregnância e do grau de imprevisibilidade acima referidos, um acontecimento terá mais possibilidades de ser mediatizado quanto maior for o seu grau de actualidade, ou seja, a distância entre o momento da emergência do acontecimento e o momento da sua representação mediática (Rebelo, 2002: 117).

É também importante a dimensão espacial: um acontecimento tem mais probabilidades de ser mediatizado quando decorre no nosso tempo e no nosso espaço.

Como refere Pierre Nora (1987: 256), *“o acontecimento testemunha menos sobre o que traduz do que sobre o que revela, menos sobre o que é do que sobre o aquilo que provoca. A sua significação absorve-se na sua repercussão; é apenas um eco, um espelho da sociedade, um buraco”*.

Capítulo 8

A representação dos imigrantes e das minorias étnicas nos *media*

Os estudos sobre a forma como os *media* constroem o seu discurso não só relativamente aos imigrantes e às minorias étnicas, como também a questões como a “raça”, são significativos (ver, por exemplo, Van Dijk, 1993; Braham, 1998; Fowler, 1999; Avraham, 2003), inclusive no que respeita à realidade portuguesa (Cunha, Policarpo, Monteiro e Felgueiras, 2002; Cádima, 2003; Cunha, Santos, Silveirinha e Peixinho, 2004; Santos, 2004; Silveirinha e Castro, 2004; Cunha e Santos, 2006).

Num estudo recente (Cunha e Santos, 2006), é-nos apresentado um esboço do que têm sido as tendências de investigação nesta área. É possível identificar três paradigmas teóricos e conceptuais diferenciados: um que valoriza o vocabulário e os discursos, um que se centra na produção das notícias e nos *media* e um último baseado numa visão dos *media* enquanto aliados na construção de uma Europa multicultural.

O paradigma de investigação baseado no vocabulário e nos discursos iniciou-se na Europa nos anos setenta e teve como campo de observação a imprensa. Uma década depois, a observação estendeu-se à televisão. Estes estudos analisavam o vocabulário utilizado pelos *media*, procurando demonstrar a etnicização das relações sociais e a essencialização da Diferença.

Para estes autores o Outro é uma construção discursiva exercida sobre aqueles que são percebidos como diferentes. São identificadas duas ordens de discurso e de acções enquanto factores de desigualdade e discriminação: uma ao nível micro (onde o discurso surge como uma forma de interacção directamente discriminatória) e outra ao nível macro, nomeadamente nos *media* e na política (onde os géneros e ordens discursivas estão institucionalizados).

Os estudos centrados na produção das notícias e nos *media* podem ser divididos em dois grandes grupos. Por um lado, há os que se centram nas rotinas das redacções e no controlo social da produção da notícia, atribuindo-lhes a responsabilidade dos aspectos discriminatórios das notícias. Por outro lado, há autores que tendem a imputar estes aspectos

discriminatórios das notícias à visão empresarial dos *media* e aos procedimentos elitistas dos jornalistas.

Por último, Isabel Ferin Cunha e Clara Almeida Santos (2006) referem uma tendência de investigação recente, surgida na Europa e que visa não só analisar as notícias mas também promover uma informação responsável sobre as migrações e a diferença étnica. Enquanto as correntes de estudos acima referidas eram teóricas e muito críticas em relação à forma como os *media* actuam, estes estudos centram-se nas acções a empreender após as investigações.

Muitas das investigações sobre imigração na imprensa demonstraram que grande parte das notícias sobre imigração se refere a expulsões, detenções e criminalidade. Os *media* apresentam a imigração como uma ameaça (Silveirinha e Castro, 2004: 120).

Peter Braham (1998) constatou que no início dos anos 50, na Grã-Bretanha, a imagem veiculada acerca dos imigrantes era de que estes eram negros, apesar de na realidade os imigrantes serem fundamentalmente brancos e de haver muitos negros não imigrantes (nascidos no Reino Unido). Associados à imigração estavam uma série de comportamentos negativos – como os roubos – e de problemas sociais – como a deterioração urbana, a pobreza, etc.

Não retirando aos receptores das mensagens mediáticas o seu papel activo e independente, Van Dijk (1993:242) salienta que nas questões étnicas o papel dos *media* é crucial já que actua tanto a nível ideológico, como a nível estrutural. Ou seja, a influência global dos *media*, particularmente das notícias dos *media*, nas estruturas e conteúdos das cognições sociais dos grupos é considerável. Por outras palavras, para determinados tipos de eventos sociais e políticos, incluindo os do campo das relações étnicas, as notícias dos *media* são a principal fonte de informação utilizada para formar a moldura interpretativa desses eventos.

Os leitores de jornais podem formar opiniões diferentes das expressas nos jornais que lêem. Esta diferença de opinião depende tanto de circunstâncias e experiências pessoais, como das condições e atitudes económicas, culturais e sociais do(s) grupo(s) com que se identificam. No entanto, a menos que os leitores tenham outras fontes de informação, a variação de opinião tende a limitar-se às fronteiras de uma moldura ideológica geral de interpretação (Van Dijk, 1993: 242-243).

Assim, para Van Dijk o papel que os *media* têm na reprodução do racismo é crucial, tanto por causa das relações de poder que desenvolvem com outras elites institucionais, como por causa da sua influência estrutural na formação e alteração das crenças colectivas.

Também as autoras do artigo “Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português” sublinham que “(...) os media, mais do que reforçar tendências latentes na sociedade, contribuem para a construção social da discriminação étnica, através das saliências temáticas atribuídas às minorias no contexto da violência e do crime. Ao mesmo tempo que dão visibilidade a estas temáticas, os media tendem a apagar os contextos sociais e políticos desses fenómenos, fazendo da exploração das diversas formas de violência (física e simbólica) as imagens de síntese de um grupo em situação de ‘ilegitimidade’ social” (Cunha, Policarpo, Monteiro e outros, 2002: 37).

Segunda Parte

A construção da imagem dos imigrantes e das
minorias étnicas pela imprensa portuguesa.

Uma análise comparativa de
dois jornais diários

Capítulo 1

Procedimentos metodológicos

1. Metodologia adoptada

1.1. Análise de conteúdo

A principal metodologia utilizada neste estudo consiste em técnicas quantitativas de análise de conteúdo. Uma das principais vantagens da análise de conteúdo é o facto de poder ser exercida sobre material que não foi produzido com o fim de servir uma investigação (Vala, 1999: 107), sendo que neste caso o material em análise são as notícias sobre imigrantes, minorias étnicas e imigração da imprensa diária portuguesa.

Com esta técnica pretende-se, por um lado, realizar uma análise longitudinal e, assim, observar os períodos de tempo em que a temática está mais presente na imprensa. Por outro lado, pretende-se conhecer os conteúdos veiculados, não só em termos dos assuntos abordados, como também em termos da caracterização social dos sujeitos referidos (nacionalidade ou etnia, sexo, idade, etc.) e dos actores institucionais mencionados. Por fim, pretende-se também, com este trabalho, observar as relações que os diferentes conteúdos apresentam entre si.

Assim, a análise de conteúdo surge como uma técnica apropriada já que não só permite conhecer a frequência com que determinados objectos surgem no material analisado, como também possibilita a análise de relações entre esses objectos.

As *unidades de contexto* em análise, ou seja “*o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina*” (Vala, 1999: 114) são as notícias com referências a imigrantes, minorias étnicas ou sobre a temática da imigração. Nos casos em que há, por exemplo, um dossier com várias notícias sobre o assunto, cada uma delas foi considerada autonomamente.

Quanto às *unidades de registo*, ou seja, o “*segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria*” (Vala, 1999: 114), estas são de natureza semântica, o que significa que são temas ou unidades de informação que reportam às variáveis analisadas.

As variáveis analisadas agrupam-se em dois grandes grupos: por um lado, temos as que se referem à forma, por outro lado, as que respeitam o conteúdo¹¹. No que respeita à forma, são analisadas as seguintes variáveis:

- Variável 1: Número da peça;
- Variável 2: Jornal;
- Variável 3: Data (Dia);
- Variável 4: Data (Mês);
- Variável 5: Data (Ano);
- Variável 6: Dia da semana;
- Variável 7: Título informacional principal;
- Variável 8: Título informacional secundário;
- Variável 9: Referência à nacionalidade, condição de imigrante/minoria étnica ou temática da imigração no título informacional;
- Variável 10: Autor 1;
- Variável 11: Autor 2;
- Variável 12: Título referencial;
- Variável 13: Chamada de capa;
- Variável 14: Espaço ocupado;
- Variável 15: Fotografia;
- Variável 16: Gráfico;
- Variável 17: Género jornalístico;
- Variável 18: Imigrante/membro de minoria étnica/imigração é (ou não) o tema principal da notícia.

Na análise do conteúdo, sempre que aplicável, foram considerados os vários imigrantes ou etnias referidos numa mesma peça (até a um máximo de três referências). Daí que as variáveis

¹¹ A grelha de análise foi adaptada das grelhas apresentadas em Cunha, Santos, Silveirinha e Peixinho (2004) e em Santos (2004).

relativas à situação jurídica, à actividade profissional, à idade, ao género e à nacionalidade ou minoria surjam em triplicado. Considerou-se também até três fontes de informação referenciadas e duas fontes de informação citadas. Assim, as variáveis relativas ao conteúdo são:

- Variável 19: Local onde decorre a acção;
- Variável 20: Tema principal da peça;
- Variável 21: Situação jurídica do imigrante (1);
- Variável 22: Situação jurídica do imigrante (2);
- Variável 23: Situação jurídica do imigrante (3);
- Variável 24: Actividade profissional do imigrante (1);
- Variável 25: Actividade profissional do imigrante (2);
- Variável 26: Actividade profissional do imigrante (3);
- Variável 27: Idade do imigrante (1);
- Variável 28: Idade do imigrante (2);
- Variável 29: Idade do imigrante (3);
- Variável 30: Género do imigrante (1);
- Variável 31: Género do imigrante (2);
- Variável 32: Género do imigrante (3);
- Variável 33: Nacionalidade ou etnia (1);
- Variável 34: Nacionalidade ou etnia (2);
- Variável 35: Nacionalidade ou etnia (3);
- Variável 36: Fonte de informação referenciada (1);
- Variável 37: Fonte de informação referenciada (2);
- Variável 38: Fonte de informação referenciada (3);
- Variável 39: Fonte de informação citada (1);
- Variável 40: Fonte de informação citada (2).

A definição das categorias para cada uma das variáveis foi realizada *a posteriori*. Este tipo de procedimento é comum nos estudos sobre a imprensa ou os meios de comunicação social em geral e caracteriza-se pelo facto de nenhum pressuposto teórico orientar a elaboração das categorias (Vala, 1999: 113).

1.2. Avaliação das inserções jornalísticas

A análise de conteúdo permite dar conta da frequência com que determinados temas ou unidades de informação surgem no material em análise. Mas não permite conhecer a importância que as notícias em que esses temas estão presentes assume no contexto do jornal. Assim, considerou-se importante realizar um outro procedimento: avaliar as inserções jornalísticas.

A avaliação das inserções jornalísticas proposta por Jacques Kayser (1963) é uma forma de avaliar a importância das notícias consoante a localização que ocupam dentro do jornal, a titulação que revestem e a apresentação que mostram. Kayser estabeleceu uma fórmula em que estes diferentes elementos são ponderados, dando origem a um coeficiente de valor para cada notícia.

$$\begin{aligned} \text{Valor} &= \text{Localização} + \text{Titulação} + \text{Apresentação} \\ \text{Valor} &= \quad 40 \quad + \quad 40 \quad + \quad 20 \end{aligned}$$

O coeficiente máximo de 100 seria atingido por uma notícia que apresentasse os valores máximos nos três aspectos considerados: localização, titulação e apresentação.

Relativamente à **localização**, a distribuição dos 40 pontos possíveis faz-se considerando dois critérios: a paginação e a posição na página.

Paginação

Inserção na 1ª página	30 pontos
Anúncio na 1ª página	10 pontos
Toda a inserção não inserida nem anunciada na 1ª página	1 ponto

Posição na página

Cabeça de coluna à esquerda na primeira página	10 pontos
Cabeça de coluna à esquerda nas páginas interiores	5 pontos
Cabeça de coluna à direita nas páginas ímpar	5 pontos
Cabeça de coluna na 1ª página, sem ser à esquerda	2 pontos

Quanto à **titulagem**, considera-se, por um lado, a importância absoluta e, por outro, a importância relativa. A importância absoluta remete para a colunagem, para a altura, superfície e caracteres do título. A importância relativa refere-se à prioridade do título na página.

Importância absoluta

Colunagem

Título a 8 colunas	15 pontos
Título a 7 colunas	12 pontos
Título a 6 colunas	8 pontos
Título a 5 colunas	3 pontos

Altura do título

Título com mais de $\frac{1}{2}$ de coluna	5 pontos
Título com mais de $\frac{1}{3}$ de coluna	4 pontos
Título com mais de $\frac{1}{4}$ de coluna	2 pontos

Superfície do título

Título cuja superfície ultrapassa a de 2 colunas	5 pontos
Título cuja superfície ultrapassa a de 1 coluna e $\frac{1}{2}$	4 pontos
Título cuja superfície ultrapassa a de 1 coluna	2 pontos

Caracteres do título: De 1 a 5 pontos, de acordo com a sua importância relativamente aos caracteres habitualmente utilizados pelo jornal.

Relativamente à colunagem, à altura e à superfície do título, foram criadas tabelas de concordância de forma a haver uma maior conformidade com a realidade dos jornais analisados. Por exemplo, a colunagem a 8 colunas não se aplica em nenhum dos dois jornais e, por isso, a escala teve de ser alterada.

Importância relativa

Título prioritário na página	10 pontos
Prioridade de 2º grau	5 pontos
Partilha de 1ª prioridade	7,5 pontos
Partilha de 2ª prioridade	3 pontos

Na atribuição de pontos à **apresentação**, pondera-se o valor da ilustração e da tipografia.

Ilustração: De 5 a 15 pontos, segundo o volume de ilustrações que acompanham a peça jornalística e a respectiva importância relativa no contexto da página e no contexto do jornal.

Tipografia: De 1 a 5 pontos, de acordo com a sua importância relativamente aos caracteres habitualmente utilizados pelo jornal.

Consideradas estas variáveis para cada notícia, obtém-se o coeficiente de valor de cada uma delas, o que permite comparar a importância que as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas apresentam em cada um dos jornais.

1.3. Entrevista

Para além da metodologia central do trabalho, a análise de conteúdo, e da avaliação das inserções jornalísticas, foi também realizada uma entrevista a Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, por se considerar que este seu cargo lhe confere uma visão privilegiada dos temas em análise.

Esta entrevista, semi-estruturada, surge como um complemento daquilo que foi revelado pela análise do material em estudo. Os aspectos mais interessantes desta entrevista serão apresentados num capítulo próprio, em anexo.

2. Delimitação do *corpus* de análise

Este estudo debruça-se sobre dois jornais diários: o *Correio da Manhã* e o *Público*. Por questões logísticas optou-se por centrar a análise nos cadernos principais dos dois jornais. No caso do *Público*, a edição analisada é a de Lisboa, o que eventualmente se pode reflectir nas notícias da secção Local.

Por outro lado, considerando que o que se pretende conhecer é a imagem que os jornais transmitem dos imigrantes e minorias étnicas em geral, decidiu-se não considerar as notícias das páginas sobre desporto. De facto, embora haja muitos estrangeiros a trabalhar em actividades desportivas em Portugal (sobretudo no futebol), este parece ser um mundo à parte do do resto da sociedade. E o que queremos conhecer é a imagem dos imigrantes e minorias étnicas enquanto partes integrantes da sociedade portuguesa actual.

Delimitadas as fronteiras da recolha de imprensa, todas as peças noticiosas com referência directa a imigrantes ou minorias étnicas foram seleccionadas. Procedeu-se também à recolha das peças que, não sendo directamente sobre imigrantes ou minorias étnicas, abordem questões relacionadas com a imigração (por exemplo, notícias sobre legislação na área da imigração ou sobre associações de apoio aos imigrantes), ou em que os imigrantes ou minorias étnicas apareçam como actores secundários dos factos noticiados.

A recolha foi realizada diariamente durante seis meses, entre o dia 1 de Novembro de 2006 e o dia 30 Abril de 2007.

A selecção das notícias¹² com referência a imigrantes, minorias étnicas ou sobre a temática da imigração em geral resultou num *corpus* de 846 peças. No quadro nº 1 podemos ver a distribuição desse número pelos dois jornais analisados. A maioria das notícias (78%) provém do *Correio da Manhã*.

Quadro nº 1

Total de notícias por jornal (*número e percentagem*)

	N	%
Correio da Manhã	658	77,8
Público	188	22,2
Total	846	100,0

¹² O termo “notícia” é aqui utilizado no seu âmbito mais geral, abrangendo géneros jornalísticos distintos, como a crónica, a reportagem, etc.

Capítulo 2

Correio da Manhã e Público: ficha sinalética e dossier de identidade

Os dois jornais estudados são jornais quotidianos de informação geral. Segundo Kayser (1963: 9), este tipo de jornais tem como objecto principal a constituição de uma fonte de informação escrita sobre os acontecimentos da actualidade relativos aos assuntos públicos, às questões internacionais, à política, etc, mas pode também dar espaço a artigos literários ou de outro tipo, bem como a ilustrações e a publicidade.

Este autor refere também que para estudar um jornal é necessário esclarecer as suas características essenciais. Para isso, há informações que têm, indispensavelmente, de ser conhecidas e outras que é útil conhecer. As primeiras são registadas numa ficha sinalética, as segundas num dossier de identidade.

1. Ficha sinalética

A ficha sinalética de um jornal compreende vários pontos, como o nome do jornal, o lugar onde está situada a redacção, a periodicidade com que sai, a tiragem, o preço de venda, etc. Os quadros nº 2 e nº 3 referem-se às fichas sinaléticas dos dois jornais estudados, adaptadas de acordo com o modelo proposto por Kayser.

Quadro nº 2

Ficha sinalética do *Correio da Manhã*

Nome do jornal	Correio da Manhã
Lugar da administração	Lisboa
Lugar da redacção	Lisboa
Periodicidade	Diária
Matutino / Vespertino	Matutino
Data do primeiro número	19 de Março de 1979
Principal zona de difusão	Nacional
Tiragem	148.502 *
Preço de venda ao número	Segunda a Quinta-feira: 0,75 € Sexta-feira: 1 € Sábado e Domingo: 1 € 20
Preço da assinatura	Versão papel, anual, diariamente, em território nacional: 488 € 68
Formato	Entre o <i>tablóide</i> e o <i>berlinense</i> **
Número habitual de páginas	52 páginas
Número de colunas por página	Cinco
Nome e localização da gráfica	Grafedisport, Impressão e Artes Gráficas, SA. (Queluz de Baixo)
Número de edições	Três
Zona coberta por cada edição	Sul, Centro, Norte
Suplementos publicados	Seis suplementos semanais na área do desporto, televisão, sociedade, ciência e tecnologia.
Características excepcionais na vida do jornal	1998 (Março): inauguração da edição do jornal na Internet
Serviço de documentação	O <i>Correio da Manhã</i> não dispõe de serviço de documentação. As edições antigas podem ser consultadas na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

* Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (ano de 2006).

** *Berlinense*: 47 cm por 31,5 cm. *Tablóide*: 31 cm por 30 cm.

Fontes: *Correio da Manhã* (página web), Silva (2006).

Quadro nº 3

Ficha sinalética do *Público*

Nome do jornal	Público
Mudanças de nome ou de logótipo	2007 (Fevereiro): mudança de logótipo
Lugar da administração	Lisboa
Lugar da redacção	Lisboa e Porto
Periodicidade	Diária
Matutino / Vespertino	Matutino
Data do primeiro número	5 de Março de 1990
Principal zona de difusão	Nacional
Tiragem	61.715 *
Preço de venda ao número	Segunda a Quinta-feira: 0,90 € Sexta-feira e Sábado: 1,25 € Domingo: 1,40 €
Preço da assinatura	Versão papel, anual, diariamente, em território nacional: 270 € Versão electrónica na internet, anual: 50 € Versão electrónica em formato PDF, anual: 100 €
Formato	Entre o <i>tablóide</i> e o <i>berlinense</i> **
Número habitual de páginas	44 páginas
Número de colunas por página	Cinco Até Fevereiro de 2007: Seis
Nome e morada da gráfica	Unipress – Centro Gráfico Lda (Arcozelo)
Número de edições	Duas
Zona coberta por cada edição	Norte do país; Sul do País
Suplementos publicados	Oito suplementos semanais ou mensais nas áreas da economia, artes, imobiliário, humor, viagens, informática, sociedade e generalista.
Características excepcionais na vida do jornal	1995 (Março): inauguração do site na Internet 1995 (Setembro): criação do Público Online 1999 (Maio): serviço de notícias actualizado várias vezes por dia 2000: reformulação gráfica do jornal 2007 (Fevereiro): reformulação do jornal e da página na Internet
Lugar de conservação das colecções	Instalações do jornal em Lisboa e no Porto.
Serviço de documentação	Os dossiers temáticos estão disponíveis na Internet. As edições dos jornais desde 2001 estão disponíveis, para assinantes, em formato PDF na Internet (estando-se a proceder à disponibilização das edições mais antigas).

* Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (ano de 2006).

** *Berlinense*: 47 cm por 31,5 cm. *Tablóide*: 31 cm por 30 cm.

Fontes: *Público* (página web), Silva (2006), Sonaecom (2007).

2. Dossier de identidade

A ficha sinalética permitiu dar conta do “estado civil” de cada um dos jornais, mas a sua fisionomia só fica completa com a constituição do dossier de identidade. Este dossier compreende quatro partes principais: a estrutura financeira e jurídica, as condições de fabricação, as condições de distribuição e a organização da redacção (Kayser, 1963: 66).

Os quadros nº 4 e nº 5 referem-se, respectivamente, ao dossier de identidade do *Correio da Manhã* e ao dossier de identidade do *Público*.

Quadro nº 4

Dossier de identidade do *Correio da Manhã*

A estrutura jurídica e financeira	Tipo de sociedade	O Correio da Manhã constitui uma marca registada, propriedade da Presslivre – Imprensa Livre SA, uma empresa Cofina Media.
	Integração em grupo multimédia	O Correio da Manhã Pertence ao Grupo Cofina Media, SGPS, SA, que detém várias publicações: jornais diários (Correio da Manhã, Record, Destak, Meia Hora e Jornal de Negócios) e revistas (Sábado, TV Guia, Flash!, Máxima, Máxima Interiores, Vogue, PC Guia, Semana Informática, Automotor, Rotas & Destinos e GQ).
	Vendas e Publicidade * (em milhões de euros)	Receitas de circulação: 41,1 Receitas de publicidade: 40,1 Receitas de produtos de marketing alternativo e outros: 10,5 Total: 91,6
	Despesas * (em milhões de euros)	Custos operacionais: 74,5
As condições de fabricação	Impressão	Grafedisport, Impressão e Artes Gráficas, SA.
		A Grafedisport foi constituída em 2004, numa parceria com a Lisgráfica, S.A. e dedica-se, essencialmente, à impressão dos jornais editados pelo Grupo Cofina. O Grupo Cofina Media detém 50% da Grafedisport.
As condições de distribuição	Distribuição	Vasp – Sociedade de Transportes e Distribuições Lda.
		A Vasp é detida em partes iguais pela Cofina, pela Controlinveste e pela Impresa.

Quadro nº 4 (cont.)

Dossier de identidade do *Correio da Manhã*

A organização da redacção	<p>A organização do jornal <i>Correio da Manhã</i> compreende o Conselho de Administração, o Director, os Directores-Adjuntos, os Chefes de Redacção, o Editor Executivo, o Editor de Fecho, o Redactor Principal, os Editores de Secção e Adjuntos (Portugal, Sociedade, Política, Mundo, Desporto, Cultura & Espectáculos, Vidas, Televisão & Media, Leitores, CM On-line, Fotografia e Secretaria de Redacção) e o Grande Repórter. Há também o Editor Norte, os Editores Algarve e os Editores das revistas (Correio TV, Correio Domingo, Correio Êxito, Correio Sport e Correio Vidas).</p>
	<p>Há ainda o Departamento Gráfico, a Directora Administrativo-Financeira, o Director de Produção, a Directora Comercial, o Director de Informática, o Director de Recursos Humanos, o Director de Marketing, o Director de Circulação e o Departamento de Publicidade.</p>
	<p>Há delegações do <i>Correio da Manhã</i> em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Leiria, Évora, Faro e Portimão.</p>

* Só foi possível apurar estes valores para o conjunto do segmento de jornais do Grupo Cofina em 2006 (*Correio da Manhã, Record, Jornal de Negócios e Destak*).

Fontes: Cofina (2006), Cofina (página web), Vasp (página web).

Quadro nº 5

Dossier de identidade do *Público*

A estrutura jurídica e financeira	Tipo de sociedade	Sociedade Anónima
	Integração em grupo económico	A empresa Público Comunicação Social, SA está integrada no Grupo Sonaecom, SGPS, SA, que actua na área dos <i>media</i> (Público), das telecomunicações (Optimus, Novis e Clix) e de software e sistemas de informação (WeDo, Bizdirect e Mainroad).
		Este grupo pertence à Sonae SGPS, empresa que actua na áreas da indústria dos derivados de madeira (Sonae Indústria), da distribuição alimentar (Sonae Distribuição), dos centros comerciais (Sonae Sierra) e do turismo, promoção imobiliária e engenharia, <i>facility management</i> , seguros e gestão de risco e capital de desenvolvimento (Sonae Capital).
		Os principais accionistas da Sonaecom são a Sonae, com uma participação marginalmente superior a 52%, e a France Telecom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 19,2%.
Vendas e Publicidade (em milhões de euros)	Vendas de publicidade: 15,58 Vendas de jornais: 12,16 Venda de produtos associados: 8,65 Outras receitas: 0,39 Total: 36,78	
Despesas (em milhões de euros)	Custo das vendas: 10,39 Custos com pessoal: 17,37 Marketing e vendas: 2,99 Serviços subcontratados: 11,27 Despesas gerais e administrativas: 3,45 Outros custos operacionais: 0,03 Provisões e perdas de imparidade: 0,08 Total: 45,58	
As condições de fabricação	Impressão	Unipress Centro Gráfico, Lda.
		40% do capital da Unipress pertence à empresa Público Comunicação Social, SA.
		A Unipress dedica-se à impressão de vários jornais nacionais (diários) e regionais (semanais e quinzenais).

Quadro nº 5 (cont.)

Dossier de identidade do *Público*

As condições de distribuição	Distribuição	Logista Portugal – Distribuição de Publicações, SA. A Logista Portugal pertence ao grupo espanhol Logista, que opera sobretudo em Portugal e Espanha, mas também em França e Itália, na área da distribuição de tabaco, cartões telefónicos, produtos farmacêuticos, publicações periódicas, entre outros artigos.
	Distribuição de exemplares gratuitos	O <i>Público</i> , em conjunto com o jornal <i>A Bola</i> , distribui gratuitamente o jornal <i>Sexta</i> .
A organização da redacção	A organização do jornal <i>Público</i> compreende o Conselho Geral, o Conselho de Administração Executivo, o Conselho Consultivo, a Direcção Editorial, o Provedor dos Leitores, os Editores (Portugal, Mundo, Grande Reportagem, Local Lisboa, Local Porto, Desporto, Economia, P2, Edições de Fim-de-semana, Público.pt, Pública, Digital, Fugas, Ípsilon e Fotografia) e os redactores e repórteres.	
	Os redactores e repórteres dividem-se pelas secções: Portugal, Mundo, Cultura, Ciência, Desporto, Economia, Local Lisboa, Local Porto, Última Hora (Público.pt), Guia do Lazer (Público.pt), Webdesign (Público.pt), Vídeo (Público.pt), Pública, Digital, Fugas, Ípsilon e Guia TV.	
	Há correspondentes internacionais em Bruxelas, Madrid e Washington e nacionais no Funchal e em Coimbra.	
	Há ainda a secção da Fotografia e o Departamento Gráfico.	

Fontes: Logista Portugal (página web), *Público* (página web), Sonaecom (2007).

Capítulo 3

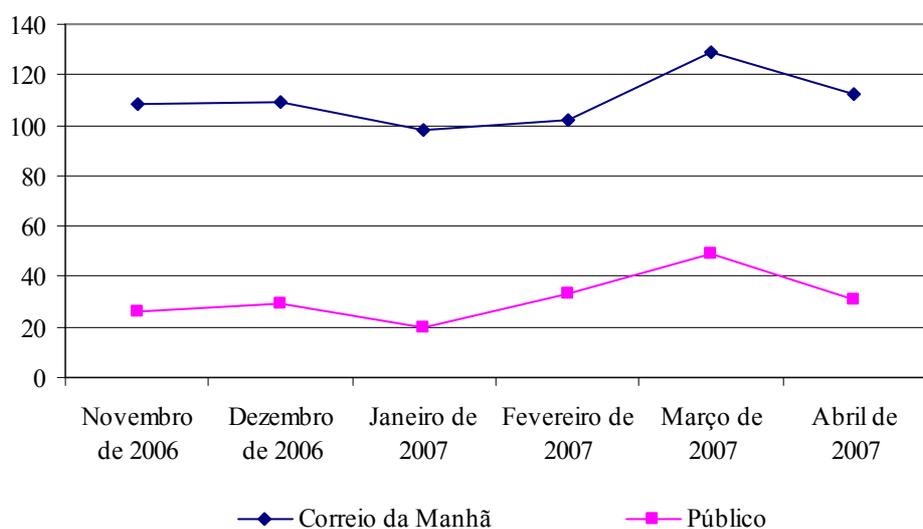
Caracterização da amostra

As notícias sobre imigrantes e minorias étnicas estão em maior presença no *Correio da Manhã* (78% da amostra) do que no *Público* (22%). Em muitos casos isto não significa que os dois jornais não abordem os mesmos assuntos, mas enquanto no *Correio da Manhã* há uma referência explícita à nacionalidade, etnia ou condição de imigrante, no *Público* isso não acontece, pelo que essas notícias não foram seleccionadas para este estudo. Por outro lado, nem todas as notícias da amostra têm como tema principal os imigrantes, minorias étnicas ou a temática da imigração em geral, havendo casos (19% no *Correio da Manhã* e 27% no *Público*) em que estes assuntos surgem num plano secundário da notícia.

A distribuição das notícias recolhidas pelo período analisado revela que, embora o peso do *Correio da Manhã* seja superior ao do *Público*, a configuração temporal é semelhante. De facto, como se pode observar no gráfico nº 2, as curvas de distribuição das notícias apresentam um desenho semelhante. Nos dois jornais é em Janeiro de 2007 que menos notícias houve, sendo que o mês de Março de 2007 corresponde ao período de maior frequência da temática na imprensa.

Gráfico nº 2

Distribuição das notícias pelo período analisado (*número*)



O pico observado no mês de Março leva a questionar a existência de algum acontecimento extraordinário que o explique. E, de facto, nos dois jornais observa-se que este mês teve como particularidade o facto de terem sido publicadas mais notícias sobre legislação. No caso do *Correio da Manhã*, no mês de Março estão concentradas 48% de todas as notícias que foram publicadas com temas sobre legislação. No *Público* essa percentagem é de 50%.

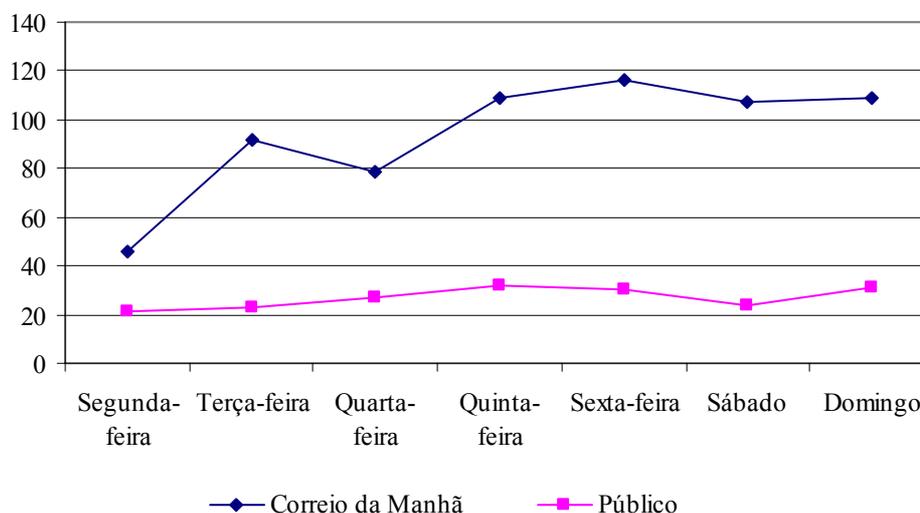
Tanto no *Correio da Manhã* como no *Público* essas notícias incidem em dois temas principais. O primeiro é debate levantado acerca do facto de as cartas de condução de alguns países não serem válidas em Portugal. O tema foi introduzido depois do jogador de futebol angolano, Pedro Mantorras, ter sido detido por conduzir em Portugal com uma carta de condução angolana, o que não lhe dava habilitação legal para o fazer. O assunto gerou várias notícias e acabou por ser resolvido, quando o governo português assinou um acordo com o congénere angolano, reconhecendo a validade dos títulos.

O segundo grupo de notícias sobre legislação em destaque no mês de Março de 2007 prende-se com o Plano para a Integração dos Imigrantes, que nesse mês foi aprovado pelo Governo, em Conselho de Ministros.

Quanto aos dias da semana em que a temática mais está presente na imprensa, observa-se um incremento no final da semana nos dois jornais (gráfico nº 3).

Gráfico nº 3

Distribuição das notícias por dias da semana (*número*)



A segunda-feira é, nos dois jornais, o dia da semana em que menos notícias sobre imigrantes e minorias étnicas são publicadas. Sendo os jornais diários matutinos elaborados de véspera, é natural que assim seja já que, ao domingo, há uma menor disponibilidade da redacção e um menor acesso às fontes de informação.

Das notícias recolhidas apenas 2% têm chamada de capa. O *Público* apresenta uma percentagem um pouco superior à do *Correio da Manhã*: 5% contra 2%.

Relativamente à existência de fotografias nas notícias, esta verifica-se numa proporção semelhante nos dois jornais: 56% no *Correio da Manhã* e 55% no *Público*. Quanto aos gráficos, estes têm um peso muito inferior ao das fotografias. No caso do *Correio da Manhã*, apenas 2% das notícias têm gráfico(s). No *Público* essa percentagem é ligeiramente superior: 5%.

As percentagens relativas às ilustrações nos dois jornais são, assim, aproximadas. No entanto, há que considerar a prática habitual de cada um deles. De facto, o *Correio da Manhã* mostra, no geral, uma maior proporção de ilustrações do que o *Público*, o que corresponde a uma das características da imprensa popular (cf. Ericson, Baranek e Chan, em Penedo, 2003: 66). Isto significa que em relação à temática da imigração e minorias étnicas em particular, há uma valorização superior das ilustrações no *Público*.

Por último considere-se os títulos: por um lado, os títulos referenciais e, por outro, os títulos informacionais.

Os títulos referenciais são os títulos que se mantêm em cada edição do jornal e que permitem ao leitor saber o que encontrar no jornal e onde o encontrar. Esses títulos articulam-se segundo um eixo horizontal (Economia, Desporto, Cultura, etc), que se caracteriza por apresentar uma fraca relação entre os elementos que o constituem, e segundo eixos verticais (Estrangeiro, América, etc), cujos elementos estão dispostos em relação de implicação, partindo do eixo horizontal (Rebelo, 2002: 46).

São títulos que não resumem artigos, são vazios de informação relativamente aos acontecimentos, mas que informam sobre a própria organização do jornal (Rebelo, 2002: 46).

No *Correio da Manhã*, as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas aparecem essencialmente sob o título referencial “Portugal” (quadro nº 6).

Quadro nº 6

Títulos referenciais do *Correio da Manhã* (número e percentagem)

	N	%
Portugal	462	70,2
Sociedade	93	14,1
Última página	28	4,3
Reportagem	16	2,4
Actualidade	15	2,3
Política	14	2,1
Leitores	13	2,0
Correio de Hoje	5	0,8
Televisão & Media	5	0,8
Economia	2	0,3
Mundo	2	0,3
28 Anos	1	0,2
Cultura	1	0,2
Pessoas	1	0,2
Total	658	100,0

No *Público* as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas estão mais dispersas pelos vários títulos referenciais: “Portugal” com 37%, “Sociedade” com 26%, Local com 16% (quadro nº 7).

Quadro nº 7

Títulos referenciais do *Público* (número e percentagem)

	N	%
Nacional / Portugal *	70	37,2
Sociedade	49	26,1
Local	30	16,0
P2 **	13	6,9
Destaque	8	4,3
Espaço Público	7	3,7
Cultura	5	2,7
Economia	3	1,6
Cartas ao Director	1	0,5
Mundo	1	0,5
Última página	1	0,5
Total	188	100,0

* Em Fevereiro de 2007 o jornal *Público* foi reformulado. A secção Nacional foi substituída pela secção Portugal.

** A secção P2 do *Público* surgiu com a reformulação do jornal em Fevereiro de 2007. Embora tenha o formato de suplemento, foi integrada na análise já que algumas temáticas anteriormente abordadas no caderno principal passaram a sê-lo aí.

Depois de vistos os títulos referenciais, considere-se os informacionais. Os títulos informacionais são um complemento dos títulos referenciais, formam uma frase e estabelecem a ligação com o real (Rebelo, 2002: 47).

Estes títulos são fundamentais para se ter uma primeira ideia do conteúdo da notícia. Segundo Lorenzo Gomis (citado por Fontcuberta, 2002: 91), os títulos das notícias cumprem três objectivos: anunciar e resumir a informação contida na notícia, persuadir do interesse do seu conteúdo e terem vida própria, ou seja, serem inteligíveis por si próprios, sem que o leitor tenha de ler a notícia para conhecer o seu conteúdo.

Neste estudo considerou-se a alusão, no título, à nacionalidade, à condição de imigrante ou de minoria étnica ou à temática da imigração em geral. No *Correio da Manhã*, a percentagem de notícias em que existe essa menção é de 28%. No *Público* é mais elevada: 41%.

Assim, num dos jornais – *Correio da Manhã* – observa-se uma maior concentração das notícias sob um único título referencial (“Portugal”, com 70%) e uma menor taxa de alusão à

temática no título informacional. No outro jornal – *Público* – as notícias encontram-se mais dispersas por vários títulos referenciais e há uma maior percentagem de referência à temática no título informacional. Ou seja, no primeiro jornal parece haver uma maior homogeneidade quando se considera a relação entre os títulos referenciais e informacionais das notícias sobre imigrantes e minorias étnicas, no segundo uma maior diversidade.

Considerando que:

“O título referencial e o correlativo título informacional constituem, no seu conjunto, um micro-sistema em que cada uma das partes supõe a verificação da outra e em que se conjugam duas funções primordiais: a reprodução ou o reforço dos paradigmas e a produção de diferenças.

A escolha dos paradigmas é da responsabilidade do jornal. É a expressão da identidade do jornal que o distingue dos restantes. É a estrutura estável, a estrutura normalizadora que marca a continuidade dos números do jornal.

Já a produção de diferenças é inerente à óbvia necessidade do jornal se renovar de um para outro número. O micro-sistema título referencial/título informacional oferece, assim, ao jornal, essa possibilidade espantosa de, de um dia para o dia seguinte, ser outro, continuando a ser o mesmo” (Rebelo, 2002: 47).

Então, as observações feitas quanto aos títulos apontam para uma maior renovação das notícias sobre imigrantes e minorias étnicas no *Público* e para uma maior constância no *Correio da Manhã*.

Capítulo 4

Avaliação das inserções jornalísticas

A importância de uma determinada temática no interior de um jornal não pode ser apenas estabelecida pela frequência com que é abordada. Neste estudo essa é uma questão importante a considerar, tendo em conta a diferença no número de notícias encontrada entre os dois jornais. O modelo de Jacques Kayser (1963) de avaliação das inserções jornalísticas surge, assim, como um instrumento importante que nos permite avaliar as notícias em análise, indo para além da sua quantificação.

O autor refere que, no decurso da produção noticiosa, as notícias recebem um tratamento, nomeadamente tipográfico, que confere ao conteúdo do jornal o seu verdadeiro significado. A forma que as notícias revestem, a localização em que se encontram, a titulação, a apresentação final que recebem são factores que as valorizam. Esta valorização é o meio através do qual os dirigentes ou redactores de um jornal chamam, desviam, aumentam, diminuem ou neutralizam a atenção do leitor (Kayser, 1963: 143).

O autor estabelece uma fórmula pela qual, a partir da localização, da titulação e da apresentação, se atribui um coeficiente de valor às notícias. Há locais do jornal em que uma notícia está mais valorizada do que noutros (por exemplo, uma notícia na primeira página terá mais valor do que uma numa página interior). Ou seja, há localizações em que a atenção do leitor é captada mais facilmente. Da mesma forma, um título a duas colunas não terá o mesmo impacto que um título a seis colunas ou um título com caracteres pequenos não chamará tão facilmente a atenção do leitor como um título com caracteres grandes. Igualmente importante é a apresentação da notícia: uma ilustração valoriza sempre uma notícia, mas valorizará ainda mais se o jornal não tiver por hábito inserir ilustrações nas suas páginas. Também o tipo de caracteres com que a notícia é escrita contribui para dar conta da prioridade com que a mesma é tratada por parte do jornal.

Como refere Jacques Kayser (1963: 143), um mesmo texto adquire um significado muito diferente num jornal em que é inserido na primeira página, com um título a cinco colunas e

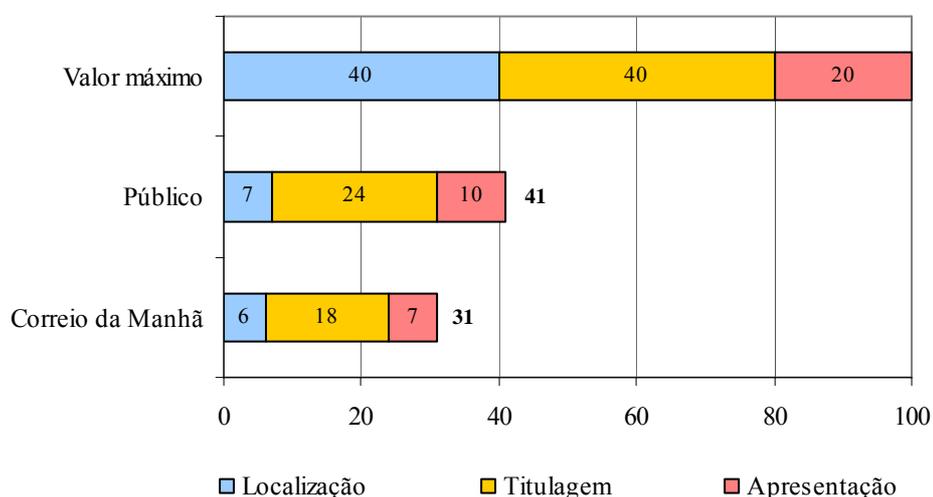
ilustrado com duas fotografias e num jornal em que aparece sem ilustrações, no meio da página 4 e com um título a duas colunas.

Considerados estes aspectos e aplicada a fórmula de Kayser obtém-se o valor de cada notícia. A aplicação deste modelo neste trabalho revelou-se muito útil para dar conta da importância, no contexto de cada um dos jornais analisados, das notícias sobre imigrantes e minorias étnicas.

De facto, depois de determinado o coeficiente de valor para cada uma das notícias e de realizada a média para cada um dos dois jornais, constatou-se que no *Público* as notícias que abordam a temática se revestem de um de valor bastante superior às do *Correio da Manhã*: 41 naquele, 31 neste (gráfico nº 4). Isto significa que embora no *Público* haja um menor número de notícias sobre a temática, as que existem são tratadas de uma forma que as torna, em média, mais importantes que as notícias do *Correio da Manhã*. São notícias que atraem mais a atenção dos leitores.

Gráfico nº 4

Avaliação das inserções jornalísticas sobre imigrantes e minorias étnicas



É na titulagem e na apresentação que se verificam as maiores diferenças entre os dois jornais. Ou seja, no *Público* os títulos das notícias sobre imigrantes e minorias étnicas têm, em média, uma importância superior às do *Correio da Manhã*. Não só em termos do espaço ocupado e do tipo de caracteres utilizados, como relativamente à posição que ocupam na página.

O mesmo acontece relativamente à apresentação: as ilustrações que acompanham as notícias do *Público* e o modelo tipográfico em que elas são apresentadas conferem à apresentação das notícias deste jornal um valor superior ao das notícias do *Correio da Manhã*.

A avaliação das inserções jornalísticas permite, assim, dar conta da valorização superior que as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas recebem na imprensa de referência. O tratamento que recebem, quer em termos de localização, quer em termos de titulação, quer em termos de apresentação, confere-lhes um maior destaque nas páginas do jornal.

Capítulo 5

Profundidade no tratamento do tema

Para caracterizar a profundidade com que a imprensa trata as temáticas ligadas à imigração e às minorias étnicas foram consideradas três variáveis: o tamanho da notícia, o género jornalístico e a autoria.

O quadro nº 8 apresenta os valores respeitantes ao tamanho das notícias. Como as diferentes formatações dos jornais fazem com que o espaço ocupado pelas notícias seja sistematicamente diferente entre si (e, no caso do *Público*, essa diferenciação existe dentro do próprio jornal devido à alteração que o jornal conheceu em Fevereiro de 2007), foram criadas cinco categorias que agregam os diferentes espaços.

A análise dos valores encontrados revela diferenças substanciais entre os dois jornais. De facto, no *Correio da Manhã* predominam as notícias curtas: 70% têm até um quarto de página. No *Público*, observa-se uma maior presença de notícias mais longas, sendo que apenas 13% têm um ou dois parágrafos (contra os 39% revelados pelo *Correio da Manhã*).

Quadro nº 8

Espaço ocupado pelas notícias (*número e percentagem*)

	Correio da Manhã		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
1 ou 2 parágrafos	258	39,2	25	13,3	283	33,5
Mais de 2 parágrafos e até 1/4 de página	200	30,4	80	42,6	280	33,1
Mais de 1/4 página e até 1/2 página	107	16,3	42	22,3	149	17,6
Mais de 1/2 página e até 1 página	81	12,3	28	14,9	109	12,9
Mais de 1 página	12	1,8	13	6,9	25	3,0
Total	658	100,0	188	100,0	846	100,0

Relativamente aos géneros jornalísticos, foram considerados os cinco grupos propostos por Yves Agnés e Jean-Michel Croissandeau: a informação bruta, as narrativas, a palavra de fora, os comentários e os estudos (cf. Rebelo, 2002: 128; 2003: 149-150).

A informação bruta inclui peças jornalísticas de elaboração simples: a “breve” (notícia curta sem título ou em que o título é substituído pela primeira linha impressa num corpo ligeiramente superior), o “filet” (notícia igualmente curta, mas disposta dentro de uma caixa), o “eco” (pequena informação redigida em termos humorísticos) e a “montagem” (notícia constituída a partir de vários segmentos de textos, provenientes de agências de notícias, de notícias já publicadas noutros jornais ou de comunicados diversos).

As narrativas mostram uma elaboração superior à da informação bruta e implicam o contacto entre o jornalista e o acontecimento. Nas narrativas encontramos a “reportagem”, o “relato”, o “fait-divers” e o “retrato”.

Do grupo da palavra de fora fazem parte a “entrevista”, a “mesa redonda”, o “comunicado”, a “livre opinião” e o “correio dos leitores”, ou seja, formatos em que se dá voz a agentes exteriores ao jornal.

No quarto grupo de géneros jornalísticos, o dos comentários, manifesta-se explicitamente a orientação ideológica do jornal. Deste grupo fazem parte o “editorial”, o “bilhete”, a “crónica” e a “crítica”.

O quinto e último grupo corresponde aos estudos, onde encontramos, nomeadamente, a “análise”, o “relatório” e o “inquérito”. Trata-se de textos mais aprofundados, que muitas vezes abordam assuntos colaterais ao que está a ser noticiado, mas que permitem a sua contextualização.

Consideradas estas cinco grandes famílias de géneros jornalísticos e classificado o material analisado, obteve-se os valores apresentados no quadro nº 9. Como se pode ver, no *Correio da Manhã* predominam as notícias de tipo informação bruta (57%), ou seja, peças de elaboração simples. Os comentários e os estudos escasseiam (apresentam ambos uma percentagem de 1%).

As narrativas, que pressupõem já uma maior elaboração e aprofundamento dos temas, estão em maioria no *Público* (51%). Este jornal mostra também percentagens mais elevadas noutros géneros jornalísticos: a palavra de fora, os comentários e os estudos. Ou seja, não só há uma maior percentagem de notícias mais elaboradas e que contextualizam a temática,

como também há uma maior valorização das vozes exteriores ao jornal e uma maior presença de notícias que reflectem uma posição ideológica.

Quadro nº 9

Género jornalístico das notícias (*número e percentagem*)

	Correio da Manhã		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Informação Bruta	373	56,7	66	35,1	439	51,9
Narrativas	251	38,1	95	50,5	346	40,9
Palavra de fora	20	3,0	9	4,8	29	3,4
Comentários	8	1,2	10	5,3	18	2,1
Estudos	6	0,9	8	4,3	14	1,7
Total	658	100,0	188	100,0	846	100,0

A terceira variável considerada para conhecer a profundidade com que as notícias dos dois jornais abordam a questão da imigração e das minorias étnicas é a autoria das notícias. Como se pode ver no quadro nº 10, no *Correio da Manhã* há uma percentagem elevada de notícias que não é assinada (34%), o que poderá indicar que são provenientes de agências de notícias. Para além disso, é também considerável a percentagem de notícias em que apenas aparecem as iniciais dos nomes dos autores (20%). No *Público*, a maioria das notícias é assinada por um autor identificado (62%). Há, portanto, um maior investimento em termos do corpo da redacção no jornal de referência, o que vem de encontro ao facto de as notícias neste jornal se apresentarem em géneros jornalísticos mais elaborados.

Quadro nº 10

Autoria das notícias (*número e percentagem*)

	Correio da Manhã		Público		Total		
	N	%	N	%	N	%	
Nenhum autor identificado	226	34,3	38	20,2	264	31,2	
Um autor	Autor identificado	221	33,6	116	61,7	337	39,8
	Iniciais	131	19,9	14	7,4	145	17,1
	Agência de Notícias	16	2,4	9	4,8	25	3,0
	Leitor	10	1,5	4	2,1	14	1,7
Vários autores	54	8,2	7	3,7	61	7,2	
Total	658	100,0	188	100,0	846	100,0	

As três variáveis consideradas (tamanho da notícia, género jornalístico e autoria) apontam, assim, para um tratamento da temática mais superficial por parte do *Correio da Manhã* e mais

aprofundado por parte do *Público*. Este jornal, não só apresenta notícias mais longas, como os géneros jornalísticos em que são escritas remetem para uma maior elaboração dos textos e para uma maior implicação dos jornalistas da redacção.

Estas observações permitem confirmar uma das hipóteses de partida deste estudo: **na imprensa de referência há mais peças noticiosas desenvolvidas sobre os imigrantes e minorias étnicas do que na imprensa popular.**

Sendo que o tratamento mais aprofundado dos temas é, à partida, uma das características que diferencia a imprensa de referência da imprensa popular, o que sobressai aqui é o facto de as notícias do jornal de referência, apesar de corresponderem apenas a 22% da amostra, serem mais desenvolvidas do que as do jornal popular, que constituem a maior fatia da amostra (78%). Por outro lado, e como foi visto no capítulo anterior¹³, não só as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas do jornal de referência são mais desenvolvidas, como apresentam uma maior importância no contexto global do jornal.

¹³ Capítulo 4. Avaliação das inserções jornalísticas

Capítulo 6

Temáticas abordadas

Depois de analisadas todas as notícias, chegou-se a vinte e oito categorias temáticas. De modo a facilitar o comentário a estes resultados, as diferentes categorias foram agrupadas em grandes grupos temáticos que serão analisados separadamente: em primeiro lugar, as notícias com temáticas associadas à criminalidade (correspondem a 59% do total de notícias), em segundo lugar as que têm uma temática relacionada com a vida dos imigrantes e minorias étnicas no país (22%) e, por fim, as que se debruçam sobre a discussão social e política da imigração e da etnicidade (19%).

1. Temáticas associadas à criminalidade

“As histórias do crime são excertos do pulsar diário do mundo em que vivemos, a que os media estão particularmente atentos por exprimirem a ruptura, a descontinuidade, o desvio, emergentes da cadência previsível e rotineira do quotidiano” (Penedo, 2003: 31).

As notícias com temáticas ligadas à criminalidade representam mais de metade da amostra (59%), sendo que as notícias sobre crimes e detenções constituem a categoria com um maior peso percentual (33%) (quadro nº 11). Segue-se a categoria correspondente às notícias em que os imigrantes e membros de minorias étnicas surgem como vítimas (6%) e a das detenções por situação de ilegalidade no território (5%). Quanto a esta categoria, optou-se por isolar esse motivo de detenção quando se percebeu que ele era o tema de um número significativo de notícias, sobretudo no *Correio da Manhã*.

Quadro nº 11

Temáticas associadas aos imigrantes e minorias étnicas – Criminalidade (*número e percentagem*)

	Correio da Manhã		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Crime / Detenção	257	39,1	25	13,3	282	33,3
Crime (vítima)	51	7,8	3	1,6	54	6,4
Detenção por estar ilegal	42	6,4	2	1,1	44	5,2
Justiça	38	5,8	6	3,2	44	5,2
Identificação / Notificação	27	4,1	2	1,1	29	3,4
Operação policial / Fiscalização	17	2,6	3	1,6	20	2,4
Prostituição	14	2,1	0	0,0	14	1,7
Segurança	7	1,1	3	1,6	10	1,2
Expulsão / Extradicação	2	0,3	1	0,5	3	0,4
Sub-total	455	69,1	45	23,9	500	59,1

As diferenças entre as percentagens apresentadas pelo *Correio da Manhã* e as apresentadas pelo *Público* são muito significativas. De facto, este grupo temático corresponde à maioria das notícias do *Correio da Manhã* (69%), o que não acontece no *Público*, em que este é o tema de 24% das notícias.

Ainda assim, é de salientar que, dentro deste grupo temático, a categoria Crime / Detenção mostra uma percentagem considerável no *Público*: 13%. Considerando todos os grupos temáticos, esta categoria corresponde à segunda mais importante.

Pesquisas realizadas no âmbito do *newsmaking* sublinham a importância dos jornalistas e do meio organizacional em que eles estão inseridos na definição do crime (a sua geografia, os seus personagens, a sua incidência e a sua tipificação) e na amplificação de fenómenos específicos de criminalidade que não são necessariamente reflexo das estatísticas oficiais (Penedo, 2003: 58).

Os dados revelados por esta investigação mostram que isso se verifica particularmente no caso da imprensa popular. O jornal popular, mais vocacionado para o tratamento de temas de carácter sensacionalista, privilegia o crime na cobertura da imigração e das minorias étnicas. No grupo de temáticas associadas à criminalidade sobressai a categoria correspondente a crimes e detenções (39%), mas há também que salientar os casos em que o imigrante ou membro de uma minoria étnica surge no papel de vítima de crime. As notícias com este tema representam 8% do total de notícias do *Correio da Manhã*.

As notícias com estes temas, apesar de predominantes no *Correio da Manhã*, fazem uma abordagem ao fenómeno que se pode considerar superficial. Os acontecimentos noticiados não são contextualizados nem desenvolvidos. Isto é perceptível quando se cruza este conjunto de notícias com as variáveis consideradas para avaliar a profundidade no tratamento do tema: espaço ocupado pela notícia, género jornalístico e autoria.

Relativamente ao espaço ocupado, predominam as notícias com o máximo de um quarto de página (71%). Muitas delas, no entanto, ficam-se por uma única frase (por exemplo: “*Uma mulher de 32 anos, romena, foi detida na Praça do Borratém, por estar em situação ilegal*”¹⁴). Quanto ao género jornalístico, observa-se que se trata essencialmente de informação bruta (59%), sobretudo “breves”. Por último, mais de metade das notícias (56%) ou não é assinada, ou refere explicitamente a proveniência de uma agência de notícias ou menciona apenas as iniciais do autor.

Estas percentagens – relativas apenas às notícias sobre crime – vão de encontro aos valores encontrados para o total da amostra do *Correio da Manhã* porque constituem uma parte importante desta. No entanto, há que referir que as percentagens são ligeiramente mais acentuadas neste subgrupo temático do que no conjunto das notícias deste jornal.

Por outro lado, verifica-se também que o *Correio da Manhã* concede uma importância significativa a temas que remetem para sujeitos individuais, como é o caso das detenções por situação de ilegalidade (6%) e das identificações ou notificações (4%). Ou seja, há uma valorização de casos concretos, em que é apontada uma localidade (por vezes até há referência a uma rua), o que permite aos leitores assimilarem esses acontecimentos como parte do seu quotidiano.

Considerando que o papel dos *media* é fundamental na definição social daquilo que é ou não relevante e na determinação dos temas importantes da actualidade, esta forte associação, no caso da imprensa popular, entre as comunidades de imigrantes e as minorias étnicas e a criminalidade, surge como um factor de potencial discriminação dessas minorias por parte da maioria.

¹⁴ *Correio da Manhã*, 14 de Dezembro de 2006.

2. Temáticas associadas à vida dos imigrantes e minorias étnicas no país

Este segundo grupo temático refere-se às notícias cujos temas se prendem com a vida dos imigrantes e minorias étnicas em Portugal e engloba 22% do total da amostra (quadro nº 12). A diferença entre o *Público* e o *Correio da Manhã* é considerável: naquele corresponde a 32% das notícias, neste a 19%.

Quadro nº 12

Temáticas associadas aos imigrantes e minorias étnicas – Vida no país (*número e percentagem*)

	Correio da Manhã		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Acidente / Incidente	44	6,7	5	2,7	49	5,8
Educação	13	2,0	13	6,9	26	3,1
Habitação	17	2,6	9	4,8	26	3,1
Trabalho	14	2,1	8	4,3	22	2,6
Cultura	5	0,8	9	4,8	14	1,7
Usos, costumes e religião	6	0,9	8	4,3	14	1,7
Histórias de vida	12	1,8	1	0,5	13	1,5
Saúde	7	1,1	2	1,1	9	1,1
Integração	4	0,6	4	2,1	8	0,9
Refugiados / Pedidos de asilo	2	0,3	1	0,5	3	0,4
Desporto	2	0,3	0	0,0	2	0,2
Sub-total	126	19,1	60	31,9	186	22,0

Para além da diferença considerável entre os dois jornais, o que sobressai aqui é também uma maior concentração do *Correio da Manhã* numa única categoria (Acidente/Incidente), enquanto o *Público* apresenta uma distribuição mais equilibrada pelas várias categorias consideradas.

Enquanto *Correio da Manhã* privilegia notícias sobre ocorrências inesperadas, que chocam com a rotina do dia a dia (acidentes e incidentes), o *Público* centra-se no tratamento de temas com uma maior relevância em termos das estruturas da própria sociedade: educação, habitação, cultura.

Estes dados vêm reforçar a ideia, já apontada no grupo temático anterior, de que a imprensa popular privilegia o escândalo, o insólito. Na imprensa de referência, pelo contrário, há uma

maior prevalência de temas que traduzem um questionamento mais aprofundado da presença dos imigrantes e minorias étnicas no nosso país.

3. Temáticas associadas à discussão social e política da imigração e da etnicidade

As notícias com temas relacionados com a discussão social e política da imigração e da etnicidade correspondem a 19% da amostra e constituem o grupo em que o *Público* apresenta a percentagem mais elevada (44%) (quadro nº 13). O facto de este jornal concentrar grande parte das suas notícias sobre imigrantes e minorias étnicas neste grupo temático confirma o que já vem sido revelado pelos valores mencionados nos dois grupos temáticos anteriores: a imprensa de referência, na abordagem que faz à imigração e às minorias étnicas, privilegia matérias com uma abordagem social e política dos fenómenos.

Quadro nº 13

Temáticas associadas aos imigrantes e minorias étnicas – Discussão social e política da imigração e etnicidade
(número e percentagem)

	Correio da Manhã		Público		Total	
	N	%	N	%	N	%
Legislação	23	3,5	28	14,9	51	6,0
Política	20	3,0	15	8,0	35	4,1
Estatísticas	12	1,8	7	3,7	19	2,2
Estudo / Debate	8	1,2	10	5,3	18	2,1
Denúncia/crítica a racismo/estereótipos	6	0,9	11	5,9	17	2,0
Programas/centros de apoio	6	0,9	9	4,8	15	1,8
Encontro/Manifestação	2	0,3	3	1,6	5	0,6
Sub-total	77	11,7	83	44,1	160	18,9

Considerando não apenas este grupo, mas o total das categorias temáticas, a que se refere às notícias sobre legislação é a que apresenta a maior percentagem no *Público* (15%). Como foi referido anteriormente, 50% de todas as notícias sobre legislação no *Público* foram publicadas no mês de Março de 2007¹⁵. Mas há um outro mês que se destaca: Dezembro de 2006, com

¹⁵ Como foi exposto no **Capítulo 3. Caracterização da amostra**, os dois assuntos que contribuíram para essa concentração de notícias sobre legislação no mês de Março de 2007 foram a constatação de que a lei portuguesa não permitia a cidadãos com cartas de condução angolanas conduzirem em Portugal – depois de um jogador de futebol ter sido detido nessas circunstâncias – e a aprovação, pelo Conselho de Ministros, do Plano para a Integração dos Imigrantes.

21% das notícias sobre legislação. Neste mês falou-se sobretudo da apresentação pública do anteprojecto do Plano para a Integração dos Imigrantes.

Será também interessante sublinhar a percentagem considerável que o *Público* mostra na categoria relativa a denúncias ou críticas a actos de racismo ou a estereótipos relacionados com os imigrantes ou minorias étnicas (6%). No *Correio da Manhã* a mesma categoria representa 1% das notícias.

Sobre este tema em particular, revelou-se importante conhecer o género jornalístico das notícias que o abordam. No caso do *Público*, a maior percentagem (45%) cabe aos comentários, ou seja, a família de géneros jornalísticos em que a orientação ideológica do jornal se manifesta explicitamente. No caso do *Correio da Manhã* isso já não acontece: as – pouco significativas – notícias que têm como objecto a denúncia ou crítica a actos de racismo ou a estereótipos variam sobretudo entre a informação bruta e as narrativas (ambas com 33%). Ou seja, nota-se um certo engajamento ideológico no combate ao racismo e aos estereótipos no *Público* que não se verifica no *Correio da Manhã*.

4. Síntese

Nas notícias referentes à imigração e à etnicidade os temas predominantes não são os mesmos na imprensa popular e na imprensa de referência. O jornal popular privilegia notícias com temas relacionados com a criminalidade, muitas vezes particularizados em casos concretos. No jornal de referência predominam as notícias com temas de carácter político-social, mais abrangentes quanto ao objecto que noticiam.

Assim, o grupo temático em que o *Correio da Manhã* apresenta a percentagem mais elevada (temáticas associadas à criminalidade, com 69%) é aquele em que o *Público* mostra a percentagem mais baixa (24%). E o grupo temático em que o *Público* expõe a taxa mais alta (temáticas associadas à discussão social e política da imigração e da etnicidade, com 44%) é aquele em que menos notícias do *Correio da Manhã* se enquadram (12%).

Atendendo a que uma das principais diferenças entre a imprensa popular e a imprensa de referência é, justamente, o facto de aquela se concentrar em acontecimentos desviantes

relativamente àquilo que é a ordem social, dando uma particular atenção a casos particulares, enquanto esta privilegia a discussão dos processos políticos, económicos e sociais, os resultados acima indicados mais não são do que um reflexo dessas diferenças, com a particularidade de se tratarem de notícias que têm como objecto os imigrantes e minorias étnicas.

Como já foi referido, esta forte associação entre imigrantes, minorias étnicas e crime, existente nas notícias do *Correio da Manhã*, afigura-se como um factor propiciador de discriminação destas comunidades por parte da restante sociedade. Cristina Penedo (2003: 85) refere que “*o sentimento de insegurança gerado em torno da percepção do crime e da ameaça que o mesmo envolve tornam a opinião pública receptiva ao endurecimento das políticas de controlo e aos movimentos que vão no sentido da exclusão social*”.

De facto, embora os *media* não determinem o modo de pensar dos indivíduos, constituem-se, hoje em dia, como elementos fundamentais na definição daquilo que é a realidade social. Em muitos aspectos da vida em sociedade, os *media* são a única forma de as pessoas acederem a certas informações.

Por outro lado, nota-se no jornal popular uma grande concentração em determinados temas, enquanto no jornal de referência há uma maior dispersão pelos vários temas. Esta é, aliás, uma das diferenças entre a imprensa popular e a imprensa de referência: enquanto aquela faz um retrato da sociedade em que os itens são reduzidos, esta contempla itens mais extensos.

Os dados apresentados neste capítulo vêm de encontro a uma das hipóteses de investigação de partida deste trabalho: **na imprensa popular a tendência para abordar temáticas ligadas à criminalidade é mais marcada do que na imprensa de referência**. De facto, os números revelados por esta análise mostram que na imprensa popular as temáticas relacionadas com o crime constituem uma parte mais importante das notícias sobre imigrantes e minorias étnicas do que na imprensa de referência, o que contribui para um reforço do preconceito.

Por outro lado, refutou-se uma outra das hipóteses de partida: **as temáticas abordadas pela imprensa portuguesa no que toca aos imigrantes e às minorias étnicas remetem**

essencialmente para a criminalidade. Efectivamente, aferiu-se que esta hipótese só é válida no caso da imprensa popular e não na imprensa em geral.

Capítulo 7

Localização geográfica

Do total de notícias recolhidas 80% faz referência ao local de ocorrência do acontecimento noticiado. Distinguindo o *Correio da Manhã* do *Público*, é naquele que a percentagem é mais elevada (85%) e neste mais baixa (63%), o que vem de encontro aos resultados apresentados no **Capítulo 6. Temáticas abordadas**, já que, como se constatou, o primeiro jornal privilegia ocorrências particularizadas, enquanto o segundo dá preferência a um tratamento noticioso mais abrangente das temáticas da imigração e etnicidade.

Os vários locais referidos foram agrupados por distrito. No quadro nº 14 podemos observar que Lisboa é, no geral, o distrito com uma maior percentagem de referências (26%). Uma primeira observação que se pode fazer em relação à preponderância de Lisboa prende-se com o facto de os dois jornais estudados terem redacção neste distrito (mais concretamente na cidade de Lisboa), o que poderá reflectir-se num maior volume de peças jornalísticas com acção nesse local. Mas os dois jornais são, também, de âmbito nacional, pelo que o que se pretende neste capítulo é perceber até que ponto estas percentagens reflectem a realidade estatística, ou seja, se coincidem ou não com a importância numérica que os imigrantes e minorias étnicas têm em cada um dos distritos do país.

Quadro nº 14

Localização geográfica dos acontecimentos noticiados (*número e percentagem*)

		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Distrito	Lisboa	137	24,5	38	31,9	175	25,8
	Faro	116	20,8	6	5,0	122	18,0
	Porto	40	7,2	16	13,4	56	8,3
	Setúbal	45	8,1	8	6,7	53	7,8
	Leiria	44	7,9	4	3,4	48	7,1
	Viseu	28	5,0	1	0,8	29	4,3
	Santarém	23	4,1	4	3,4	27	4,0
	Coimbra	12	2,1	6	5,0	18	2,7
	Castelo Branco	16	2,9	1	0,8	17	2,5
	Aveiro	14	2,5	0	0,0	14	2,1
	Braga	13	2,3	0	0,0	13	1,9
	Évora	7	1,3	2	1,7	9	1,3
	Beja	6	1,1	2	1,7	8	1,2
	Guarda	6	1,1	0	0,0	6	0,9
	R.A. Açores	2	0,4	2	1,7	4	0,6
	Vila Real	4	0,7	0	0,0	4	0,6
	Portalegre	3	0,5	0	0,0	3	0,4
	R.A. Madeira	3	0,5	0	0,0	3	0,4
	Viana do Castelo	2	0,4	0	0,0	2	0,3
Bragança	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
Vários Distritos	10	1,8	5	4,2	15	2,2	
Portugal	28	5,0	24	20,2	52	7,7	
Total	559	100,0	119	100,0	678	100,0	

Base: notícias que referem o local geográfico onde decorre a acção (*Correio da Manhã*: n = 559; *Público*: n = 119).

De acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativos ao ano de 2006, é no distrito de Lisboa que se encontram 46% dos estrangeiros em território nacional (quadro nº 15). Segue-se o distrito de Faro com 14%, Setúbal com 11% e o Porto com 6%.

Quadro nº 15

População estrangeira em território nacional por Distrito (*número e percentagem*)

	N	%
Lisboa	189.222	46,2
Faro	56.134	13,7
Setúbal	42.927	10,5
Porto	26.228	6,4
Aveiro	16.362	4,0
Coimbra	12.577	3,1
Leiria	11.879	2,9
Santarém	10.469	2,6
Braga	7.451	1,8
R.A. Madeira	6.734	1,6
R.A. Açores	4.480	1,1
Viseu	3.924	1,0
Évora	3.777	0,9
Beja	3.593	0,9
Viana do Castelo	2.961	0,7
Castelo Branco	2.581	0,6
Portalegre	2.564	0,6
Guarda	2.154	0,5
Vila Real	1.818	0,4
Bragança	1.350	0,3
Total	409.185	100,0

Fonte: SEF (2007).

Claro que não podemos esquecer que estes números se referem aos estrangeiros com a situação regularizada, o que deixa de parte os milhares de imigrantes em situação ilegal que, como veremos mais adiante¹⁶, constituem uma parte considerável do objecto das notícias. Ainda assim, este exercício de comparação revela-se interessante.

O *Correio da Manhã* é, dos dois jornais, aquele em que a importância numérica dos distritos referidos nas notícias mais se aproxima dos valores do SEF. Embora com percentagens diferentes, os três distritos que surgem em primeiro lugar neste jornal correspondem aos três distritos com maiores percentagens de estrangeiros (Lisboa, Faro e Setúbal). Os distritos de Vila Real e Bragança, que concentram as menores percentagens de estrangeiros residentes em Portugal segundo os dados do SEF, são também dos distritos com menos ocorrências no *Correio da Manhã*.

No *Público* existe também um reflexo da importância da população estrangeira em cada distrito, mas de forma menos acentuada. Lisboa surge em primeiro lugar, tal como nos

¹⁶ No **Capítulo 8. Perfil dos imigrantes e das minorias étnicas (2. Situação jurídica)**.

números do SEF. Segundo os dados deste organismo, o segundo distrito com mais imigrantes é Faro e o terceiro Setúbal. No *Público* estes distritos aparecem em quinto e quarto lugar, respectivamente. Os três distritos com menores percentagens de estrangeiros residentes (Guarda, Vila Real e Bragança) correspondem a percentagens nulas no *Público*.

Assim, não só se observa uma maior presença da referência à localização geográfica no jornal popular, o que, como já foi mencionado, reflecte as temáticas abordadas por esse jornal, como também se verifica uma maior correspondência entre os distritos palco dos acontecimentos noticiados e a presença de imigrantes nesses locais.

Capítulo 8

Perfil dos imigrantes e das minorias étnicas

Para conhecer o perfil dos imigrantes e minorias étnicas que o *Correio da Manhã* e o *Público* noticiam foram analisadas cinco variáveis: situação jurídica, actividade profissional, idade, género e nacionalidade ou etnia dos actores referidos. Todas elas foram consideradas em triplicado, para o caso de numa mesma notícia haver referência a várias situações.

1. Nacionalidade ou etnia

A alusão à nacionalidade ou etnia está presente em 77% das notícias (quadro nº 16). No *Correio da Manhã* essa percentagem é bastante mais elevada do que no *Público* (83% contra 57%), o que vem de encontro ao que foi revelado pela análise das temáticas das notícias: aquele jornal privilegia uma particularização dos casos, enquanto este dá voz a uma abordagem mais geral. Mas esta diferença permite, também, confirmar desde já a hipótese segundo a qual **na imprensa popular a alusão à nacionalidade ou etnia dos sujeitos das notícias é mais forte do que na imprensa de referência.**

Quadro nº 16

Referência à nacionalidade/etnia (número e percentagem)

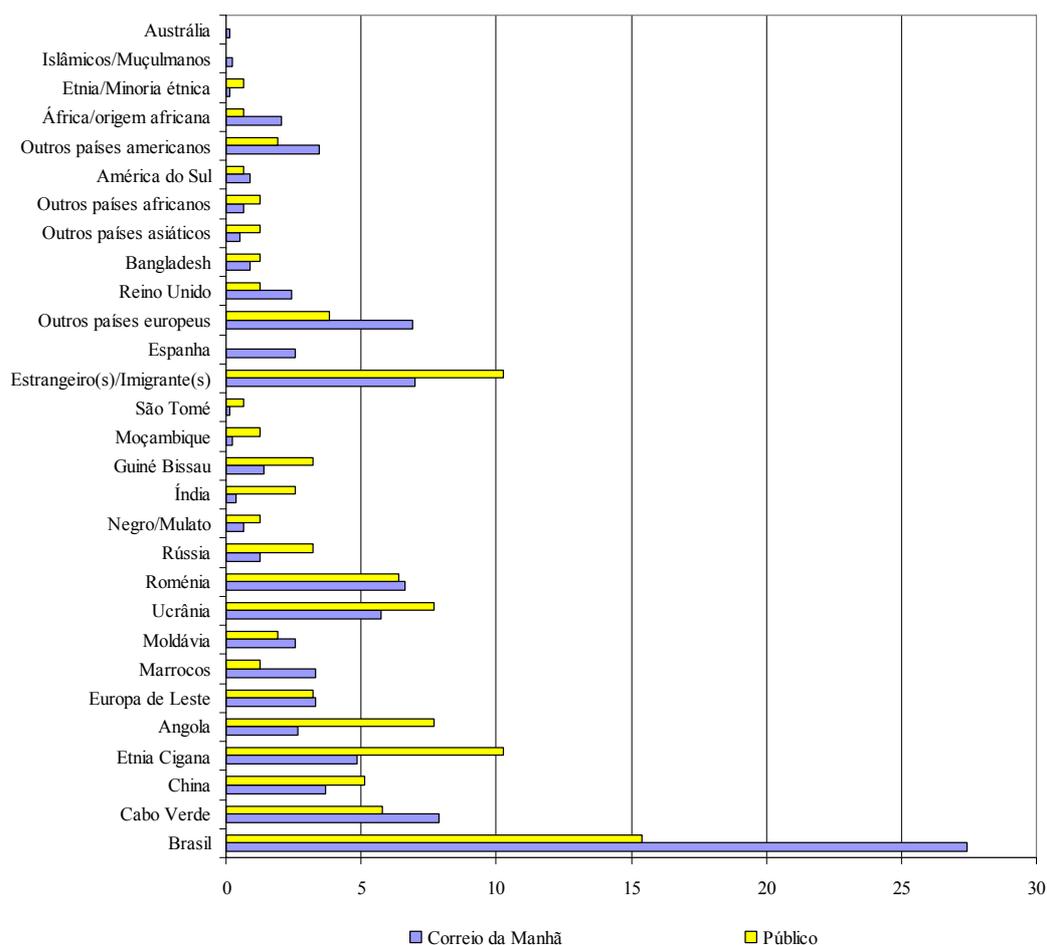
		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Nacionalidade / etnia (1)	Sim	545	82,8	107	56,9	652	77,1
	Não (não refere / não se aplica)	113	17,2	81	43,1	194	22,9
Nacionalidade / etnia (2)	Sim	178	27,1	33	17,6	211	24,9
	Não (não refere / não se aplica)	480	72,9	155	82,4	635	75,1
Nacionalidade / etnia (3)	Sim	61	9,3	16	8,5	77	9,1
	Não (não refere / não se aplica)	597	90,7	172	91,5	769	90,9
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

Quanto às nacionalidades e etnias referidas, tanto no *Correio da Manhã* como no *Público*, a nacionalidade brasileira é a mais importante (gráfico nº 5), o que traduz a sua presença real no país. De facto, embora os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativos ao ano de 2006 apontem para um número ligeiramente superior de cabo-verdianos em território

nacional¹⁷, esses valores apenas se referem às situações de legalidade. Estima-se que haja mais de cem mil brasileiros em Portugal, constituindo-se como a maior comunidade de imigrantes no país.

Gráfico nº 5¹⁸

Nacionalidades / etnias referidas nas notícias (percentagem)



Base: referências à nacionalidade/etnia (*Correio da Manhã*: n = 784; *Público*: n = 156).

Tanto os 27% de brasileiros do *Correio da Manhã* como os 15% do *Público* surgem sobretudo em notícias com temáticas associadas à criminalidade, mas no primeiro jornal a

¹⁷ 65.485 cabo-verdianos para 65.463 brasileiros.

¹⁸ Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as referências encontradas à nacionalidade ou etnia dos protagonistas (como foi explicitado, até três referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências à nacionalidade ou etnia. Por outro lado, optou-se por reunir numa única categoria as referências estatisticamente pouco significativas a países europeus. O mesmo aconteceu em relação a países dos continentes americano, africano e asiático.

percentagem é mais elevada: 85% de todas as referências a brasileiros dá-se no âmbito de notícias sobre crime, enquanto no segundo jornal são 58%. Neste, as restantes referências a essa nacionalidade distribuem-se equitativamente pelas notícias com temáticas ligadas à vida dos imigrantes e minorias étnicas no país e pelas notícias com temáticas ligadas à discussão social e política da imigração (21% nos dois casos).

Com uma percentagem bastante inferior, surgem em segundo lugar no *Correio da Manhã* as referências aos cabo-verdianos (8%). Embora estas referências sejam também dominantes em notícias sobre crime (69%), observa-se também uma percentagem bastante significativa na área dos temas ligados à vida no país (23%), o que traduz uma presença em Portugal mais antiga desta comunidade e uma maior assimilação da mesma.

No *Público* o segundo lugar é ocupado pelas referências à etnia cigana e ao estrangeiro/imigrante (ambos com 10%). A etnia cigana surge no *Público* em notícias com temas relacionados com a vida dos imigrantes e minorias étnicas no país (63%) e com a discussão social e política da imigração (31%). De facto, este jornal prestou uma particular atenção ao modo de vida desta comunidade, o que, aliás, fica bem patente quando se olha para o género jornalístico das notícias onde há referências à etnia cigana: 69% são narrativas (sobretudo reportagens), mas há também estudos, palavras de fora, comentários. Ou seja, géneros jornalísticos que patenteiam um tratamento aprofundado da informação.

De uma forma geral, as referências à nacionalidade ou etnia na imprensa popular aparecem sobretudo no âmbito de notícias sobre crime (77%) e raras vezes em notícias que têm como tema a discussão social e política da imigração e da etnicidade (5%). Na imprensa de referência a distribuição dessas alusões faz-se em proporções semelhantes pelos três grupos temáticos: 37% em notícias com temáticas relacionadas com a vida no país, 33% em notícias com temas ligados à criminalidade e 30% em notícias que têm como tema a discussão social e política da imigração e etnicidade.

Ou seja, a imprensa popular além de, como foi visto no **Capítulo 6. Temáticas abordadas**, dedicar grande parte das suas notícias que têm como objecto os imigrantes e as minorias étnicas à criminalidade, também mostra uma associação entre determinadas nacionalidades e etnias e o crime.

2. Situação jurídica

A referência à situação jurídica não é muito significativa: surge em 18% das notícias do *Correio da Manhã* e em 8% das do *Público* (quadro nº 17). Uma primeira explicação para a percentagem mais baixa neste jornal é, tal como em relação à nacionalidade ou etnia, o facto de os temas abordados nas notícias incidirem menos sobre casos particulares e mais sobre a discussão social e política.

Quadro nº 17

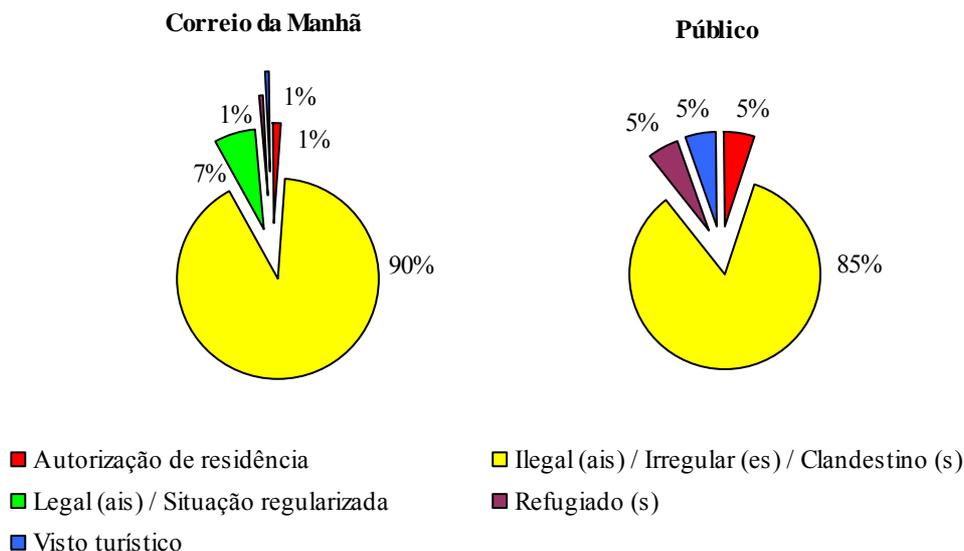
Referência à situação jurídica (*número e percentagem*)

		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Situação jurídica (1)	Sim	118	17,9	15	8,0	133	15,7
	Não (não refere / não se aplica)	540	82,1	173	92,0	713	84,3
Situação jurídica (2)	Sim	25	3,8	3	1,6	28	3,3
	Não (não refere / não se aplica)	633	96,2	185	98,4	818	96,7
Situação jurídica (3)	Sim	8	1,2	1	0,5	9	1,1
	Não (não refere / não se aplica)	650	98,8	187	99,5	837	98,9
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

Nos casos em que a situação jurídica é referida, são sobretudo as situações de ilegalidade que são salientadas, conforme se pode ver no gráfico nº 6. Elas representam 90% das situações referidas no *Correio da Manhã* e 85% das do *Público*, ou seja, percentagens muito próximas. No entanto, é preciso sublinhar que o valor absoluto de que falamos é distinto (é muito superior no *Correio da Manhã*), o que impossibilita comparações consolidadas.

Gráfico nº 6¹⁹

Situações jurídicas referidas nas notícias (percentagem)



Base: referências à situação jurídica (*Correio da Manhã*: n = 151; *Público*: n = 19).

Embora a percentagem de referências a situações de ilegalidade seja aproximada, os valores absolutos são muito distintos, o que vem confirmar que **na imprensa popular a alusão à situação de ilegalidade dos sujeitos das notícias é mais forte do que na imprensa de referência.**

Pelo baixo valor absoluto que representa²⁰, optou-se por não fazer cruzamentos entre a situação de ilegalidade no *Público* e outras variáveis. Já no *Correio da Manhã*, o cruzamento com a nacionalidade deu origem a um valor de 103 casos, em que quase metade corresponde a brasileiros (48%). O cruzamento com os grupos temáticos mostrou que a situação de ilegalidade é referida sobretudo em notícias relacionadas com a criminalidade, destacando-se a detenção por estar ilegal (40%), o crime/detenção (21%) e a identificação/notificação (15%).

¹⁹ Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as referências encontradas à situação jurídica dos protagonistas (como foi explicitado, até três referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências à situação jurídica.

²⁰ Dezasseis casos.

Relativamente à situação jurídica, podemos então dizer que ela está ausente da maior parte das notícias, sobretudo no caso do *Público*. Quando presente, é sobretudo a situação de ilegalidade que é referida.

3. Actividade profissional

A referência à actividade exercida pelos sujeitos imigrantes ou de minorias étnicas apresenta uma percentagem semelhante nos dois jornais: 20% (quadro nº 18).

Quadro nº 18

Referência à actividade profissional (*número e percentagem*)

		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Actividade profissional (1)	Sim	134	20,4	38	20,2	172	20,3
	Não (não refere / não se aplica)	524	79,6	150	79,8	674	79,7
Actividade profissional (2)	Sim	28	4,3	8	4,3	36	4,3
	Não (não refere / não se aplica)	630	95,7	180	95,7	810	95,7
Actividade profissional (3)	Sim	9	1,4	8	4,3	17	2,0
	Não (não refere / não se aplica)	649	98,6	180	95,7	829	98,0
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

E que actividades são essas? De forma a poder realizar algumas comparações, as várias actividades foram agrupadas segundo os grandes grupos da Classificação Nacional das Profissões (1994). Aos grandes grupos acrescentou-se actividades que não são contempladas por essa classificação: a prostituição, os militares, os reformados, os desempregados / sem ocupação e os estudantes.

Antes de apresentar os resultados, um pequeno comentário acerca desta classificação: na Classificação Nacional das Profissões, que data de 1994²¹, o grupo denominado de “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa” engloba profissões bastante diversas. Tanto diz respeito a um embaixador ou a um director geral da administração pública, como se refere a um director ou gerente de um restaurante ou de um estabelecimento de comércio. Como veremos, neste estudo, a maioria das referências a este

²¹ Está prevista a publicação de uma actualização no ano de 2008.

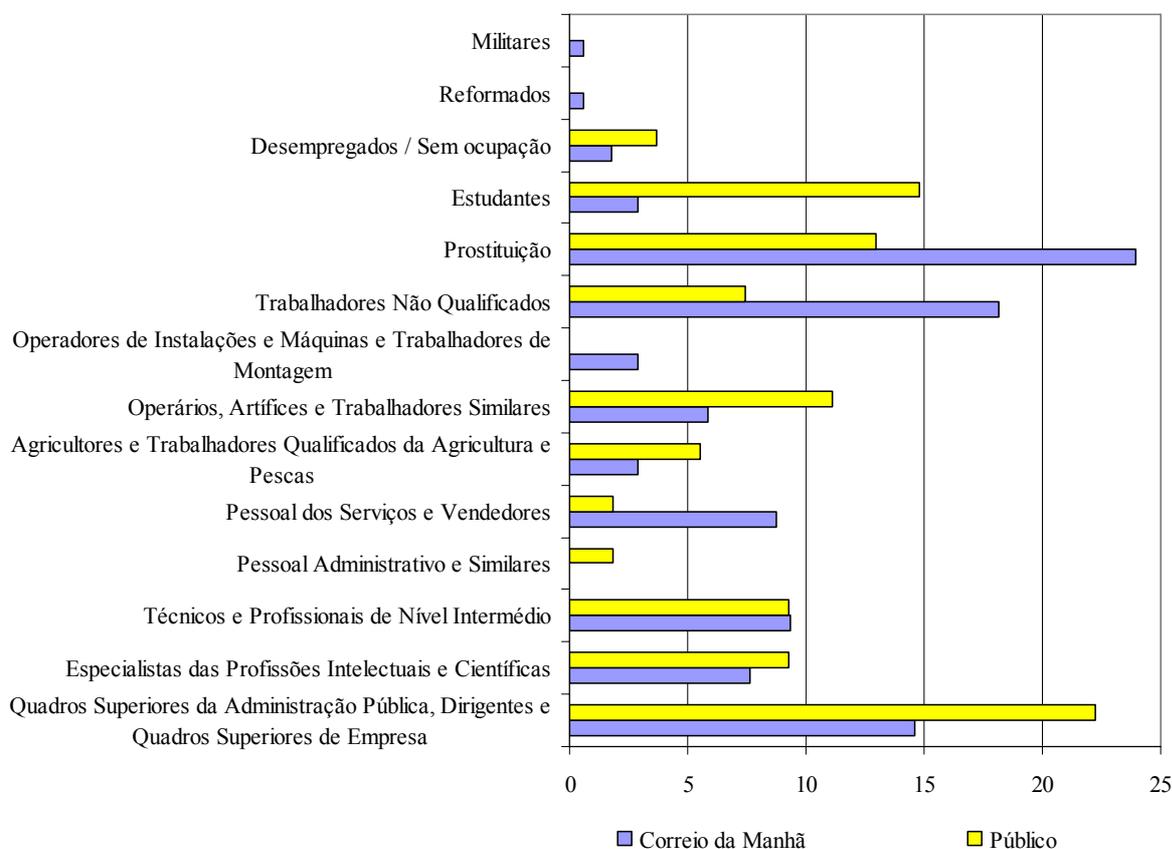
grupo reporta-se a proprietários de estabelecimentos comerciais (cafés, restaurantes e lojas). Feito este esclarecimento, passa-se agora à apresentação dos resultados.

No gráfico nº 7 podemos observar que a actividade com uma maior percentagem no *Correio da Manhã* é a Prostituição (24%), seguindo-se os Trabalhadores não qualificados (18%) e os Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (15%). Quanto a este terceiro grupo, 80% das referências dizem respeito a proprietários de cafés, restaurantes ou lojas, 16% a empresários e 4% a directores da administração pública.

No *Público* em primeiro lugar estão os Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (22%), em segundo os Estudantes (15%) e em terceiro a Prostituição (13%). As menções feitas a profissões agrupadas no grupo dos Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa reportam-se a proprietários de cafés, restaurantes ou lojas (59%), empresários (33%) e directores culturais (8%).

Gráfico nº 7 ²²

Actividades profissionais referidas nas notícias (*percentagem*)



Base: referências à actividade profissional (*Correio da Manhã*: n = 171; *Público*: n = 54).

Sendo a prostituição a actividade mais referida no *Correio da Manhã*, qual o perfil dos actores que lhe estão associados? Quanto ao género, verifica-se que em 98% dos casos são mulheres. Relativamente à nacionalidade, 62% são de origem brasileira, 21% são “estrangeiros” e a restante percentagem divide-se por várias nacionalidades.

O grupo profissional que surge em segundo lugar é, como se referiu, o dos Trabalhadores não qualificados. Falamos sobretudo de homens (86% contra 14% de mulheres) e, em termos de nacionalidade, de brasileiros (24%), ucranianos (17%), moldavos e cabo-verdianos (ambos com 14%).

²² Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as referências encontradas à actividade profissional dos protagonistas (como foi explicitado, até três referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências à actividade profissional.

O terceiro grupo profissional no *Correio da Manhã* (Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa) constitui-se sobretudo por homens (91% contra 9% de mulheres). Quanto à nacionalidade, destaca-se claramente a chinesa (60%).

Os cruzamentos das referências à actividade profissional com as variáveis género e nacionalidade no jornal *Público* originaram valores pouco significativos²³, pelo que se optou por não apresentar os resultados.

Sendo que uma das hipóteses de investigação deste trabalho é que **os imigrantes e membros de minorias étnicas retratados nas notícias são sobretudo pessoas que trabalham em sectores de actividade não qualificados**, os resultados acima expostos mostram que isso é verdade no caso da imprensa popular. De facto, no *Correio da Manhã* as duas actividades com um maior número de referências nas notícias sobre imigrantes e minorias étnicas são a prostituição e os trabalhos não qualificados. Embora não representem a maioria das referências feitas às actividades profissionais, são os grupos que registam as percentagens mais elevadas.

No que se refere à imprensa de referência, essa hipótese já não se confirma. São as referências aos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa e aos estudantes que se destacam. Só depois vêm as menções à prostituição. E apenas em sexto lugar surgem as alusões aos trabalhos não qualificados.

4. Idade

As notícias que no *Correio da Manhã* referem a idade de pelo menos um dos protagonistas da ocorrência noticiada ascendem a 44% (quadro nº 19). No *Público* essa percentagem é inferior: 20%. Uma vez mais, esta diferença considerável entre os dois jornais tem uma primeira explicação, que é o facto de os temas das notícias serem mais particularizados no *Correio da Manhã* e, portanto, com um maior potencial de personalização, e mais gerais no *Público*.

²³ Entre sete e doze casos.

Quadro nº 19

Referência à idade (*número e percentagem*)

		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Idade (1)	Sim	292	44,4	38	20,2	330	39,0
	Não (não refere / não se aplica)	366	55,6	150	79,8	516	61,0
Idade (2)	Sim	94	14,3	11	5,9	105	12,4
	Não (não refere / não se aplica)	564	85,7	177	94,1	741	87,6
Idade (3)	Sim	26	4,0	6	3,2	32	3,8
	Não (não refere / não se aplica)	632	96,0	182	96,8	814	96,2
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

As idades referidas foram reunidas em grupos etários. A sua análise permite constatar que os protagonistas das notícias têm sobretudo entre 19 e 44 anos (gráfico nº 8).

No *Correio da Manhã* há um grupo etário que se destaca claramente: o dos 25 aos 34 anos (33%). O grupo que se segue é o dos 19 aos 24 anos (19%). Isto significa que mais de metade (52%) dos protagonistas das notícias deste jornal são jovens com idades entre os 19 e os 34 anos.

No *Público*, para além de se notar uma maior proporção de protagonistas mais velhos, observa-se também percentagens equilibradas entre os 19 e os 44 anos.

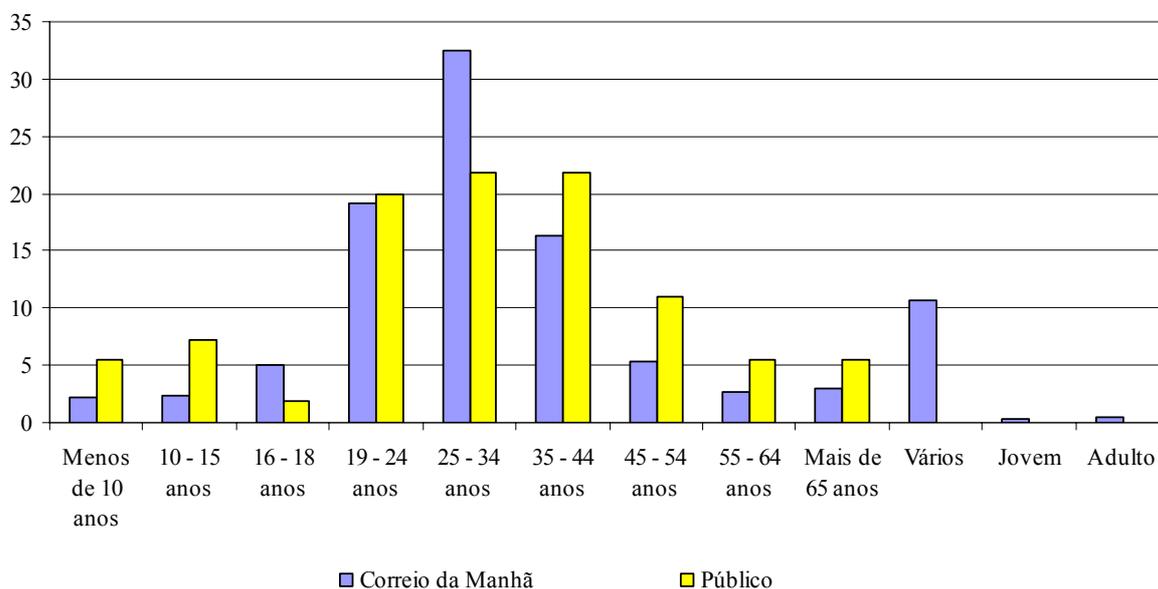
De acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2007) relativos ao ano de 2006, 51% dos estrangeiros em território nacional têm entre 20 e 39 anos, 24% têm entre 40 e 64 anos, 22% têm entre zero e 19 anos e apenas 4% têm 65 e mais anos.

Tendo sempre em consideração que estes dados apenas se referem aos estrangeiros com situações regularizadas, é no entanto possível observar alguns aspectos interessantes. A estrutura etária, no que toca à população activa (entre os 19 e os 64 anos), do *Correio da Manhã* apresenta uma correspondência total com os dados do SEF (apenas um ponto percentual a mais naquele jornal). No *Público* há também uma aproximação, embora não tão vinculada (5% a mais neste jornal).

Ou seja, a população activa, predominante entre a população estrangeira no país, é também preponderante nas narrativas construídas sobre os imigrantes e minorias étnicas.

Gráfico n.º 8²⁴

Grupos etários referidos nas notícias (percentagem)



Base: referências à idade (*Correio da Manhã*: n = 421; *Público*: n = 55).

O grupo etário que mais se destaca no *Correio da Manhã* é, portanto, o dos 25-34 anos. O cruzamento com o grupo temático mostra que este grupo etário é referido sobretudo em notícias com temáticas relacionadas com a criminalidade, destacando-se sobretudo em peças sobre crimes e detenções (60%). Estes jovens adultos são sobretudo brasileiros (40%). Quanto ao género, sobressai o masculino (81%).

No *Público*, como se viu, os protagonistas das notícias são tendencialmente mais velhos. Os que têm entre 25 e 34 anos e entre 35 e 44 (os dois grupos etários têm pesos iguais) são actores sobretudo em notícias sobre crimes e detenções (42%), mas também em notícias sobre trabalho e em notícias sobre usos, costumes e religião (ambas as categorias com uma percentagem de 13%). Estes protagonistas são sobretudo brasileiros (33%), ucranianos (17%) e “estrangeiros” (13%)²⁵.

²⁴ Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as referências encontradas à idade dos protagonistas (como foi explicitado, até três referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências à idade.

²⁵ Há que referir que estas percentagens se reportam a um número de casos pouco significativo (vinte e quatro casos).

5. Género

As notícias que referem o género dos protagonistas ascendem a 68% (quadro nº 20). A diferença entre os dois jornais é bastante considerável: 76% no *Correio da Manhã*, 40% no *Público*. Tal como foi referido para outras variáveis de caracterização do perfil dos actores das notícias, o facto de este jornal noticiar sobretudo acontecimentos de ordem societal poderá explicar a importante diferença.

Quadro nº 20

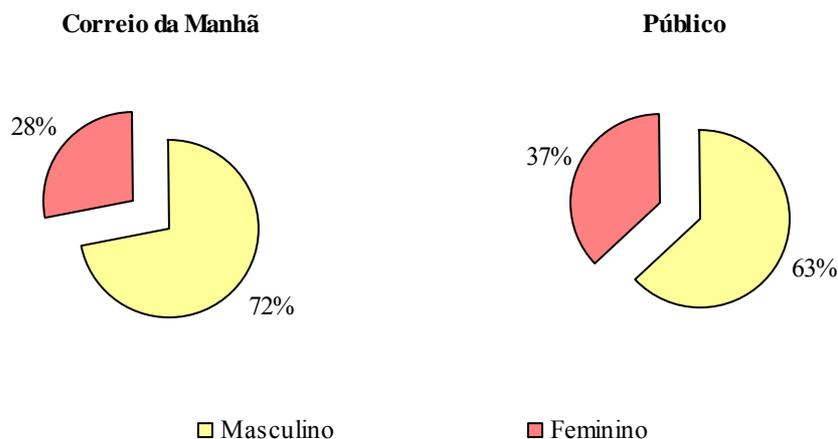
Referência ao género (*número e percentagem*)

		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Género (1)	Sim	497	75,5	75	39,9	572	67,6
	Não (não refere / não se aplica)	161	24,5	113	60,1	274	32,4
Género (2)	Sim	167	25,4	24	12,8	191	22,6
	Não (não refere / não se aplica)	491	74,6	164	87,2	655	77,4
Género (3)	Sim	54	8,2	11	5,9	65	7,7
	Não (não refere / não se aplica)	604	91,8	177	94,1	781	92,3
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

Nos dois jornais os protagonistas das notícias são sobretudo homens, como se pode ver no gráfico nº 9. Os dados do SEF (2007) reportam que em 2006 a população estrangeira em Portugal era constituída por 55% de homens e 45% de mulheres. Mesmo considerando o facto de os dados deste organismo apenas se referirem aos indivíduos com a situação jurídica regularizada, podemos constatar que nos dois jornais, sobretudo no *Correio da Manhã*, há uma sobre representação de homens.

Gráfico nº 9²⁶

Género referido nas notícias (*percentagem*)



Base: referências ao género (*Correio da Manhã*: n = 718; *Público*: n = 110).

Entre 2003 e 2004, mais de metade das notícias publicadas sobre as mulheres imigrantes, tanto na imprensa de referência como na imprensa popular, referia-se às mulheres brasileiras em situação de prostituição (Cunha, 2005: 13).

Nesta perspectiva, uma das hipóteses de partida deste trabalho é que **as mulheres brasileiras são apresentadas, na maior parte dos casos, prostitutas**. Para poder confirmar ou infirmar esta hipótese considerou-se, primeiro, o cruzamento das variáveis nacionalidade e género. A mulher brasileira é referida noventa vezes no *Correio da Manhã* e oito vezes no *Público*. Quando se cruza esse perfil com a actividade profissional, obtém-se trinta e três casos no primeiro jornal e sete no segundo.

Uma primeira observação que se pode fazer é, portanto, que embora haja mais referências explícitas a mulheres brasileiras no *Correio da Manhã*, no *Público* é muito superior a percentagem em que também é referida a actividade profissional (88% contra 37%).

Quanto ao tipo de trabalho exercido, considerando os casos em que as três variáveis estão presentes (nacionalidade brasileira, género feminino e actividade profissional), verifica-se que

²⁶ Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as referências encontradas ao género dos protagonistas (como foi explicitado, até três referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências ao género.

as referências relativas à prostituição correspondem a 70% *Correio da Manhã* e a 57% no *Público*.

Assim, ainda que não se possa falar numa associação manifesta entre a mulher brasileira e a prostituição (já que em grande parte dos casos em que a mulher brasileira é o sujeito da notícia não há referência à sua actividade profissional), não se pode negar a existência dessa relação, sobretudo no *Correio da Manhã*.

6. Síntese

Em geral a referência a imigrantes ou minorias étnicas é associada a algumas características, sendo as mais importantes a nacionalidade ou etnia, o sexo e a idade. Assim, não se pode falar de um perfil do imigrante ou membro de uma minoria étnica, e sim de vários perfis. Por outro lado, a comparação entre o jornal popular e o jornal de referência também revelou representações diferenciadas em cada um dos jornais.

Assim, destaca-se no *Correio da Manhã* o imigrante brasileiro. Nos casos em que há referência ao género, é tanto homem (55%), como mulher (45%). Em termos etários, 74% têm entre 19 e 34 anos. Quando é referida a actividade profissional, é sobretudo em relação à mulher e fala-se principalmente de prostituição. Nos casos em que é referida a situação jurídica, são sobretudo as situações de ilegalidade que são mencionadas (92%).

Outro grupo de imigrantes em destaque no *Correio da Manhã* é o dos cabo-verdianos. As referências ao género reportam-se sobretudo a homens (79% contra 21% de mulheres). São mais velhos do que os brasileiros: 48% têm entre 25 e 44 anos. São raros os casos em que é referida a situação jurídica (apenas cinco, sendo que quatro são relativos a situações de ilegalidade), o que traduz uma presença no país já mais antiga. Em termos de grupo profissional, as referências existentes remetem para os trabalhadores não qualificados e para os operários, artífices e trabalhadores similares (ambos com 31%).

No *Público* sobressai, também, o imigrante brasileiro (embora, como já foi referido anteriormente, com uma menor expressão do que no *Correio da Manhã*). As menções ao género dividem-se entre 62% de homens e 38% de mulheres. Quando a idade é referida, em

67% dos casos remete para indivíduos com idades entre os 25 e os 44 anos. As referências à situação jurídica são insignificantes (apenas dois casos), pelo que não se pode considerar que sejam caracterizadoras do perfil deste imigrante. Em termos de actividade exercida, o cruzamento da nacionalidade brasileira com os grupos profissionais origina percentagens dispersas por vários grupos, sendo o da prostituição o mais representado (40%) e composto unicamente por mulheres.

Quanto à etnia cigana, quando é especificado o género dos intervenientes verifica-se que 75% são homens e 25% são mulheres. Há apenas dois casos em que é especificada a idade dos intervenientes, pelo que não vão ser tomados em consideração. Como é evidente, não há qualquer referência à situação jurídica, tendo em conta que esta comunidade é portuguesa e, portanto, essa questão não se coloca. Relativamente à actividade profissional exercida, esta também não é referida. É assim difícil caracterizar este grupo, apesar de ele ter uma representação considerável nas notícias do *Público*. Como foi referido no tópico **1. Nacionalidade ou etnia** deste capítulo, as notícias em que se refere a comunidade cigana são sobretudo em registos jornalísticos em que a informação é abordada de uma forma mais desenvolvida (sobretudo narrativas). Não são, portanto, relatos de acontecimentos concretos (em que se faça alusão à idade ou profissão dos protagonistas), e sim abordagens mais amplas às vivências desta comunidade étnica. O cruzamento com o tema da notícia é revelador disso mesmo: em primeiro lugar surge o tema habitação (25%), seguem-se os temas denúncia/crítica a racismo/estereótipos (19%), usos, costumes e religião (também com 19%) e depois vários temas com percentagens mais baixas: cultura, estudo/debate, histórias de vida, trabalho, entre outros.

Como foi referido nos vários tópicos deste capítulo, algumas das hipóteses de partida deste trabalho puderam ser comprovadas pela análise dos dados relativos ao perfil dos imigrantes e das minorias étnicas. Assim, confirmou-se que **na imprensa popular a alusão à nacionalidade ou etnia dos sujeitos das notícias é mais forte do que na imprensa de referência, que na imprensa popular a alusão à situação de ilegalidade dos sujeitos das notícias é mais forte do que na imprensa de referência, que na imprensa popular os imigrantes e membros de minorias étnicas retratados nas notícias são sobretudo pessoas que trabalham em sectores de actividade não qualificados e, por último, que sobretudo na imprensa popular, as mulheres brasileiras são, na maior parte dos casos, prostitutas.**

Capítulo 9

Fontes de informação

Quando os factos noticiados pelos jornalistas não são por eles presenciados, o recurso às fontes de informação surge como uma forma de conferir veracidade ao que é noticiado. Neste estudo foram considerados dois tipos de fontes de informação: as fontes de informação referenciadas e as fontes de informação citadas. No primeiro caso foram consideradas até três referências por notícia, no segundo duas.

Começando pelas fontes de informação referenciadas, ou seja, as fontes que surgem na notícia por simples menção, verificou-se que, no geral, 70% das notícias contem esse tipo de referência (quadro nº 21). No *Correio da Manhã* essa percentagem é mais elevada do que no *Público* (73% contra 61%).

Quadro nº 21

Recurso a fontes de informação referenciadas (número e percentagem)

		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Fonte de informação referenciada (1)	Sim	480	72,9	114	60,6	594	70,2
	Não	178	27,1	74	39,4	252	29,8
Fonte de informação referenciada (2)	Sim	254	38,6	81	43,1	335	39,6
	Não	404	61,4	107	56,9	511	60,4
Fonte de informação referenciada (3)	Sim	115	17,5	43	22,9	158	18,7
	Não	543	82,5	145	77,1	688	81,3
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

Os dados obtidos nesta análise foram agrupados em categorias (gráfico nº 10). Tanto no *Correio da Manhã* como no *Público*, a categoria que surge em primeiro lugar é a das forças policiais, embora com percentagens muito diferenciadas: 50% de todas as referências do *Correio da Manhã* e 21% das do *Público*.

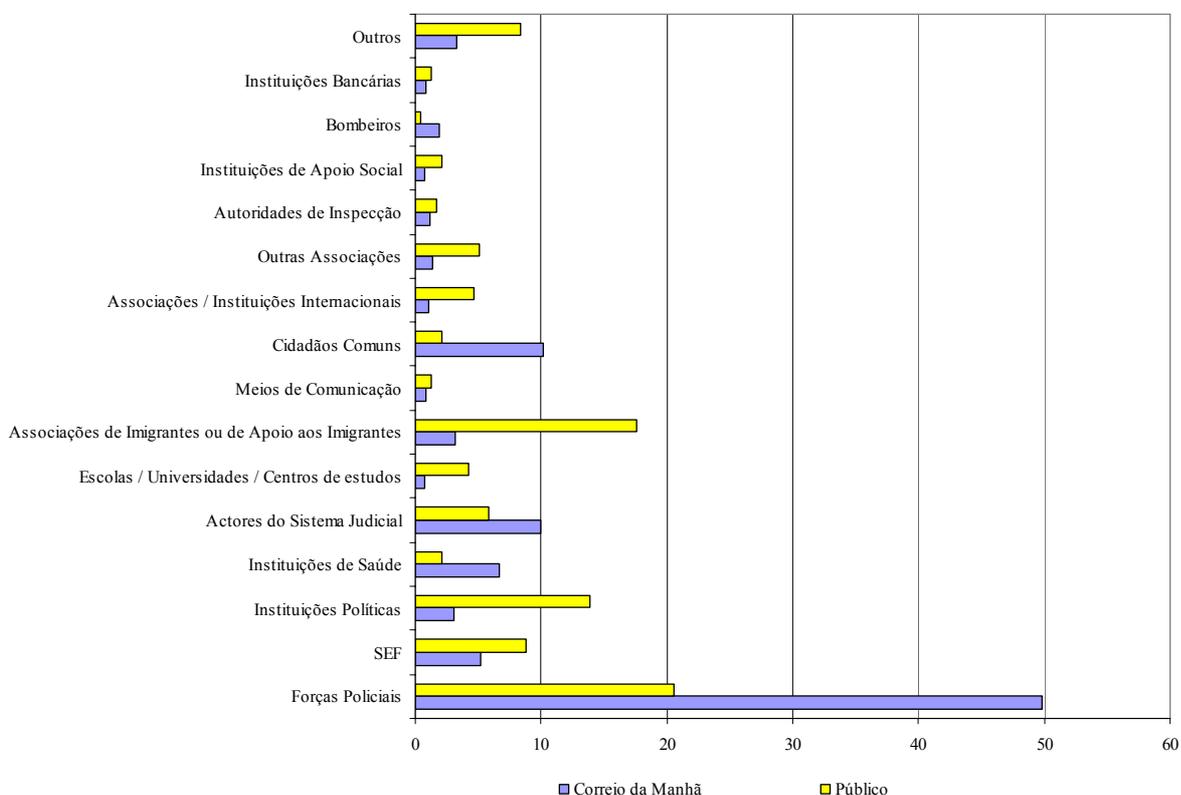
A uma larga distância, aparecem em segundo lugar, no *Correio da Manhã*, os cidadãos comuns (10%). Esta categoria reporta-se às menções feitas a testemunhas, vítimas, etc. No

Público, em segundo lugar estão as associações de imigrantes ou de apoio aos imigrantes, com uma percentagem de 18%.

As fontes referenciadas que surgem em terceiro lugar no *Correio da Manhã* são os actores do sistema judicial (10%), ou seja, tribunais, Ministério Público, advogados, juízes. No *Público* o terceiro lugar é ocupado pelas instituições políticas (14%), categoria que agrega as referências ao governo, a partidos políticos, ministérios, câmaras municipais, juntas de freguesia e embaixadas.

Gráfico nº 10²⁷

Fontes de informação referenciadas nas notícias (percentagem)



Base: fontes de informação referenciadas (*Correio da Manhã*: n = 849; *Público*: n = 238).

²⁷ Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as fontes referenciadas encontradas (como foi explicitado, até três referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências às fontes de informação referenciadas.

Sendo a categoria correspondente às forças policiais a mais importante nos dois jornais, considerou-se relevante proceder ao seu cruzamento com a temática da notícia. Como esperado, este tipo de fonte é sobretudo referido nas notícias com temáticas relacionadas com a criminalidade: no *Correio da Manhã* 92% de todas as menções a fontes policiais é feita no âmbito de notícias com esse tema, no *Público* 78%. São duas as principais razões para que isto aconteça: por um lado, são as fontes policiais que asseguram aos *media* informações sobre crimes a que eles, de outro modo, não teriam acesso; por outro lado, a referência às fontes policiais surge também como uma forma de legitimar o discurso produzido perante a opinião pública (Penedo, 2003: 42).

Como foi referido, a segunda fonte referenciada mais importante no *Correio da Manhã* é a correspondente aos cidadãos comuns. Sendo este um jornal de características populares, o recurso à voz do cidadão comum é uma forma de imprimir emotividade ao conteúdo noticiado, principalmente quando esse cidadão é, ele próprio, testemunha ou vítima da situação descrita.

A terceira fonte referenciada mais utilizada no *Correio da Manhã*, os actores do sistema judicial, desempenha um papel semelhante ao das fontes policiais: imprime credibilidade ao que é relatado, sobretudo quando o assunto da notícia é o crime.

No *Público*, como foi acima indicado, as fontes referenciadas que aparecem em segundo e terceiro lugar são, respectivamente, as associações de imigrantes ou de apoio aos imigrantes e as instituições políticas. A narrativa acerca dos imigrantes e minorias étnicas é, portanto, construída apelando a actores mandatados, actores cujos discursos estão menos limitados a casos concretos, são mais politizados.

As fontes de informação referenciadas remetem para uma estratégia enunciativa utilizada no âmbito do discurso jornalístico: a intertextualidade. Recorrendo à intertextualidade, o jornal apaga as marcas de enunciação do conteúdo que reporta, absorvendo-o no seu próprio discurso; assume o que é dito, neutralizando a voz do enunciador (Rebelo, 2002: 67-68). Ou seja, a intertextualidade remete para uma aceitação activa dos actores referidos e dos seus discursos. Neste contexto, e considerando os dados acima referidos, podemos apontar para uma maior aquiescência por parte do *Correio da Manhã* do discurso policial. Este jornal

apresenta uma maior tendência para tomar como seu o discurso proveniente de fontes policiais, conferindo-lhe assim um maior grau de autenticidade.

Passando agora às fontes de informação citadas, ou seja, às fontes cujo discurso está explicitamente delimitado com marcadores citacionais, importa referir que o recurso à citação corresponde, por parte do jornal, a uma atribuição de visibilidade máxima ao autor daquilo que está a ser citado. Ao citar, “*o jornal diferencia, autonomiza, conserva o estatuto dos enunciados que reporta*” (Rebelo, 2002: 67). Ao contrário da intertextualidade, em que o discurso é assumido e absorvido pelo próprio jornal, no caso da citação confere-se total visibilidade aos sujeitos enunciadorees.

As fontes de informação citadas são menos utilizadas do que as referenciadas. Como se pode ver no quadro nº 22, são 29% as notícias que recorrem a esta estratégia enunciativa. Mas, ao contrário do que acontece no caso das fontes referenciadas, aqui é o *Público* que apresenta o valor mais elevado: 35% contra os 28% do *Correio da Manhã*. Ou seja, no *Público* há uma maior percentagem de notícias em que se procura dar a máxima visibilidade aos enunciadorees e ao discurso por eles produzido.

Quadro nº 22

Recurso a fontes de informação citadas (*número e percentagem*)

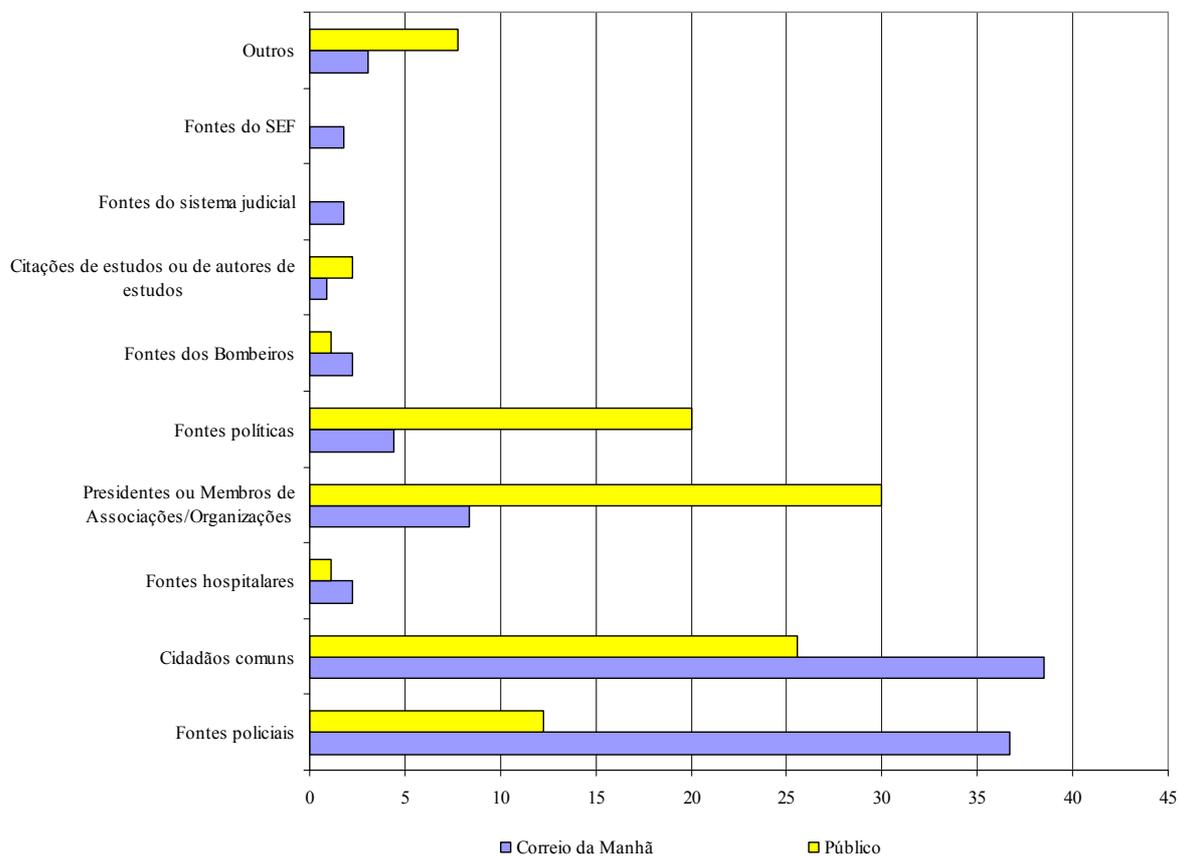
		Correio da Manhã		Público		Total	
		N	%	N	%	N	%
Fonte de informação citada (1)	Sim	184	28,0	65	34,6	249	29,4
	Não	474	72,0	123	65,4	597	70,6
Fonte de informação citada (2)	Sim	42	6,4	25	13,3	67	7,9
	Não	616	93,6	163	86,7	779	92,1
Base		658	100,0	188	100,0	846	100,0

E quem são os autores dessas citações? No *Correio da Manhã* são sobretudo cidadãos comuns (38%) (gráfico nº 11). Logo depois, com 37%, surgem as citações das fontes policiais, categoria que agrega tanto citações de agentes policiais identificados, como fontes policiais anónimas e comunicados das forças de segurança. Em terceiro lugar, mas com uma percentagem muito inferior (8%), estão as citações de presidentes ou membros de associações ou organizações.

No *Público* as citações são sobretudo de presidentes ou membros de associações ou organizações (30%), de cidadãos comuns (26%) e de fontes políticas (20%).

Gráfico nº 11 ²⁸

Fontes de informação citadas nas notícias (*percentagem*)



Base: fontes de informação citadas (*Correio da Manhã*: n = 226; *Público*: n = 90).

No *Correio da Manhã* constatamos que as duas fontes mais citadas correspondem às duas fontes mais referenciadas (embora em ordem inversa): fontes policiais e cidadãos comuns. No *Público* existe também alguma correspondência: por um lado, as fontes políticas surgem em terceiro lugar nas referências e nas citações, por outro lado, temos os presidentes ou membros de associações ou organizações como fonte mais citada e as associações de imigrantes ou de

²⁸ Para a realização deste gráfico procedeu-se a duas operações principais: em primeiro lugar, para cada um dos jornais, foram somadas as fontes citadas encontradas (como foi explicitado, até duas referências por notícia); em segundo lugar, os valores obtidos foram convertidos em percentagem de forma a poder comparar os jornais entre si. Estas percentagens não se referem, então, ao número de notícias, mas ao número de referências às fontes de informação citadas.

apoio aos imigrantes como segunda fonte mais referenciada (ou seja, a correspondência não é total já que o primeiro grupo de organizações é mais abrangente que o segundo).

A especificação das fontes de informação utilizadas por estes dois jornais permite dar conta da forma distinta como o discurso sobre os imigrantes e minorias étnicas é legitimado. O *Correio da Manhã* privilegia o recurso às fontes policiais e aos cidadãos comuns. Enquanto aquelas vêm validar as notícias sobre criminalidade, dominantes no jornal, estes são para o jornal popular uma forma de particularizar os casos noticiados.

O *Público*, embora também evoque as autoridades policiais, fá-lo menos frequentemente do que o *Correio da Manhã*, e dá primazia às fontes políticas e associativas, o que, para além de ser o reflexo dos temas abordados, mostra uma maior politização e contextualização na abordagem que é feita ao fenómeno da imigração e das minorias étnicas.

Uma das hipóteses de partida deste trabalho prende-se com a alusão ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e às forças policiais: **o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e as forças policiais em geral são actores importantes destas notícias**. Os resultados acima expostos confirmam esta hipótese, sobretudo no que toca às forças policiais e particularmente no *Correio da Manhã*.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é uma fonte de informação importante nos dois jornais, mas é ultrapassado por várias outras. Já em relação às forças policiais, elas surgem, de facto, como a principal fonte de informação: tanto em termos de evocação (no *Correio da Manhã* e no *Público*, embora com um peso muito superior no primeiro), como em termos de citação explícita (no *Correio da Manhã*).

Conclusão

Reconhecendo a importância que os fenómenos da imigração e da etnicidade têm na sociedade portuguesa e o papel que os *media* desempenham na criação da imagem pública dos imigrantes e das minorias étnicas, este trabalho teve como objectivo conhecer a imagem dessas comunidades veiculada pela imprensa diária portuguesa.

Recorreu-se a uma análise comparativa entre dois jornais diários, um popular, o outro de referência: o *Correio da Manhã* e o *Público*. Tratando-se de duas formas distintas de imprensa, com públicos-alvo diferenciados, ambas contribuem para a construção da imagem que os imigrantes e as minorias étnicas têm no espaço público.

Antes de mais, há que sublinhar que as temáticas relacionadas com a imigração e a etnicidade fazem parte da rotina quotidiana dos dois jornais analisados. São objecto frequente de notícias, reflectindo a importância que estes fenómenos têm vindo a conhecer na sociedade portuguesa.

A abordagem comparativa permitiu dar conta de diferenças importantes relativamente a uma série de aspectos formais e de conteúdo das notícias de que os imigrantes e minorias étnicas são objecto.

Quanto aos aspectos formais, saliente-se a maior frequência da temática no *Correio da Manhã*. Embora inferiores em termos numéricos, as inserções jornalísticas do *Público* surgem com um valor superior às do *Correio da Manhã*.

O tamanho, o género jornalístico e a autoria das notícias são reveladores de um tratamento mais aprofundado dos temas por parte do *Público*, o que permite confirmar que **na imprensa de referência há mais peças noticiosas desenvolvidas sobre os imigrantes e minorias étnicas do que na imprensa popular.**

Em termos de conteúdo, a análise dos temas das notícias permitiu observar uma predominância da criminalidade no *Correio da Manhã*. No *Público* são os temas relacionados com a discussão social e política da imigração e da etnicidade que prevalecem.

A hipótese segundo a qual **na imprensa popular a tendência para abordar temáticas ligadas à criminalidade é mais marcada do que na imprensa de referência** ficou assim comprovada. Mas uma outra hipótese de partida, relativa à imprensa diária em geral, pressupunha que **as temáticas abordadas pela imprensa portuguesa no que toca aos imigrantes e às minorias étnicas remetem essencialmente para a criminalidade**, o que, como se viu, não se confirma no caso do *Público*.

Considerando que os *media*, mais concretamente as notícias dos *media*, são fundamentais na formação da moldura interpretativa do mundo social e político que nos rodeia, a predominância de temas relacionados com a criminalidade nas notícias sobre imigrantes e minorias étnicas no *Correio da Manhã* emerge como um factor potenciador de discriminação destas comunidades minoritárias pela restante sociedade.

As notícias com temas particularizados, que têm como objecto casos concretos, apresentam um peso superior no *Correio da Manhã*; o *Público* mostra uma maior importância de temas mais abrangentes, de carácter político-social. O *Correio da Manhã* revela uma grande concentração em determinados temas, o *Público* uma maior dispersão por vários temas.

Por outro lado, ainda em relação ao tema das notícias, o *Público* mostra percentagens mais elevadas em temas que correspondem a um interesse pela identidade e cultura dos grupos imigrantes ou de minorias étnicas: cultura, usos, costumes e religião. Este jornal manifesta também uma percentagem considerável de notícias cujo tema é a denúncia ou crítica ao racismo ou a estereótipos.

O facto de o *Correio da Manhã* privilegiar ocorrências individuais acaba por se reflectir numa maior taxa de alusão à localização geográfica dos acontecimentos noticiados. Para além da mais alta percentagem de referências, o *Correio da Manhã* mostra também uma maior correspondência entre as localidades referidas e a respectiva ocupação por imigrantes. Ou seja, os distritos onde há mais imigrantes são também aqueles que são palco de um maior número de notícias.

Ainda em relação ao conteúdo das notícias, a análise ao perfil dos imigrantes e das minorias étnicas retratados mostrou que **na imprensa popular a alusão à nacionalidade ou etnia e à situação de ilegalidade dos sujeitos das notícias é mais forte do que na imprensa de**

referência. Quanto às nacionalidades ou etnias referidas, é a brasileira que surge em primeiro lugar nos dois jornais.

Uma outra hipótese de partida deste trabalho pôde ser comprovada quando analisados os perfis dos imigrantes e minorias étnicas: **as mulheres brasileiras são apresentadas, na maior parte dos casos, como prostitutas.** Esta suposição revelou-se verdadeira nos dois jornais, embora de uma forma mais acentuada no *Correio da Manhã*. No *Público* não só a relação entre mulheres brasileiras e prostituição é mais fraca, como se refere a um valor absoluto de casos pouco significativo.

Quanto à hipótese segundo a qual **os imigrantes e membros de minorias étnicas retratados nas notícias são sobretudo pessoas que trabalham em sectores de actividade não qualificados**, esta revelou-se verdadeira no *Correio da Manhã*, mas o mesmo não aconteceu no caso do *Público*. Neste jornal são os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (sobretudo os proprietários de cafés, restaurantes ou lojas e os empresários) que se destacam.

A auscultação das fontes de informação utilizadas pelos dois jornais na construção da narrativa sobre os imigrantes e as minorias étnicas revelou também algumas diferenças. O *Correio da Manhã* constrói estas notícias sobretudo com recurso a fontes policiais e a cidadãos comuns, legitimando assim o discurso sobre o crime e imprimindo-lhe uma maior carga de emotividade; o *Público* também se socorre das fontes policiais, mas são as fontes políticas e associativas que assumem um maior destaque, fontes estas que validam o discurso das notícias com temas em torno da discussão social e política da imigração e da etnicidade.

A hipótese de investigação segundo a qual **o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e as forças policiais em geral são actores importantes destas notícias** pôde, assim, ser comprovada, sobretudo no que concerne às forças policiais, e particularmente no caso do *Correio da Manhã*.

Este trabalho permitiu-nos observar que, embora os fenómenos da imigração e da etnicidade sejam realidades importantes e consolidadas da nossa sociedade, continuam a ser encarados enquanto ameaças pela imprensa popular. Prevalecem os discursos em torno do crime, dos

trabalhos pouco qualificados, da prostituição, discursos estes legitimados pelas forças policiais e pela opinião popular, e assentes em narrativas pouco elaboradas.

Como referiu Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, na entrevista que nos concedeu, a referência à nacionalidade ou etnia dos protagonistas das notícias é:

“(...) evidente na criminalidade, em tudo o que é comportamento desviante. E a justificação está no outro ser diferente (...) o facto de ter outra nacionalidade que não a nacionalidade maioritária, alguns interpretam como um valor-notícia, como um facto relevante. (...) no que diz respeito à criminalidade vê-se muito mais referências do que quando estamos a falar, por exemplo, de méritos. Facilmente nós nacionalizamos os méritos e externalizamos as culpas”.

Já na imprensa de referência, nota-se um interesse superior na contextualização social e política destes fenómenos, uma prevalência de fontes politizadas, uma maior atenção à cultura e à identidade do “outro” e um tratamento mais aprofundado dos temas.

Ainda assim, é de sublinhar que, embora a imprensa popular privilegie temáticas relacionadas com a criminalidade, é um sinal positivo a percentagem considerável de notícias em que os imigrantes ou membros de minorias étnicas surgem no papel de vítimas de crime: 8%.

Há que salientar, também, o recurso às associações de imigrantes ou de apoio aos imigrantes como fontes de informação. Embora, como se viu, a auscultação deste tipo de fontes seja mais frequente na imprensa de referência do que na imprensa popular, ela aponta para um interesse em conhecer a identidade do “outro” segundo o ponto de vista do próprio (ou dos seus representantes).

Os resultados desta investigação permitiram dar conta de diferenças importantes entre a imprensa popular e a imprensa de referência no que concerne o tratamento dado às questões da imigração e da etnicidade. Como futura linha de investigação, seria interessante perceber quais as implicações sociais destas abordagens mediáticas. Nesse âmbito, estudos de recepção dos conteúdos dos *media* – tanto no que se refere à opinião pública em geral, como no que toca aos imigrantes e minorias étnicas em particular – aliados à análise dos comportamentos

dos portugueses face a essas comunidades contribuiriam para dar conta das consequências sociais objectivas, na sociedade portuguesa, do tratamento mediático que essas questões recebem.

Bibliografia

- Assembleia da República (2006), “Lei Orgânica nº 2 / 2006 de 17 de Abril. Quarta alteração à Lei nº 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade)”, *Diário da República, I Série – A*, nº 75, 17 de Abril de 2006, pp. 2276-2782.
- Avraham, Eli (2003), “Press, politics, and the coverage of minorities in divided societies: the case of arab citizens in Israel”, *Press / Politics*, nº 8 (4), pp. 7-26.
- Baganha, Maria Ioannis B., João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, nº XXXIV (150), pp. 147-173.
- Baganha, Maria Ioannis B. e Pedro Góis (1999), “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, pp. 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis B., José Carlos Marques e Pedro Góis (2004), “Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69, pp. 95-115.
- Braham, Peter [1998 (1982)], “How the media report race”, em Michael Gurevitch, Tony Bennet, James Curran e Janet Woollacott (orgs.), *Culture, Society and the Media*, Londres, Routledge, pp. 268-286.
- Cádima, Francisco Rui (2002), *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, Edições Século XXI.
- Cádima, Francisco Rui (coord.) (2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas na Imprensa*, Lisboa, Observatório da Comunicação.
- Campos, Ricardo (2002), “Elementos para uma reflexão em torno da globalização e das culturas juvenis: okupas, capoeiristas e os filhos da imigração”, *Fórum Sociológico*, nº 7/8 (2ª série), pp. 69-102.
- Castells, Manuel [2002 (1997)], *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O poder da identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cofina, SGPS, SA. (2006), *Contas Consolidadas 2006*, Porto, Cofina, SGPS, SA.
- Cunha, Isabel Ferin (2005), “Mundos imaginados: as brasileiras e os media em Portugal”, *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro, 05 a 09 de Setembro.

- Cunha, Isabel Ferin (coord.), Verónica M. Policarpo, Teresa Líbano Monteiro e Rita Felgueiras (2002), “Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português”, *Observatório*, nº 5, pp. 27-38.
- Cunha, Isabel Ferin e Clara Almeida Santos (2006), *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa, Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Cunha, Isabel Ferin, Clara Almeida Santos, Maria João Silveirinha e Ana Teresa Peixinho (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Departamento de Certificação, Direcção de Serviços de Avaliação e Certificação (coord. técnica) (1994), *Classificação Nacional das Profissões – Versão 1994*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Felner, Ricardo Dias (2007), “Portugueses em segundo lugar na integração de imigrantes na UE”, *Público*, 16 de Outubro, pp. 12-13.
- Fontcuberta, Mar de [2002 (1999)], *A Notícia. Pistas para compreender o mundo*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Fowler, Roger [1999 (1991)], *Language in the News. Discourse and ideology in the press*, Londres, Routledge.
- Giddens, Anthony [1997 (1993)], *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hall, Stuart, Chas Chritcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts (1994), “A produção social das notícias: o mugging nos media”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega, pp. 224-248.
- Kayser, Jacques (1963), *Le quotidien français*, Paris, Librairie Armand Colin.
- Lusa / Sol (2007), “Migração. Lugar obtido por Portugal não resulta da observação da realidade”,
<http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=61231> acedida em 16-10-2007.
- Machado, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (2001), “Contextos e percepções de racismo no quotidiano”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 36, pp. 53-80.
- McCombs, Maxwell E. e Donald L. Shaw (2000), “A função do agendamento dos media”, em Nelson Traquina (org.), *O Poder do Jornalismo. Análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, pp. 47-61.
- McQuail, Denis [2003 (1983)], *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Mesquita, Mário (2000), “Em louvor da Santa Objectividade”, *Jornalismo e Jornalistas*, nº 1.
- Mesquita, Mário e José Rebelo (orgs.) (1994), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Afrontamento.
- Nora, Pierre [1987 (1974)], “O regresso do acontecimento”, em Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.), *Fazer História / 1*, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 243-262.
- Organização das Nações Unidas (2002), *International Migration Report 2002*, Nova Iorque, United Nations Publication.
- Padilla, Beatriz (2006), “Brazilian migration to Portugal: social networks and ethnic solidarity”, <<http://www.cies.iscte.pt/documents/CIES-WP12.pdf>> acedida em 05-01-2007.
- Penedo, Cristina Carmona (2003), *O Crime nos Media. O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pires, Rui Pena (2000), “A imigração”, em Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa – volume 5*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-213.
- Pires, Rui Pena (2002), “Mudanças na imigração. Uma análise estatística sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 39, pp. 151-166.
- Rebelo, José [2002 (2000)], *O Discurso do Jornal. O como e o porquê*, Lisboa Editorial Notícias.
- Rebelo, José (2003), “A imprensa de Lisboa e a greve geral de Março de 1988: uma proposta de análise”, em *A Comunicação. Temas e argumentos*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, pp. 149-160.
- Rex, John [1988 (1986)], *Raça e Etnia*, Lisboa Editorial Estampa.
- Rodrigues, Adriano Duarte (1988), “O acontecimento”, em Nelson Traquina (1994), *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*, Lisboa, Vega, pp. 27-33.
- Rosa, Maria João Valente, Hugo de Seabra e Tiago Santos (2003), *Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Lisboa, Alto-Comissariado para os Imigrantes e Minorias Étnicas (ACIME).
- Santos, Clara Almeida (2004), “Mulheres imigrantes na imprensa portuguesa. Resenha da análise do ano 2003”, (Artigo resultante da dissertação, defendida a 9 de Dezembro de 2004, no âmbito do mestrado em Comunicação e Jornalismo do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, apresentada pela autora e orientada pela Doutora Isabel Ferin Cunha).

- Schudson, Michael [1993 (1991)], “The sociology of news production revisited”, em James Curran e Michael Gurevitch (orgs.), *Mass Media and Society*, Londres, Edward Arnold, pp. 141-159.
- SEF (2007), *Relatório de Actividades 2006. Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Silva, António José Lopes da (2006), *Os Diários Generalistas Portugueses em Papel e Online*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Silveirinha, Maria João e Ana Teresa Peixinho de Castro (2004), “A construção discursiva dos imigrantes na imprensa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69, pp. 117-137.
- Smith, Anthony D. [1997 (1991)], *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Sonaecom (2007), *Relatório e Contas Consolidadas 2006*, Maia, Sonaecom.
- Sparks, Colin (2000), “The panic over tabloid news”, em Colin Sparks e John Tulloch (orgs.), *Tabloid Tales. Global debates over media standards*, Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, Inc, pp. 1-40.
- Traquina, Nelson (2000), *O Poder do Jornalismo. Análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra, Livraria Minerva Editora.
- Traquina, Nelson (2002), *Jornalismo*, Lisboa, Quimera.
- UNESCO (1978), *Declaration on Race and Racial Prejudice*, Paris, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- Vala, Jorge [1999 (1986)], “A análise de conteúdo”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 101-128.
- Vala, Jorge, Rodrigo Brito e Diniz Lopes (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Van Dijk, Teun A. (1993), *Elite Discourse and Racism*, Califórnia, Sage Publications.
- Wolf, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

Páginas consultadas na Internet

Cofina SGPS. SA. < <http://www.cofina.pt> >

Correio da Manhã < <http://www.correiomanha.pt> >

Logista Portugal < <http://www.logista.pt> >

Público < <http://www.publico.clix.pt> >

Vasp < <http://www.vasp.pt/> >

Anexos

Entrevista a Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural

A entrevista a Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, foi realizada no dia 4 de Dezembro de 2007. São aqui apresentados os excertos mais significativos dessa entrevista.

Antes disso, será interessante referir uma das notícias analisadas no decurso desta investigação: “Alto comissário no *Correio da Manhã*”²⁹. Esta notícia do *Correio da Manhã* relata um encontro entre Rui Marques e jornalistas daquele jornal. O Alto-comissário apela a uma consciencialização, por parte dos profissionais dos *media*, de que a notícia não deve ter nacionalidade e questiona os jornalistas do *Correio da Manhã* sobre o que acrescentará a revelação da nacionalidade na elaboração de uma notícia. A notícia refere também que o Alto-comissário concorda que em casos específicos, como em circunstâncias de prevenção geral, a realidade da nacionalidade não pode ser contornada.

Quanto aos conteúdos da entrevista, são apresentados de seguida, organizados por tópicos temáticos.

▪ Opinião relativamente à forma como os *media* tratam os temas relacionados com os imigrantes e com as minorias étnicas.

“É uma opinião boa. Eu acho que, em geral, os jornalistas têm melhorado significativamente a qualidade do tratamento que dão às temáticas de imigração e minorias étnicas. Tem-se registado uma melhoria sobretudo naquilo que diz respeito àquilo que tem sido o nosso principal combate, que é a não referência da nacionalidade, etnia, situação documental ou religião nas notícias quando isso não é relevante para a notícia. Há melhorias significativas. Bem como uma outra melhoria que tem sido significativa que tem a ver com a referência a assuntos e aspectos positivos da imigração... e não só a alguns problemas que aparecem associados. Portanto, a minha opinião é muito positiva, tem-se registado umas melhorias significativas na qualidade... Embora, evidentemente, ainda haja muito a melhorar”.

²⁹ *Correio da Manhã*, 6 de Março de 2007.

▪ **Diferenças entre a forma como a imprensa e os outros meios de comunicação, como a televisão, tratam estes temas.**

“ (...) as peças da televisão são mais curtas, têm menos enquadramento, procuram em alguns casos maior sensacionalismo, enfim... a televisão tem um caminho ainda maior para andar do que a imprensa”.

▪ **Diferenças na forma como a imprensa popular e a imprensa de referência abordam estes temas.**

“Poder-se-ia dizer que existe uma maior pressão para o sensacionalismo numa ou noutra empresa, mas não creio que seja essa a realidade, essa não é uma imposição das administrações.

Agora, é verdade que em algumas matérias... por exemplo, quando nós falamos de temáticas de sociedade, mais relacionadas com comportamentos desviantes, os jornais populares dão mais atenção do que os jornais de referência. Quando falamos de cultura, porventura os jornais de referência dão mais destaque do que os jornais populares, mas nada de muito significativo.

Eu creio que há uns anos atrás notava-se uma grande diferença entre a imprensa popular e a imprensa de referência. Hoje em dia, não. Nomeadamente o caso que cita, que é o Correio da Manhã, (...) tem feito um grande avanço nesta matéria”.

▪ **Responsabilidade das fontes policiais na forma como estes temas aparecem na imprensa.**

“ (...) as fontes, e sobretudo as fontes não oficiais, aquelas informações que passam sem controlo das estruturas policiais para os jornalistas, muitas vezes têm culpa, digamos assim, porque induzem o jornalista numa determinada direcção. Nesse sentido tem que haver um esforço, maior ainda do que tem havido, da parte das polícias para canalizar informação oficial pelos canais próprios e nessa informação ter o cuidado que não se refira a nacionalidade ou etnia”.

▪ **Situações em que se justifica a referência à nacionalidade dos sujeitos objecto da notícia.**

“Quando é um factor que explica a notícia. (...) Ora, aquilo que temos sublinhado é que a nacionalidade nunca explica uma notícia como uma suspeita de um determinado crime. Porque não há comportamentos diferentes por nacionalidades no que diz respeito à prática de crime. A criminalidade é transversal a toda a humanidade. O mesmo em relação à cor de pele, o mesmo em relação à religião, o mesmo em relação ao género, o mesmo em relação a nacionais ou estrangeiros, enfim... E, portanto, não sendo um factor explicativo é irrelevante na notícia. (...) não só não é explicativo como a sua referência estigmatiza todo um grupo, toda uma comunidade que partilha essa característica.

Portanto, eu só acho relevante a referência à nacionalidade, religião, etnia quando decorre directamente para a notícia relevância desse facto. Vamos imaginar: ‘Brasileiros festejam vitória da selecção’. É relevante serem brasileiros porque festejam a vitória do seu país. Ou ‘Muçulmanos comemoram o fim do Ramadão’. É relevante saber que é muçulmano porque está a comemorar o fim do Ramadão. De resto, para comportamentos gerais, a nacionalidade não quer dizer rigorosamente nada”.

▪ **Reflexo, na forma como a imprensa trata estas questões, da presença em Portugal de comunidades relativamente recentes de imigrantes.**

“Creio que há padrões diferentes. Por exemplo, o facto de termos comunidades mais recentes do que as comunidades africanas de língua portuguesa produziu um outro tipo de estigmatização e outro tipo discurso. Por exemplo, começam a surgir pelo lado positivo muitas referências à qualidade e à qualificação dos trabalhadores, à simpatia, à ética de trabalho, à quantidade de trabalho das diferentes comunidades, das novas comunidades. Pelo lado negativo: referências a novos tipos de comportamentos desviantes, referências associadas à concorrência aparentemente desleal ou referências relacionadas com questões que aparecem como... ditas como máfias, crimes de extorsão e de pressão sobre alguns imigrantes... Há novos tópicos, digamos assim, na agenda, decorrentes da presença de novas comunidades, é verdade.

(...) as comunidades de leste trouxeram os tópicos dos imigrantes altamente qualificados, a comunidade brasileira o tópico da qualidade do atendimento, da simpatia, da alegria ou a comunidade chinesa o tópico do trabalho, a quantidade de horas de trabalho e a forma como trabalham... como aspectos positivos nas notícias.

Também é verdade que surgem depois alguns aspectos negativos que não tinham surgido tão claramente (...) por exemplo, quando se fala das problemáticas como as máfias que exploram os imigrantes de leste. Muitas vezes os jornalistas não conseguem ser suficientemente claros a sinalizar que as vítimas desse crime organizado são os próprios imigrantes e não os nacionais”.

▪ **Grupos mais prejudicados pela abordagem que a imprensa faz a estas questões.**

“Acho que em geral o estrangeiro, o outro, é muito prejudicado por toda... toda uma lógica desconfiada dos nacionais... isto é histórico, não é de agora, sempre foi assim. (...) esta questão de apontar o outro como culpado é muito antiga. Hoje continua a verificar-se essa realidade e muitas vezes há uma certa forma de pacificação da comunidade atribuindo a mal a alguém de fora da comunidade. Dizer ‘não fomos nós’, ‘não é nenhum dos nossos que fez isto, é alguém de fora’. A verdade é que nem o facto de ser de fora ou de ser da comunidade culpa todo o grupo, no sentido em que quando há um determinado comportamento ninguém mais é culpado desse comportamento do que o seu autor.

(...) Porque hoje em dia como se criaram alguns estereótipos, algumas associações, por exemplo, muitas pessoas quando se cruzam com uma mulher brasileira, mesmo que não digam, perguntam o que é que ela fará. Ora, isto é uma consequência gravíssima de um estigma, de um preconceito que está criado face a toda a uma comunidade. Ou quando vêem entrar dois ou três miúdos africanos no comboio da linha de Sintra pensam se irão ser assaltadas. Porquê? Não porque já tenham sido assaltadas, mas porque têm na cabeça que... nas notícias vêem muitas vezes ou algumas vezes assaltos provocados por miúdos africanos. Ora, é preciso que nós saibamos desacoplar esses factos porque, senão, teremos uma situação muito grave de toda uma comunidade marcada pelo estigma, o que é muito negativo.

E veja-se o exemplo mais grave de todos, mais impressionante de todos nos nossos dias: a islamofobia no contexto ocidental, a relação com os muçulmanos é irracional nesta altura

(...) O facto de ter havido um indivíduo que se diz muçulmano que pôs uma bomba algures não faz de todos os muçulmanos bombistas. Mas, por exemplo, a Europa caiu nessa armadilha. E isso tem consequências muito graves porque evidentemente cria um sentimento de injustiça e de ressentimento de maciços milhões de pessoas que são vítimas dessa discriminação. Portanto, esta causa é uma causa fundamental para a paz social. Para termos paz social não podemos ter e deixar que se desenvolvam preconceitos, estereótipos que prejudicam seriamente algumas comunidades, algumas pessoas”.

▪ **Temas em que a referência à nacionalidade ou etnia é mais frequente.**

“Isso é muito evidente na criminalidade, em tudo o que é comportamento desviante. E a justificação está no outro ser diferente, não é? Muitas vezes o facto de ter outra nacionalidade que não a nacionalidade maioritária, alguns interpretam como um valor-notícia, como um facto relevante. Ora, o que nós temos dito é que não é um facto relevante, não explica a notícia. Mas, evidentemente, no que diz respeito à criminalidade vê-se muito mais referências do que quando estamos a falar, por exemplo, de méritos. Facilmente nós nacionalizamos os méritos e externalizamos as culpas. Ou seja, o Nelson Évora todos nos orgulhamos por ser português, a Mariza ninguém fala das suas origens moçambicanas, a Sara Tavares não passa pela cabeça de ninguém que não seja portuguesa.

(...) nós temos essa tentação de nacionalizar, dizer que é nosso, àquilo que nos dá prestígio, nos remunerar, e dizer que não tem nada a ver connosco tudo o que dá má imagem. Por exemplo, em relação a alguns filhos de imigrantes que, aqui ou além, um ou outro aparece associado a um comportamento desviante, nós dizemos rapidamente que é estrangeiro, mesmo que tenha nascido aqui, que tenha crescido aqui e que seja igual às crianças do bairro ao lado, que são brancas, e com as quais cresceu.

Mas, portanto, há sempre uma maior tentação na área do crime e na área dos comportamentos desviantes. Colocar o rótulo de ‘outro’ a alguém que não frequenta a nossa comunidade e, portanto, ‘nós, os bons, não somos capazes de tal coisa”.

▪ **Forma de alterar o modo como a imprensa aborda estas questões.**

“Nesta matéria eu acho que o caminho é a auto-regulação, não deve haver mais leis do que as que existem. Deve haver, sim, uma consciência profissional do jornalista, que é capaz de se auto-regular, dentro dos mecanismos próprios da ética do jornalismo, dos seus conceitos deontológicos. (...) Sobretudo, o que é importante é a consciência cívica de cada jornalista e que seja bem formado, que seja atento. Muitas vezes é um problema de ter atenção ao tema. Porque creio que muitos jornalistas que cometeram este erro no passado o fizeram até por distração”.

Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome: Margarida Domingues de Carvalho

Correio electrónico: margarida_carvalho@yahoo.com

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 04 / 06 / 1981

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Outubro de 2006 a Outubro de 2007:

Colaboração no Observatório das Actividades Culturais. Participação nos projectos:

- *A Leitura em Portugal*
- *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*
- *Balanço dos Encontros Alcultur – Almada 2007*

Abril a Junho de 2006:

Participação enquanto “tarefeira” no projecto de investigação “Os *media* e a construção das representações do género” (co-coordenado por Dr. Rodrigo Rosa e por Dra. Catarina Lorga – ISCTE).

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Fevereiro de 2005:

Licenciatura em *Sociologia* pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Ano lectivo 2001/2002:

Frequência da Université Catholique de Louvain (UCL) em Louvain-la-Neuve, na Bélgica, no âmbito do programa Erasmus.

PUBLICAÇÕES

Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), José Soares Neves, Maria João Lima e Margarida Carvalho (2007), *A Leitura em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), Ministério da Educação.

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Línguas:

- Bilingue em português / francês.
- Bons conhecimentos de inglês escrito, lido e falado.
- Conhecimentos razoáveis de espanhol lido e falado.

Competências técnicas:

- Domínio, na óptica do utilizador, dos programas informáticos *Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Power Point e EndNote*.
- Conhecimentos dos programas informáticos *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), Microsoft Access e Ucinet (Software for Social Network Analysis)*.

OUTRAS ACTIVIDADES

Participação em organizações científicas:

- Sócia da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).